



MANUELA AYRES BATISTA BENEDICTO

DE LATINIS SERMONIBVS:
A DIVERSIDADE LINGUÍSTICA SEGUNDO QUINTILIANO

CAMPINAS,
2013



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

MANUELA AYRES BATISTA BENEDICTO

DE LATINIS SERMONIBVS:

A DIVERSIDADE LINGUÍSTICA SEGUNDO QUINTILIANO

Dissertação de mestrado apresentada
ao Instituto de Estudos da Linguagem
da Universidade Estadual de Campinas
para obtenção do Título de Mestra em
Linguística

Orientador: Prof. Dr. Marcos Aurelio Pereira

CAMPINAS,
2013

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem
Teresinha de Jesus Jacintho - CRB 8/6879

B434d Benedicto, Manuela Ayres Batista, 1988-
De Latinis sermonibus : a diversidade linguística segundo Quintiliano /
Manuela Ayres Batista Benedicto. – Campinas, SP : [s.n.], 2013.

Orientador: Marcos Aurélio Pereira.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de
Estudos da Linguagem.

1. Quintiliano. *Institutio oratória* - Crítica e interpretação. 2. Variação
linguística. 3. Mudança linguística. I. Pereira, Marcos Aurélio, 1966-. II.
Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III.
Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: De Latinis sermonibus : the linguistic diversity according to Quintilian

Palavras-chave em inglês:

Quintilian. *Institutio oratoria* - Criticism and interpretation

Linguistic variation

Linguistic change

Área de concentração: Linguística

Titulação: Mestra em Linguística

Banca examinadora:

Marcos Aurélio Pereira [Orientador]

Vandersi Sant'Ana Castro

Fábio da Silva Fortes

Data de defesa: 19-08-2013

Programa de Pós-Graduação: Linguística

BANCA EXAMINADORA:

Marcos Aurélio Pereira

M. A. Pereira

Vandersi Sant'Ana Castro

V. S. Castro

Fábio da Silva Fortes

F. S. Fortes

Patrícia Prata

Marcos Martinho dos Santos

IEL/UNICAMP
2013

RESUMO

O presente trabalho consiste em uma análise da diversidade linguística do latim, ao longo de sua vigência de cerca de oito séculos como língua falada, mas, sobretudo, no final do período republicano e início do Império (sécs. I a.C. – I d.C.). Tendo como base alguns pressupostos da linguística moderna sobre variação e mudança linguísticas, o trabalho propõe uma reflexão sobre o modo como os antigos e, principalmente, o mestre de retórica Quintiliano, lidavam com a percepção da diversidade e da variabilidade de sua língua. Procurou-se compor um quadro “sociolinguístico” do latim, abrangendo o que os latinos entendiam como as variedades de sua língua, chamadas por eles de *sermones*, para, então, apresentar a visão de Quintiliano sobre os mesmos fenômenos, que está concentrada e, de certa maneira, sistematizada nos três primeiros capítulos do Livro VIII de sua *Institutio oratoria*.

Palavras-chave: Variação linguística, Mudança linguística, *Sermones*, Quintiliano, *Institutio oratoria*.

ABSTRACT

This work consists in an analysis of the linguistic diversity of Latin, throughout its duration of around eight centuries as a spoken language, especially at the end of the republican period and beginning of the Empire (centuries IBC- IAD). Based on some assumptions of modern linguistics over linguistic variation and change, this work proposes some reflection about the way the ancient and mainly the master of rhetoric Quintiliano dealt with the perception of diversity and variability of its language. As an attempt to compose a sociolinguistic context of Latin, it was included what the Latins understood as varieties of their language, called *sermones*, and then, to present the vision of Quintiliano of the same

phenomena, which is concentrated, and, somehow, systematized in the three first chapters of Book VIII of *Institutio oratoria*.

Key-words: Linguistic variation, Linguistic change, *Sermones*, Quintilian, *Institutio oratoria*.

SUMÁRIO

0 INTRODUÇÃO	01
1 VARIAÇÃO E MUDANÇA LINGUÍSTICAS	05
1.1 O advento da sociolinguística	06
1.2 A Teoria da Variação Linguística	07
1.2.1 Variação, variedades e mudança	08
2 PANORAMA SOCIOLINGUÍSTICO DO LATIM	13
2.1 O latim como objeto sociolinguístico	15
2.2 As variedades do latim	19
2.2.1 O <i>sermo rusticus</i>	21
2.2.2 O <i>sermo peregrinus</i>	28
2.2.2.1 A corrente pró-helenista	31
2.2.3 O <i>sermo plebeius</i>	37
2.2.4 O <i>sermo quotidianus</i> e o <i>sermo urbanus</i>	42
2.3 A mudança linguística	47
3 A VARIAÇÃO E A MUDANÇA SEGUNDO QUINTILIANO	53
3.1 Considerações gerais	54
3.1.1 O mestre	54

3.1.2 A obra	55
3.1.3 Notas sobre a retórica	56
3.1.4 Um particular sobre a elocução	58
3.2 A pureza e a variação regional	59
3.3 A clareza e a variação social	65
3.4 O ornamento e a mudança	69
4 CONCLUSÃO	81
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	83
6 APÊNDICE	89

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha gratidão a todos que participaram comigo dessa jornada pelos estudos da linguagem e contribuíram, cada um à sua maneira, para a realização deste trabalho.

Às professoras primárias Cida, Juliana e Mônica, por me fazerem descobrir o infinito horizonte das palavras e por incentivarem meus primeiros escritos.

À minha querida professora Aline Carvalho, com quem pude sempre compartilhar meu encantamento pela língua a cada aprendizado, por ter sido o maior exemplo e inspiração para fazer do amor pelas palavras um percurso de vida.

Ao professor Dr. Marcos Aurelio Pereira, pela dedicação, presteza e cuidado com que me orientou desde a graduação e por acreditar e confiar neste trabalho.

Ao professores Dr. Fábio da Silva Fortes, da UFJF, e Dra. Vandersí Sant'Ana Castro, do IEL-UNICAMP, pela participação na banca de qualificação e pelas colocações atentas e precisas.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela concessão da bolsa de estudos durante a realização do Programa de Pós-Graduação em Linguística, e ao Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP.

Aos grandes professores e mestres da UNICAMP de quem tive a honra de ser aluna, em especial ao professor Dr. Paulo Sérgio de Vasconcellos, à professora Dra. Vandersí Sant'Ana Castro e à professora Ma. Silvia Aurora Poblete Castro, pelas aulas inesquecíveis.

Aos meus queridos pais, Eduardo e Liliane, pela educação primeira e principal, por acreditarem em mim e me devotarem seu amor mais concreto e incondicional.

Às minhas avós Yolanda e Anésia, pelos ensinamentos, pelo acolhimento e pela proteção e aos meus saudosos avôs Luiz Sodré e Luiz Gonzaga, de quem tanto me orgulho, pelo exemplo de vida e grandeza de caráter.

À minha querida irmã e grande amiga Maria Eduarda, por partilhar a vida comigo, pelo exemplo de força e por me incentivar a encontrar coragem dentro de mim; e à minha amada sobrinha Gabriela, que me ensinou um novo amor.

Aos meus irmãos em Cristo e amigos, pelo carinho, cuidado, amor, pelas orações e pelo estímulo a perseverar na fé.

Ao meu amado Douglas, meu marido e melhor amigo, por todo apoio, amor, pela confiança, lealdade, pelo companheirismo, pela imensurável felicidade e por querer viver ao meu lado.

A Deus, meu Pai, meu Salvador, minha Luz, a quem sou infinitamente grata pela vida.

0 INTRODUÇÃO

O interesse pelo estudo da linguagem humana remonta a milênios antes de nós. Sabe-se que desde a Antiguidade a linguagem desperta a curiosidade dos homens, que, de acordo com o pensamento da época, deixaram registradas suas observações sobre o intrigante processo da comunicação humana e sua manifestação, as línguas naturais. Na civilização greco-romana, houve, inclusive, intentos de teorizar acerca da linguagem e de sistematizá-la sob a forma de tratados e manuais¹, muitos dos quais apresentaram classificações para os diversos níveis de estruturação da língua que são válidas até hoje. Havia no mundo antigo disciplinas cujo objeto de estudo específico era a linguagem, como a gramática e a retórica, e que, com o objetivo de propiciar certo domínio e habilidade no uso das línguas grega e latina, exploraram muitos de seus recursos através de observações minuciosas e exercícios práticos. Dessa forma, tanto seus mestres quanto seus aprendizes muitas vezes, ao longo do processo de ensino e aprendizagem, eram levados a refletir sobre o funcionamento da língua a que dedicavam seus estudos, do que se infere que as produções decorrentes do estudo aplicado de cada uma dessas disciplinas estavam permeadas por uma concepção de linguagem subjacente.

Com o advento da linguística moderna, no início do século XX, a linguagem foi sistematicamente tomada como objeto de estudo científico, e seus fenômenos passaram a ser alvo de teorização e aprofundada investigação. Teorias sobre língua e linguagem foram formuladas, e seus postulados procuravam trazer algo nunca antes pensado sobre as línguas. Na busca por romper com a tradição clássica dos estudos gramaticais e inovar na maneira de olhar os fatos linguísticos, os cientistas da linguagem em muito responderam pelo ineditismo de certas formulações. Contudo não se pode dizer que foram os únicos ou, ainda, os primeiros a pensar na língua de modo sistematizado.

Não raro, os antigos deixavam entrever sua compreensão de certos fenômenos linguísticos, entre os quais se situam a variação e a mudança linguísticas, isto é, o fato de que a

¹ Um dos primeiros registros que se têm da tentativa de descrição de uma língua no mundo ocidental é a obra *τέχνη γραμματική*, de Dionísio Trácio, produzida entre os séculos I e II a.C., a que se seguiram outros trabalhos no âmbito dos estudos sobre a linguagem. Entre os latinos, merece destaque a obra de Varrão, contemporâneo de Dionísio, com seu *De lingua Latina*, um tratado composto originalmente por 25 livros dedicados à etimologia, morfologia e sintaxe do latim, dos quais apenas seis chegaram a nosso tempo.

língua é variável, a partir da constatação de seu caráter dinâmico. Já se observava, portanto, desde aquela época, que a língua se realiza de modo diferente por diferentes grupos de falantes, segundo uma distribuição espacial e funcional, e que o tempo incide sobre a língua de modo a alterar certas estruturas, como o vocabulário, promovendo um processo gradual e contínuo de renovação lexical à medida que, por um lado, novas necessidades de expressão surgem e, por outro, formas mais antigas caem na obsolescência.

Não pretendemos aqui classificar qualquer pensamento antigo dentro das formulações da chamada linguística moderna nem ignorar as mudanças no pensamento e na visão de mundo da humanidade num intervalo de quase dois milênios. Contudo acreditamos que os antigos foram, para seu tempo, grandes investigadores e formuladores de conceitos linguísticos que, de certa forma, estabelecem uma correspondência com fenômenos de língua sistematizados pela linguística moderna.

Dada nossa formação linguística, à qual atribuímos nosso interesse pelos fenômenos dinâmicos da variação e mudança, e nosso fascínio pela língua latina, pretendemos neste trabalho primeiramente traçar um panorama linguístico do latim de Roma, tomando como base o testemunho dos autores antigos, para apresentar o modo como os latinos entendiam os fenômenos dinâmicos de sua língua. Em segundo lugar, procuramos destacar o testemunho de um autor particular, o mestre de retórica Quintiliano, que, a nosso ver, deixou um registro mais sistematizado da percepção dos mesmos fenômenos. Não sem antes introduzir os conceitos de variação e mudança segundo a teoria linguística moderna.

Assim, no primeiro capítulo, apresentamos uma introdução à linguística e, mais especificamente, à sociolinguística, para então comentarmos a teoria da variação e mudança, segundo seu conceito moderno. No segundo capítulo, traçamos o quadro “sociolinguístico” do latim de Roma, procurando descrever as variedades do latim, tal como registraram autores como Cícero, Varrão, Horácio, Aulo Gélcio, etc., e também apresentar o testemunho dos mesmos autores sobre a mudança linguística. Finalmente, no último capítulo, concentramo-nos no testemunho de Quintiliano, que, ao longo dos três primeiros capítulos do Livro VIII de sua *Institutio oratoria*, ao apresentar as virtudes da elocução, tema que introduz no livro em questão, em diversos trechos deixa como registro não apenas a forma de língua que recomenda ao futuro orador, mas ainda um quadro mais amplo das variedades do latim que concorriam entre si e das mudanças em curso.

Os trechos escolhidos em Quintiliano são parágrafos extraídos dos capítulos 1, 2 e 3 do Livro VIII, para os quais propomos uma tradução com comentários em notas. Não nos detivemos em traduzir os capítulos na íntegra, considerando que fugiria à nossa proposta de trabalho a tradução dos demais parágrafos, que não dizem respeito, diretamente, ao tema aqui analisado. Este tema, por sua vez, surgiu a partir do momento em que nos deparamos, pela leitura de Quintiliano, com uma visão de língua que compreendia e considerava seu dinamismo e sua variabilidade, pelo que nos pareceu pertinente criar um diálogo com os fenômenos sociolinguísticos da variação e da mudança e nos concentrar na apresentação de Quintiliano, como autor que, de certa forma, refletiu sobre o fato.

Os demais autores, citados sobretudo no segundo capítulo de nosso trabalho, cujos trechos igualmente traduzimos, exceto quando indicado, foram também considerados para corroborar a visão de Quintiliano e contextualizar seus escritos no cenário da produção intelectual da época, evidenciando que outros também mostravam a mesma percepção e que é, dessa maneira, possível criar uma sistematização das variedades, com base não apenas em um único autor, mas em uma corrente de pensadores antigos e estudiosos da linguagem.

Vale ressaltar que, para a reprodução do texto-fonte, optamos por seguir a edição *Belles Lettres*, de Cousin (2003), preservando os caracteres apresentados pelo editor. Outras edições críticas, das quais também nos valem para compor o estudo, encontram-se listadas nas referências bibliográficas.

1 VARIAÇÃO E MUDANÇA LINGUÍSTICAS

Com a instituição da linguística moderna como ciência, no início do século XX, a partir da publicação do *Curso de Linguística Geral*², de Saussure, em 1916, a língua é tomada como o objeto de estudo da nova ciência. Para Saussure, a linguística deve considerar todas as manifestações da linguagem humana, que, por sua vez, engloba tanto o aspecto interiorizado da língua, na memória do falante, quanto o aspecto exterior, cultural e socialmente marcado, que consiste no ato de fala em si.

Para o autor, a faculdade de constituir uma língua seria natural ao homem, isto é, a linguagem seria própria aos seres humanos, embora as línguas sejam uma convenção determinada em conjunto por um grupo de falantes e para o qual passam a funcionar. A assimilação da língua pelos grupos sociais é assim explicada pelo autor:

A língua existe na coletividade sob a forma duma soma de sinais depositados em cada cérebro, mais ou menos como um dicionário cujos exemplares, todos idênticos, fossem repartidos entre os indivíduos. Trata-se, pois, de algo que está em cada um deles, embora seja comum a todos e independa da vontade dos depositários (1970, p. 27).

A partir dessas considerações, é possível entender por que Saussure defende que os sujeitos, individualmente, não podem criar uma língua nem mesmo modificar uma já existente. Na verdade, admite o autor, a língua é um fato social: “Ela é a parte social da linguagem, exterior ao indivíduo, que, por si só, não pode nem criá-la nem modificá-la; ela não existe senão em virtude duma espécie de contrato estabelecido entre os membros da comunidade” (p. 22).

É certo que Saussure inaugurou uma nova forma de pensar a língua e, com isso, conferiu à linguística o estatuto de cientificidade. Mas seus estudos serviram, principalmente, como ponto de partida para muitos outros, que, com diferentes abordagens e recortes teóricos, deram continuidade aos avanços na área.

Embora o autor não tivesse como foco de seu trabalho discutir o aspecto social da linguagem, a concepção da língua como um “fato social” levantou questões sobre esse aspecto.

² *Cours de linguistique générale* - edição póstuma organizada por Charles Bally e Albert Sechehaye. A tradução brasileira, publicada em 1970, será nossa referência nas citações.

Essas questões, posteriormente, foram fundamentais para o desenrolar de uma nova vertente da linguística moderna, que tem como objeto de estudo a relação entre língua e sociedade.

1.1 O advento da sociolinguística

Nasce, então, na década de 60, a sociolinguística, na trilha dos estudos científicos sobre a linguagem. Na época, estudiosos como Gumperz, Haugen, Labov, Hymes se destacaram nos estudos voltados para a relação entre língua e sociedade, incorporando os aspectos sociais nas descrições linguísticas. Em 1964, esses e outros pesquisadores se reuniram em um congresso organizado por Bright na Califórnia, ocasião em que o termo “sociolinguística” é usado em referência à nova área de estudos. Ao apresentar posteriormente os trabalhos do congresso sob a forma de livro, Bright afirma que “a diversidade linguística” é precisamente a matéria de que trata a sociolinguística. Segundo ele, as dimensões desse estudo estão associadas a vários fatores sociais relacionados com essa diversidade, sendo tarefa da sociolinguística estudar a covariação sistemática das variações linguística e social e relacioná-las com as identidades sociais do emissor e receptor e com a situação comunicativa (1966, p. 34).

A sociolinguística surge para desempenhar um até então inédito papel de investigadora e fornecedora de uma metodologia adequada para os estudos da oralidade em diferentes grupos de falantes e diferentes contextos comunicativos de um mesmo falante (Preti, 1987). Com esse método de investigação, passou a ser possível registrar diversos tipos de falas em regiões diferentes, em grupos distintos de falantes, de acordo com a idade, o sexo, a classe social dos falantes ou ainda em diferentes registros de um falante.

Segundo Gadet e Pêcheux (1981), a sociolinguística despontou para estudar as relações entre as diversidades linguísticas e sociológicas, e o sociolinguista tem a função de mostrar como a linguagem varia de um falante para outro nessa perspectiva. Para Baylon (1996), a sociolinguística consiste essencialmente em descrever as diferentes ocorrências de língua coexistentes dentro de uma comunidade de fala.

A partir dos anos 1960, Labov (1972) passa a estudar e descrever a heterogeneidade linguística, tendo como base a premissa de que todo fato linguístico relaciona-se a um fato social. Em sua pesquisa sobre o comportamento linguístico da comunidade de Martha's Vineyard, publicada em 1963, e sobre a estratificação social do inglês de Nova York, de 1964,

Labov comprovou o papel decisivo de fatores sociais na variação linguística, relacionando-a com idade, sexo, ocupação e origem étnica do falante. O modelo de descrição e interpretação da variação linguística em comunidades estabelecido por Labov ficou conhecido como a Teoria da Variação Linguística.

1.2 A Teoria da Variação linguística

Os estudos sociolinguísticos procuram mostrar que a diversidade linguística é incontestável, e a tendência à variação é um fenômeno universal. Segundo Labov (1972), a variação existe em todas as línguas naturais humanas, pois é inerente ao sistema linguístico, ocorrendo na fala de uma comunidade e também na fala de uma mesma pessoa.

Para comprovar esse fenômeno, podemos tomar como parâmetro os diversos estudos no âmbito sociolinguístico realizados em comunidades de fala, nas quais se constata quase que imediatamente a existência de diferentes modos de falar – variedades linguísticas – observados entre os falantes dessa comunidade, ou mesmo na fala de um único falante. Nenhuma língua se apresenta como entidade homogênea – todas são constituídas por um conjunto de variedades, não havendo língua “pura”, uniforme, sem variedades.

Contrariando os estruturalistas americanos, que acreditavam que a mudança linguística não poderia ser observada em seu processo de implementação, mas apenas nos resultados finais, Labov dedicou-se a estudar o comportamento linguístico de uma comunidade de fala na ilha de Martha’s Vineyard, e, posteriormente, em Nova York, a fim de determinar quanto os fatores sociais interferiam no comportamento linguístico da comunidade. Tendo sido possível traçar essa correlação, Labov concebeu a variação linguística como um fenômeno sistemático, e não aleatório. Além disso, observou que a variação estabelecida sincronicamente, ou seja, em um dado recorte de tempo, pode refletir um processo de mudança em curso na língua, no plano diacrônico. Ora, a mudança nada mais é do que uma variante que predominou sobre as outras com as quais alternava e extrapolou seu recorte temporal (Labov, 1972).

Os estudos de Labov, que fundam o modelo variacionista, reforçam a ideia de que a língua mantém uma relação imediata com as transformações ocorridas na sociedade. Labov demonstrou que língua e sociedade estão indissolivelmente entrelaçadas, são interdependentes e se influenciam mutuamente.

Por esse método, não mais se conceberam as diferenças sociolinguísticas sem relacioná-las com a vivência dos falantes, uma vez que ficou claro que a variação linguística é resultado de pressões sociais exercidas sobre um determinado povo (Labov, 1972). Na mesma linha, Calvet (2002) define a variação linguística como a identidade de uma comunidade, pela qual se forma sua “identidade linguística”.

1.2.1 Variação, variedades e mudança

O fenômeno da variação linguística é orientado por diversos eixos, cujas diferenças são de várias ordens. Os estudiosos diferem quanto à classificação das variedades. Para Bagno (2007), a variação linguística pode ser classificada como: variação diatópica ou geográfica, variação diastrática ou social, variação diamésica ou de meio (oral e escrito), variação diafásica ou estilística e variação diacrônica ou histórica. São motivadas por fatores extralinguísticos de ordem geográfica e social, como status econômico do falante, grau de escolarização, idade, sexo etc., o que ainda influencia seus diferentes estilos ou registros comunicativos. Para ele, ainda, os referidos fatores exercem certa influência sobre a língua, que pode resultar na variação linguística nos níveis fonético-fonológico, morfológico, sintático, semântico e lexical.

Já na visão de Camacho (1988), os múltiplos fatores que originam as variedades linguísticas condicionam suas denominações nas seguintes: dialeto – a designação de variedades faladas por comunidades linguísticas demarcadas geograficamente; socioleto – variedade falada por uma comunidade demarcada socialmente; idioleto – modo linguístico que caracteriza o falar de um indivíduo, isto é, o léxico especializado e/ou a gramática de certas atividades ou profissões; etnoleto – variedade de linguagem adotada por um grupo étnico; ecoleto – idioleto adotado por pessoas de uma casa; cronoleto – variedade adotada por pessoas de uma faixa etária particular, de uma geração.

Mesmo havendo uma divergência na classificação dos fenômenos, é possível observar que ambos os autores concordam que o rótulo “língua portuguesa” não é senão uma etiqueta com que se designa um conjunto de variedades que se distribuem segundo a região geográfica, as classes sociais, as situações de comunicação e as peculiaridades dos falantes dessa língua. E, se pensarmos numa perspectiva histórica, temos de admitir que no mesmo rótulo ficam abrangidas ainda todas as variedades utilizadas ao longo dos séculos de uma tradição linguística.

Dessa forma, podemos definir a língua como uma entidade viva, uma vez que quem faz uso dela são os sujeitos em constante processo de transformação. Assim como há diferenciação de classes e diversidade cultural na sociedade, também há diversidade no modo como os sujeitos falam, já que as diferenças culturais, sociais, regionais e tantas outras se refletem na língua, instaurando uma multiplicidade de linguagem.

Não é preciso muito esforço para atestar o fato de que uma língua é um conjunto heterogêneo de variedades. Basta observarmos nossa própria maneira de falar e logo nos daremos conta de que a forma como variamos nossa escolha vocabular, as estruturas morfossintáticas e a maneira de pronunciarmos determinadas palavras são condicionadas por uma determinada situação. Com certeza, não utilizamos os mesmos recursos de comunicação quando conversamos com familiares ou pessoas mais íntimas e quando nos reportamos a alguém mais distante. Nesse sentido, as características de nosso interlocutor é que determinam como alteramos nossa forma de expressão de acordo com o grau de intimidade que temos com ele, com a formação ou escolaridade que ele tem ou demonstra, com a posição que ele exerce na organização social de que participamos.

Quanto ao espaço, também é fácil perceber que a língua falada em diferentes regiões não é a mesma. De uma região para a outra, é possível observar variação na pronúncia, no vocabulário e até mesmo em certas estruturas morfossintáticas, como a maneira de formular algumas orações. Por exemplo, “mandioca”, “aipim” e “macaxeira” exemplificam uma escolha vocabular diferente e *ele está a cantar* e *ele está cantando* são estruturas que demonstram opções sintáticas diferentes que mudam de lugar para lugar (Mercer & Foltran, 1993). As formas “mandioca”, “aipim” e “macaxeira” são variantes regionais encontradas, respectivamente, em São Paulo, Rio de Janeiro e Nordeste, por exemplo. Já a estrutura sintática com gerúndio para indicar uma ação em curso é característica do português brasileiro, enquanto sua correspondente com infinitivo marca o português europeu. Também facilmente encontramos variação na forma como os homens e as mulheres falam, na linguagem de uma geração para outra, de um grupo profissional para outro.

As diferenças no modo de falar entre falantes se tornam tão mais evidentes quanto maior é o abismo social, cultural, econômico que os separa. Segundo Camacho (1988, p. 29-30), “Não é provável que um indivíduo iletrado se expresse de modo idêntico a um outro com nível cultural mediano ou altamente cultivado”.

Já Bortoni-Ricardo (2005) sustenta que o comportamento linguístico é um claro indicador de estratificação social, o que nos leva a concluir que as diferenças linguísticas refletem aspectos sociais, como a má distribuição de renda e o acesso restrito à educação e à cultura, incluindo a linguagem escrita. Por esse motivo, mesmo com os estudos atuais que apresentam a variação e a mudança como fenômenos naturais, muitas vezes a diversidade da língua é encarada no seio da sociedade como fator de desqualificação do sujeito no que se refere à sua maneira de se expressar, o que intensifica ainda mais a estratificação social.

Sabemos que “variações existem não porque as pessoas são ignorantes ou indisciplinadas; existem, porque as línguas são fatos sociais, situados num tempo e num espaço concretos, com funções definidas” (Antunes, 2007, p. 104). Assim, enquanto houver falantes de uma mesma língua distribuídos em diferentes espaços, haverá variação nessa língua, em função das experiências peculiares de cada espaço. Da mesma forma, não existe variedade “certa” e variedade “errada”, mas cada uma é legítima na função que ocupa em seu espaço e para seus falantes. Essa concepção torna toda variedade de língua igualmente relevante para a linguística, uma vez que seu emprego é lógico, complexo e regido por regras gramaticais compartilhadas dentro da respectiva comunidade de fala.

Contudo as variedades linguísticas estão sujeitas à hierarquização social, pelo que lhes é conferido o mesmo (des)prestígio de que gozam seus falantes, uma vez que o valor de uma variedade está diretamente relacionado ao status de seus falantes dentro da organização social. As classes sociais desfavorecidas economicamente são desprezadas dentro da sociedade; conseqüentemente, sua variedade linguística não goza de qualquer prestígio. A diferença estabelecida é, portanto, uma diferença de valoração social.

Se, porém, olharmos apenas do ponto de vista da linguística, perceberemos que as variedades são legítimas, cada uma dentro de seu ambiente natural, e funcionais, na medida em que se prestam a atender a todas as necessidades e expectativas de seus falantes. À parte o preconceito linguístico, que, na verdade, reflete um juízo de valor da sociedade, todas as variedades cumprem com seu papel comunicativo, além de espelharem o modo de vida e as peculiaridades da comunidade de fala que representam.

Sabemos, ainda, que a variação pode ser observada ao longo do tempo, o que chamamos mudança linguística. Se compararmos textos contemporâneos com textos de uma época anterior qualquer, já poderemos atestar certas diferenças produzidas pela ação do tempo.

E quanto mais afastada for essa época, mais exemplos de mudanças encontraremos, o que de nenhum modo quer dizer que a língua se deturpou de uma geração para outra, ou ainda se aperfeiçoou. Na verdade, a mudança é um processo natural e inevitável pelo qual todas as línguas humanas passam, assim como a sociedade muda de uma época para outra, o que não quer dizer que se torne melhor ou pior, mas apenas diferente.

Como meio de identificação de uma sociedade, a língua acompanha seu percurso e reflete suas necessidades momentâneas. A língua portuguesa utilizada nos séculos anteriores era ideal para as necessidades dos seus falantes. Da mesma forma, a língua portuguesa que utilizamos hoje preenche todos os requisitos de que precisamos. Cientificamente, portanto, a única afirmação que pode ser feita com relação a esse fato é que a língua muda, varia, diversifica-se (Antunes, 2007).

Durante muitos séculos, porém, uma concepção de deterioração da língua orientou grande parte da tradição escolar, sustentando a ideia de que a ação do tempo corrompera as línguas clássicas, como o grego e o latim, e que o que falamos hoje nada mais é do que uma corruptela do legado deixado pelos antigos. Não raro encontramos na atualidade defensores da mesma teoria, alimentados pela grande influência dos textos clássicos em nossa tradição literária.

Segundo Mercer & Foltran (1993), a concepção monolítica de língua com que a escola costuma trabalhar foi herdada de uma tradição gramatical comum a toda a civilização ocidental, que remota aos filólogos gregos do II século a.C.:

Reunidos na famosa Biblioteca de Alexandria - então uma cidade grega no delta do rio Nilo - esses filólogos se aperceberam de que o grego falado à sua época era distinto daquele em que vinham vasados os poemas homéricos, compostos cinco séculos antes. (...) A variedade contemporânea foi entendida como uma forma degenerada da verdadeira língua grega, que tinha ficado num passado glorioso e encerrado. O equívoco alexandrino tomou foros de verdade indiscutível e desde então a escola concebe a língua dos autores clássicos como a forma verdadeira e exclusiva do idioma, banindo todas as demais variedades. Por intermédio das gramáticas, a escola seleciona o que considera o melhor repertório de hábitos linguísticos, que costuma buscar na literatura de séculos passados. Em consequência desse procedimento, passa-se a ter duas normas: uma norma culta real - aquela efetivamente praticada pelas classes cultas - e uma norma exclusivamente escolar, também chamada norma prescritiva, que, sem ser inteiramente artificial, é arcaizante (p. 200-201).

A linguística moderna já tratou de derrubar o mito da corrupção da língua e provou que a mudança linguística é tão natural e válida quanto as transformações que ocorrem na sociedade. Contudo ainda se acredita que os antigos não encaravam esse processo com naturalidade em sua língua, mas, como vimos acima, com estranheza e rejeição, e que a mudança seria uma percepção exclusiva da ciência moderna.

Os próprios Mercer e Foltran, ao analisarem a atitude dos filósofos gregos em relação à variedade contemporânea, chegam a afirmar que “como não tivessem ainda consciência de que a língua muda ao longo dos tempos, interpretaram a divergência como resultado de um processo de deturpação linguística causada pela ignorância do povo” (*id.*; *ibid.* p. 200), confirmando a noção comum de que os antigos desconheciam o dinamismo da língua.

No próximo capítulo, tendo já visto como a linguística moderna encara a variação e a mudança, passaremos a analisar a percepção dos antigos, a partir de textos latinos, sobre os mesmos fenômenos, a fim de mostrar que eles não estavam tão alheios à natureza da linguagem e aos processos inerentes às línguas naturais quanto se pode pensar.

2 PANORAMA SOCIOLINGÜÍSTICO DO LATIM

No capítulo anterior, vimos que as línguas modernas, vistas pelo ângulo da sociolinguística, estão longe de configurar um sistema individual, homogêneo e invariável, que se conhece pelo nome de “português”, “espanhol”, “mandarim” etc. Cada língua, na verdade, consiste em um conjunto diversificado de manifestações linguísticas que ocorrem simultaneamente e se sobrepõem umas às outras, cada qual relacionada a um determinado grupo de falantes, ou a diferentes contextos para um mesmo falante. Embora não se fale em diferentes línguas ou sistemas linguísticos, uma vez que a semelhança entre elas é bastante evidente, podemos chamar de variedade cada manifestação que encerre em si características próprias e diferenciadoras, como a pronúncia (ou sotaque), o vocabulário, a morfossintaxe e, além disso, reflita o modo de falar de um grupo social, de uma região do país, de uma faixa etária, de um grupo de pessoas em determinado contexto, ou ainda de um mesmo falante em uma situação específica. Assim, o que se conhece como “português”, “espanhol”, “mandarim” ou qualquer outra língua é um sistema diversificado, heterogêneo e variável composto pela soma de todas as variedades que a mesma língua apresenta.

Com essa afirmação em mente, a partir de qualquer língua viva é possível pressupor, mesmo sem contato direto com ela, a existência de diversas variedades, que se estendem muito além das diferenças já conhecidas entre o português brasileiro e o português europeu, ou ainda o inglês americano e o inglês britânico. Trata-se de uma diversificação social e regional da língua muito mais ampla; dentro de um mesmo país, a língua poderá se manifestar de um modo no norte e de outro no sul, ou no centro; de um modo no campo e de outro na cidade; de um modo no litoral e de outro no interior, e as características de cada região serão marcantes o suficiente para serem facilmente identificadas por qualquer falante nativo. Além disso, dentro de uma mesma região, haverá diferenças no modo de falar dos mais instruídos para os menos instruídos, da elite para o povo. Por exemplo, o inglês que se aprende nas escolas e universidades, inspirado na linguagem dos cidadãos mais cultos e letrados das metrópoles, como acadêmicos e escritores, não é o mesmo inglês falado nas ruas das mesmas metrópoles, por cidadãos comuns, por homens do subúrbio e dos guetos.

Antigamente se acreditava que os homens iletrados falavam uma linguagem errada, que era desprezada pela elite (Mercer & Foltran, 1993), uma vez que, pela vigência do método da gramática normativa, prevalecia o conceito de “certo e errado”, e tais pessoas teriam aprendido seu modo de falar longe das escolas e da influência de uma gramática normativa³. Com o surgimento da sociolinguística, as formas de linguagem marginalizadas receberam atenção da parte dos estudiosos e passaram a ser consideradas variedades legítimas da língua, sendo descritas e estudadas como manifestações tão complexas e regradas quanto a língua dos cultos ou a gramática normativa. Esta, por sua vez, passou a ocupar uma posição secundária nos estudos linguísticos, uma vez que o interesse, então, se centrava nas manifestações naturais da língua, e não num conjunto de prescrições pouco seguidas na língua falada de qualquer classe social.

Do mesmo modo, a linguagem do campo sempre foi desprezada pelo seu distanciamento da linguagem urbana, a variedade mais prestigiada, já que não recebe influência dos mesmos fatores que regem esta última e acaba se tornando uma forma de língua com características próprias⁴. A sociolinguística e, principalmente, a dialetologia se interessam em investigar e descrever tais variedades, assinalando seus elementos arcaizantes⁵ em relação às variedades urbanas e outros aspectos exclusivos desenvolvidos localmente pelos falantes (Alkmin, 2001).

Essas disciplinas tornaram possível concluir que a variação linguística é um fenômeno comum a todas as línguas vivas, uma vez que os falantes desenvolvem formas próprias em seus ambientes, diversificando a língua em variedades coexistentes. Por línguas vivas, entendemos as línguas usadas como meio de comunicação por uma comunidade, por oposição às línguas mortas, que foram usadas por uma comunidade em algum tempo e lugar, mas deixaram de sê-lo. A sociolinguística centrou seu interesse, naturalmente, nas línguas modernas, uma vez que seu método consiste na observação e descrição de fatos linguísticos reais referentes a diferentes grupos de falantes e a diferentes estilos de um mesmo falante (Labov, 1972).

³ A gramática normativa é ensinada na escola como um padrão de língua a ser seguido, embora nenhuma variedade de língua falada corresponda exatamente às regras prescritas pela gramática (Antunes, 2007).

⁴ Cf. seção 2.2.1

⁵ As variedades rurais habitualmente mudam menos do que as variedades urbanas, uma vez que seu isolamento geográfico e escasso contato com falantes de outras regiões contribuem para preservar as formas antigas que nas variedades urbanas são mais frequentemente substituídas, por isso apresentam em sua estrutura mais elementos arcaizantes (Alkmin, 2001).

Contudo, dada a constatação do fenômeno nas línguas modernas, podemos supor que teria havido o mesmo comportamento em línguas hoje mortas, como o latim, o hebraico, o sânscrito, mesmo que não se encontrem falantes nativos dessas línguas em nossos dias. Apesar da impossibilidade de se usarem os mesmos métodos empregados nos estudos das línguas modernas, acreditamos ser possível traçar uma “sociolinguística” do latim, baseada não no contato direto com seus falantes, mas nos registros deixados na Antiguidade por escritores, poetas, gramáticos, retores, polígrafos, e até cidadãos latinos comuns que deixaram documentado, de forma mais ou menos sistemática e mais ou menos intencional, o caráter variável de sua língua. Interessam-nos, particularmente, os testemunhos antigos que classificam as diferentes formas do latim e caracterizam os falantes de cada uma delas, diferenciando-as entre si e tornando sua investigação ainda mais interessante do ponto de vista sociolinguístico.

Ora, desde Varrão e Cícero até os gramáticos tardios dos séculos V e VI, há referências mais ou menos frequentes ao uso popular e corrente de certas formas rejeitadas pela língua literária. Além dos trabalhos dos retóricos, como Cícero e Quintiliano, e dos textos gramaticais e lexicais, como os *Etymologiarum siue originum libri XX* de Isidoro de Sevilha, há os glossários, dentre os quais os mais conhecidos são o *Appendix Probi*⁶ e os de Reichenau e Cassel⁷ (Maurer, 1962).

2.1 O latim como objeto sociolinguístico

Se vamos enveredar pelo caminho da investigação sociolinguística, tomando o latim como objeto de estudo, devemos primeiramente traçar um panorama da língua durante o período em que foi uma língua viva, isto é, uma língua efetivamente aprendida como língua materna e usada como veículo de comunicação.

⁶ Documento escrito por volta do século IV que contém uma lista de 227 formas incorretas e a indicação das formas corretas correspondentes.

⁷ Datados imprecisamente entre os séculos VII e IX, contêm, respectivamente, uma lista de palavras latinas da *Vulgata* e outros escritos patrísticos explicados por termos ou expressões correspondentes usuais na época de sua composição, e 265 termos romances glosados por termos germânicos correspondentes.

Não é possível datar com precisão o nascimento do latim e sua consolidação como língua natural. Sabe-se que a fundação de Roma⁸ abriu caminho para que nos séculos seguintes se constituísse uma chamada “unidade latina”, estruturada sociopoliticamente sobre as bases da cidade, que permaneceu sob a vigência da monarquia até o século VI a.C., para, então, dar lugar à República, que vigorou até o século I a.C. A língua, sem dúvida, cumpriu um papel determinante na unificação do povo romano sob um mesmo governo e na criação de uma identidade romana, que posteriormente, com a formação do Império, em 27 a.C., seria amplamente difundida nos territórios conquistados pelos romanos (Clackson & Horrocks, 2007). O contato com povos e línguas estranhas, sobretudo durante o Império, inevitavelmente estimulou o processo de diversificação linguística do latim, dada sua assimilação pelos povos conquistados e a constante presença de estrangeiros na cidade de Roma. Contudo esse processo se consolidou somente no final da República, enquanto, nos séculos precedentes, se manifestava na língua falada de maneira constante, embora mais lenta (Meillet, 1977).

Na segunda metade do período republicano, a cidade de Roma passava por diversas transformações, e a expansão do território conquistado contribuiu para que o latim fosse falado por povos de diferentes regiões, cada qual lhe atribuindo características próprias e mesclando elementos de suas línguas maternas. Clackson & Horrocks (2007) afirmam que o senso de unidade que se havia criado em Roma devido à forte oposição sofrida pela Urbe quando do início da expansão territorial facilitou a vitória sobre os inimigos e fez com que algumas comunidades conquistadas voluntariamente adotassem o latim no lugar de sua língua materna como forma de reconhecimento da superioridade romana e também por interesses políticos e comerciais.

Esse período caracteriza o início da diversificação intensificada do latim falado, que perduraria durante todo o Império e culminaria na sua dialeção total e formação das línguas românicas. Maurer Jr. (1962) nos esclarece a questão:

Os processos de inovação linguística que levam a constituir um tipo distinto de língua popular dentro da grande unidade latina e os que levam, mais tarde, à sua transformação em romance, se manifestam lenta e quase imperceptivelmente através de muitas gerações. Há,

⁸ Apesar de incerta, a data da fundação de Roma costuma ser fixada no século VIII a.C. O historiador Varrão precisou-a em 753 a.C., o que costuma ser adotado simbolicamente (Cornell & Matthews, 1996).

contudo, crises mais graves na história de uma língua. Estas apressam a tendência para as inovações, trazendo consigo resultados decisivos para a sua evolução posterior. Assim, embora não se possa ir além de datas aproximadas, é mais ou menos fácil fixar as épocas importantes dessa transformação dialetal e linguística do latim. Como data inicial podemos tomar o século III a.C., entre 250 e 200. Por essa época a intensa colonização da Itália e a assimilação de populações novas em grande número deviam começar a afetar bastante a linguagem da massa popular, para dar-lhe um colorido especial (p. 58-59).

Maurer aponta as inovações no latim decorrentes dos processos de transformação da sociedade como o fator que desencadeou o surgimento de uma nova forma de língua popular e, posteriormente, do romance. Ora, a língua popular era a língua da massa, da plebe, formada por comerciantes, militares, escravos etc. Era com esse latim que os povos recém-conquistados tinham contato e, embora essa língua popular mantivesse um ritmo de inovação lento e discreto, como afirma o filólogo, nessas ocasiões ficava sujeita às influências do entorno, que nela incidiam produzindo inovações.

O século III a.C. pode ser definido como um marco na dialeção do latim popular, falado. Essa data marca o começo de grandes transformações na língua, cuja dialeção mais intensa se deu pelo contato com outros povos, que se sucederam até a formação do romance. Por essa época, o latim já estava bem consolidado como a língua oficial do povo romano e se estendia desde a aristocracia republicana até as classes mais baixas, chegando a ser usado, inclusive, como língua franca entre os romanos e outros povos para transações comerciais. A diversidade de usos do latim e a convivência constante com outras línguas mediterrâneas potencializou a mudança e o desenvolvimento do romance, que futuramente se ramificaria nas línguas românicas (Clackson & Horrocks, 2007; Maurer, 1962).

Contudo não se pode precisar o momento em que o latim popular deixou de ser uma variedade do latim e se transformou em romance. Na impossibilidade de fixar uma data precisa, Maurer propõe “coincidir a morte do latim vulgar com a fragmentação definitiva do Império no século V” (1962, p. 59). O autor justifica sua decisão:

Desde essa época [século V] os fatores de inovação e diferenciação dialetal, que já vinham operando no período anterior, se intensificaram por toda parte, transformando a língua que ainda se podia dizer latina, apesar de sua estrutura pobre, em alguma cousa, que um romano do século de Cícero dificilmente ainda reconheceria como tal.

Infelizmente, o tempo que medeia entre o fim do Império, ou melhor, entre a separação da Dácia e o fim do primeiro milênio da era cristã, quando os textos romances começam a multiplicar-se, é extremamente obscuro sob o ponto de vista linguístico (*id.*, *ibid.*).

O autor aponta como obscuro o período que vai do século III, data da retirada das legiões romanas da Dácia, até o século XI, quando, então, já se tem um número considerável de documentos nas línguas românicas. Por essa data, fica evidente que o antigo latim popular e seu sucessor, o romance, já se haviam dissolvido nas diversas línguas neolatinas originárias dos territórios do extinto Império Romano. Antes disso, porém, a obscuridade e falta de informações do período impedem que se acompanhe a evolução do latim popular em romance. Os documentos escritos por volta do século V que apresentam certas inovações regionais apontadas como elementos romances, segundo Maurer, embora confirmem o processo de evolução pelo qual a língua passava, devem ser tomados com cautela como dado linguístico. Isso porque, mesclado com novidades da linguagem popular, nesses documentos ainda havia muito do latim culto. Segundo o autor, é, portanto, mais aceitável fixar o desaparecimento do latim popular no século V pelo histórico de mudanças sociais e políticas do Império romano do que pelos poucos documentos desse período que testemunham o romance.

Além de Maurer, outros autores delimitaram o mesmo período de vigência do latim popular. Grandgent (1928) já havia dito que “o período do latim vulgar dura, assim, desde o ano 200 a.C. até 600 d.C., aproximadamente” (p. 21). E Silva Neto (1956) fixa o século III a.C. e o século V como os marcos inicial e final do latim popular. Mais recentemente, Wright (1982) sinaliza para a existência de um “latim tardio” após a queda do Império Romano, que já apresentava evidências de um processo de evolução para o romance, rejeitando teorias que defendem que o latim foi falado até o século XIII por homens cultos.

De todos os modos, na falta de dados que nos forneçam maior precisão na definição de nosso objeto de estudo e tomando-se os séculos acima fixados, temos que o latim foi, de fato, uma língua popular falada por membros de diferentes classes e origens durante cerca de oitocentos anos, o que impressiona pela persistência com que resistiu a tantas mudanças no cenário sociopolítico. Diante de tal extensão de tempo, é impossível pensar que não houve variação e mudança no latim ao longo desses séculos, uma vez que as mudanças políticas, a

expansão territorial, a conquista de povos estrangeiros e a miscigenação social não poderiam deixar de produzir efeito na língua.

Isso nos faz supor que o latim se diversificava em variedades correspondentes às características dos falantes, como a procedência, a classe social, a região, a idade e o contexto de fala. Além disso, inovações se produziam, em maior ou menor grau, em cada variedade, e, em dado momento, se incorporavam e substituíam as correspondentes antigas, inaugurando um novo estágio. De tal modo que a língua de Cícero⁹ já não era a mesma de Plauto¹⁰, e a de Aulo Gélío¹¹ não era a mesma de Quintiliano¹².

2.2 As variedades do latim

Embora não reconhecessem propriamente a existência de dialetos em sua língua, atribuindo o conceito à língua dos gregos¹³, os latinos empregavam expressões próprias quando se referiam ao modo de falar de um grupo de pessoas que se destacava dos demais.

Como veremos mais adiante, quando queriam caracterizar o latim falado na cidade pelos cidadãos cultos, referiam-se a ele como *sermo urbanus*. Quando se referiam ao latim falado em Roma pelas camadas mais baixas da população, empregavam a expressão *sermo plebeius*. Já o latim usado no campo e áreas rurais ao redor de Roma por homens simples e de pouca instrução era caracterizado como *sermo rusticus*. Falavam ainda no latim das classes altas romanas usado em contextos informais, domésticos, familiares – o *sermo quotidianus*. E ainda possuíam um termo para designar a forma de falar dos estrangeiros, nas províncias mais distantes – o *sermo peregrinus*¹⁴.

Maurer distingue-os pelo fator social da seguinte forma:

⁹ Marco Túlio Cícero (106 a.C. – 43 a.C.).

¹⁰ Tito Mácio Plauto (230 a.C. – 180 a.C.).

¹¹ Aulo Gélío (125 d.C. – 180 d.C.).

¹² Marco Fábio Quintiliano (35 d.C. – 95 d.C.).

¹³ No livro I de sua *Institutio oratoria*, ao tratar do acento das palavras, Quintiliano afirma que é difícil definir uma pronúncia correta para o grego, uma vez que “para eles há muitas maneiras de falar, às quais chamam ‘dialetos’, e o que num lugar é vicioso, noutra é correto” (*plura illis loquendi genera, quas dialectus uocant, et quod alias uitiosum, interim alias rectum est – Institutio oratoria*, I, 5, 29 *apud* Pereira 2006, p. 116).

¹⁴ Por *sermo*, aqui, entende-se linguagem, falar, embora o mesmo termo designe outros conceitos. *Urbanus* está relacionado com a cidade de Roma, algo que é próprio da *urbs*; *plebeius* designa aquilo que pertence à plebe, ao povo; *rusticus* se relaciona com o campo; *quotidianus* é o informal; e *peregrinus* é o estrangeiro, o exótico (cf. Oxford Latin Dictionary.).

A língua coloquial urbana (*sermo quotidianus* ou *sermo urbanus*) era o latim usual da sociedade aristocrática de Roma, que transparece nas cartas de Cícero, nas Sátiras de Horácio (aqui com alguma tintura plebeia) e também na comédia de Terêncio e mesmo de Plauto. A língua vulgar (*sermo plebeius* ou *sermo rusticus*) era a língua do povo, isto é, da plebe romana em seu sentido mais lato (1962, p. 53-54).

O autor apresenta sua diferenciação baseada na classe social dos falantes, distinguindo apenas o que se refere à aristocracia do que se refere ao povo. Quanto à primeira classe, afirma que ambas as expressões *sermo quotidianus* e *sermo urbanus* se usam indistintamente para descrever seu falar usual. Ele cita ainda exemplos de empregos literários do latim coloquial urbano em textos de conteúdo mais íntimo, como as cartas de Cícero, ou quando o autor pretendia produzir certo efeito linguístico, reproduzindo determinado modo de falar, como em Horácio, Terêncio e Plauto. Já no caso da plebe, cita igualmente duas expressões possíveis para sua linguagem, *sermo plebeius* ou *sermo rusticus*, sem diferenciá-las.

O filólogo Bruno Bassetto (2001) também distingue duas variedades do latim falado: o culto e o popular, segundo a classe social a que correspondiam. Bassetto não especifica as demais variedades, citando o latim falado no campo e nas províncias apenas como ramificações do latim popular:

O *sermo urbanus* é a língua falada pelas classes cultas de Roma, certamente correto do ponto de vista gramatical, mas sem os refinamentos e a estilização da variedade literária, denominada *vulgaris* por Cícero. Os falantes dessa norma eram também os principais detentores da norma literária. O *sermo plebeius*, essencialmente falado, era a norma da grande massa popular menos favorecida, analfabeta. Foi metodicamente ignorada pelos gramáticos e escritores romanos, mas era viva e real: apresenta variantes sobretudo no léxico, segundo o modo de vida dos falantes, distinguindo-se o *sermo rusticus*, o *castrensis* e o *peregrinus* (p. 92).

Bassetto também deixa clara a distinção entre latim culto falado e o latim literário, essencialmente escrito. É importante esclarecer que a variedade falada pelas classes cultas não correspondia exatamente ao latim que se lê nas obras antigas. Embora ambas as variedades fossem usadas pela elite romana, o latim usado na literatura era dotado de uma estilização sofisticada e particular que não caberia na fala dos mesmos autores. Isso também evidencia o

caráter mormente falado do *sermo urbanus*, ainda que possa em alguns casos ser encontrado em escritos que não se prestavam a um intento literário.

Já o *sermo plebeius* era essencialmente falado, pois seus falantes eram, em sua maioria, analfabetos, o que, contudo, não nos impede de saber de sua existência e, inclusive, conhecer um pouco de sua estrutura, pois outros falantes, mesmo mais cultos, fizeram registros dessa variedade popular. Nela, segundo Bassetto, ainda figuram o *sermo rusticus*, o *peregrinus* e o *castrensis*, uma vez que o autor os identifica pelo caráter popular dos falantes, sem se deter em distinguir o latim do campo do latim das províncias conquistadas e dos militares.

A nosso ver, as expressões apontadas como correspondentes podem ainda ser diferenciadas entre si, na medida em que implicam níveis de especificidade maiores do que os apontados acima. Como veremos a seguir, usa-se muito a expressão *sermo urbanus* em oposição a *sermo rusticus* para opor o latim falado na cidade (*urbs*) ao latim falado no campo (*rus*). Na comparação, não se usam as expressões *sermo quotidianus* ou *sermo plebeius*. Este último aparece contraposto ao *sermo urbanus* quando se trata de distinguir a linguagem da classe alta da linguagem do povo. E o *sermo quotidianus* aparece descrito como uma variedade estilística, mais do que social, pois aponta para um uso particular da língua culta em contextos informais.

2.2.1 O *sermo rusticus*

Desde a fundação de Roma por volta do século VIII a.C., não apenas a cidade foi povoada, mas ainda a área rural que a cercava recebeu uma população camponesa que se desenvolveu paralelamente à dos cidadãos. Por muitos séculos, essa população rural manteve-se isolada, apesar da proximidade geográfica com a cidade, seguindo um ritmo de crescimento e desenvolvimento que em nada se equiparava ao de seus vizinhos cidadãos. As influências interculturais se davam no âmbito da cidade, quando camponeses refugiavam-se nos limites da Urbe em busca de melhores condições de vida, ao mesmo tempo em que deixavam para trás o estilo de vida simples e atrasado do campo (Meillet, 1966). Esse peculiar estilo de vida naturalmente ficava marcado no latim que falavam, dotado de um particular acento rural

perceptível por qualquer cidadão romano, além de formas arcaicas que o latim da cidade desconhecia¹⁵.

A partir do século III a.C., com a submissão das populações do sul e do centro da península e a decadência da agricultura, intensificou-se a migração de camponeses para a cidade, fugidos da penúria reinante nas regiões rurais. Esses novos elementos, amalgamados com os plebeus antigos, constituíram a nova plebe, em cujo seio predominava um latim simplificado e peculiar que logo causou estranhamento aos ouvidos mais instruídos (Maurer, 1962).

A associação entre os falantes e sua variedade linguística logo se fez valer em Roma e justificou a aversão dos cidadãos romanos cultos à linguagem dos camponeses, que cada vez mais se misturava, nas classes baixas, ao latim popular da cidade. Os camponeses eram a classe mais desprezada da sociedade romana depois dos escravos. Eles ocupavam o último lugar na pirâmide social dos homens livres e não gozavam de nenhum prestígio por seu ofício. Na verdade, qualquer cidadão da época conhecia os aspectos da vida agrícola e dispunha dos conhecimentos necessários para desempenhar esse ofício, sem precisar de qualquer estudo¹⁶. O camponês, portanto, não sabia nada que os outros não soubessem nem se diferenciava por alguma habilidade especial (Correia-Deur, 2005).

Em certo momento, Cícero cita o autor Nicanto, que, sendo um completo desconhecedor da vida no campo, escreveu com maestria sobre agricultura e ainda com a elegância de um poeta¹⁷. Como todos dominavam a técnica do campo, o que diferenciava os cidadãos era a classe a que pertenciam, sendo os camponeses muito inferiores aos poetas e oradores. Essa ideia é reforçada em outra passagem em que Cícero considera os escritores que escreviam sobre temas ligados à agricultura superiores aos simples camponeses e ainda inferiores aos oradores¹⁸. Tomando as duas distâncias, vemos no testemunho dos antigos o quanto os camponeses eram rebaixados e como ocupavam um extremo da escala social em oposição aos oradores.

¹⁵ Cf. Isidoro de Sevilha, *Etymologiae* XV, 12, 2; Cícero, *De oratore* III, 42.

¹⁶ Cf. Cícero, *De oratore* I, 249.

¹⁷ Cf. Cícero, *De oratore* I, 69.

¹⁸ Cf. Cícero, *De oratore* II, 38.

Não tardou, portanto, que sua língua fosse igualmente desprestigiada e relegada ao posto das formas de linguagem desprezadas. O termo escolhido para designá-la foi *sermo rusticus*, em uma referência à sua procedência:

O substantivo *rusticus*, a princípio, denomina o camponês. Os patrícios, mesmo morando em Roma, possuíam propriedades agrícolas que deixavam ao cargo de administradores. Dispunham ou de escravos ou de clientes que realizavam o serviço do campo. Dessa forma, o termo *rusticus* é associado às camadas populares, afastadas dos requintes aristocráticos e desprestigiadas por isso (Deur 2005, p. 62).

O *sermo rusticus* é poucas vezes registrado pelos autores antigos. Na maioria dos casos em que é citado, aparece como uma variedade de língua reprovada, da qual os bons cidadãos deviam afastar-se para não parecer rudes e grosseiros. Por representar a variedade dos camponeses, os homens mais rejeitados da sociedade, não gozava de nenhum prestígio entre as classes altas. Quando homens cultos o mencionavam, era com aversão que o faziam. Os oradores condenavam seu uso nos discursos, e os gramáticos o citavam como exemplo de linguagem viciosa. Já no século II a.C., Varrão reproduz a advertência de Lucílio, que recomenda que “não se pareça rústico no falar”¹⁹ (*De lingua Latina* VII, 96).

Outra advertência é dada por Quintiliano, que afirma: “A elocução será correta, isto é, isenta de vícios, se a pronúncia for fluente, elegante, agradável e urbana, ou seja, de modo que nela não ressoe nada de rústico ou estrangeiro”²⁰ (*Institutio oratoria* XI, 3, 30). Como já mencionamos, no discurso oratório, são frequentes as recomendações para que se evite falar como um camponês ou estrangeiro. O que deveria estar impresso na fala do orador era a pronúncia urbana, pois era deselegante e inaceitável qualquer pronúncia que soasse como estranha à cidade. Aqui o autor emprega o termo *rusticitas*, substantivo que, originalmente, significa “rusticidade”, “qualidade do que é rústico, simples”. Porém, analisando esse e outros casos em que aparece, somos levados a crer que há algo mais por trás desse conceito.

Vejamus outra citação de Quintiliano: “Com efeito, chama-se *urbanitas* o modo de falar que, como vejo, dá preferência, nas palavras, na pronúncia e no uso, ao gosto próprio da

¹⁹ *Ne rusticus fiat.*

²⁰ *Ita haec quoque emendata erit, id est, uitio carebit, si fuerit os facile, explanatum, iucundum, urbanum, id est, in quo nulla neque rusticitas neque peregrinitas resonet.*

cidade e a uma elegância discreta, proveniente do convívio com pessoas cultas; enfim, tudo que é contrário à *rusticitas*”²¹ (*Institutio oratoria* VI, 3, 17).

Aqui, Quintiliano opõe a *rusticitas* ao conceito de *urbanitas*. Mesmo definindo apenas o segundo, pela oposição podemos depreender o sentido de *rusticitas* para o autor. Por *urbanitas*, Quintiliano entende um “modo de falar”, *sermo*, no original, que reflete em sua estrutura morfossintática o gosto da cidade. E ainda esclarece que se trata da fala das pessoas cultas da cidade, e não de quaisquer romanos.

Portanto a *rusticitas*, para ele, é tudo que se opõe à primeira, ou seja, o modo de falar que se afasta do gosto da cidade e do convívio com pessoas cultas. É a língua do campo, dos homens incultos de fala simples, que nada faz lembrar a elegância das palavras e da pronúncia da cidade. Em suma, *rusticitas* é mais do que a rusticidade, a simplicidade, associadas ao modo de falar do campo; é a própria norma do campo, isto é, a estrutura morfossintática e lexical com que os camponeses se comunicavam e na qual encontravam sua identidade. *Rusticitas* equivale, portanto, nesse contexto, ao *sermo rusticus*, assim como podemos dizer que *urbanitas* equivale ao *sermo urbanus*.

Como falaremos deste posteriormente, não vamos detalhá-lo por ora. Interessa-nos aqui o *sermo rusticus*, ou *rusticitas*, que, como vimos acima, era reprovado pelos homens letrados. Porém não devemos nos esquecer de que a variedade rural, assim como qualquer variedade popular, recebia essa reprovação no contexto da oratória, da literatura, das artes, muito mais pela posição social a que remetia do que pela estrutura linguística em si. Não que fossem tais variedades totalmente desprovidas de recursos, mas a real preocupação dos autores era em que não se falasse como alguém de uma classe social inferior no contexto das disciplinas citadas, por isso recomendavam cuidado com o uso da língua. Isso não quer dizer que eles mesmos não se permitiam mais liberdade em contextos informais, como veremos adiante, e muito menos que estivessem alheios à diversidade linguística que os rodeava.

Assim como Quintiliano, Cícero se mostra avesso a qualquer aproximação com o *sermo rusticus* na fala do orador. Sobretudo no contexto da oratória, o orador e mestre aconselha seus

²¹ *Nam et urbanitas dicitur, qua quidem significari uideo sermonem praeferentem in uerbis et sono et usu proprium quandam gustum urbis et sumptam ex conuersatione doctorum tacitam eruditionem, denique contraria sit rusticitas.*

discípulos a se afastarem dessa forma de linguagem, em que constam, entre outros, traços de rusticidade:

Por esta razão, sempre que houver uma forma própria do romano e da cidade, em que nada possa causar espanto, ou desagradar, ou ser repreendido, ou soar e cheirar a estrangeiro, adotemo-la e aprendamos a evitar, não só a rudeza do falar rústico, mas também as extravagâncias de uma linguagem exótica²² (*De oratore* III, 44).

Para Cícero, a “rudeza do falar rústico” era capaz de espantar e desagradar os ouvidos dos cidadãos e das famílias de Roma, por isso, ao dirigir-se ao futuro orador, recomenda que se afaste do que pode soar mal em seu discurso e, ainda, levá-lo a ser repreendido pelos ouvintes. Ora, mais não seria preciso dizer para mostrar o quanto o *sermo rusticus*, cuja presença em Roma era inegável, carregava o juízo de valor negativo que os camponeses recebiam dos cidadãos romanos.

Em outro momento, Cícero reforça sua opinião de que se deve evitar o extremo de “ser grosseiro e rústico no falar”²³ (*De officiis* I, 129). Isso, para ele, inclui elevar muito a voz ao proferir o discurso, em vez de usar um tom suave²⁴, visto que muitos oradores usavam a língua de maneira pesada para tentar reproduzir o sotaque rural. Vejamos esta última afirmação:

Também há um vício, que alguns perseguem com empenho: o sotaque rústico e agreste agrada-os, porque acreditam conferir mais antiguidade ao discurso, se soar assim, como, Catulo, teu amigo L. Cota, que me parece feliz com o som pesado da língua e o sotaque agreste, e considera, como foi dito, que aquilo parece antigo. Porém, deleita-me o sotaque e a leveza da tua voz²⁵ (*De oratore* III, 42).

Alguns oradores insistiam em manter o sotaque rústico no discurso para atribuir-lhe a autoridade do que é antigo. Cícero, por outro lado, condenava tal prática, pois considerava

²² *Quare cum sit quaedam certa uox Romani generis urbisque propria, in qua nihil offendi, nihil displicere, nihil animaduerti possit, nihil sonare aut olere peregrinum, hanc sequamur neque solum rusticam asperitatem, sed etiam peregrinam insolentiam fugere discamus.*

²³ *Quibus in rebus duo maxime sunt fugienda, ne quid effeminatum aut molle et ne quid durum aut rusticum sit.*

²⁴ Cf. Cícero, *De oratore* III, 227.

²⁵ *Est autem uitium, quod non nulli de industria consectantur: rustica uox et agrestis quosdam delectat, quo magis antiquitatem, si ita sonet, eorum sermo retinere uideatur; ut tuus, Catule, sodalis, L. Cotta, gaudere mihi uidetur grauitate linguae sonoque uocis agresti et illud, quod loquitur, priscum uisum iri putat, si plane fuerit rusticum. Me autem tuus sonus et subtilitas ista delectat* (Deur, 2005, p. 104).

vicioso realizar uma pronúncia forjada para tentar obter certo efeito. Para ele, o agradável e esperado no discurso do orador é a pronúncia urbana, com o qual estava habituado, em oposição à pronúncia agreste.

Esse latim rústico era identificado, segundo Cícero, por algumas características próprias, como a elisão de vogais em palavras separadas²⁶, bem como a elisão de certas consoantes em final de palavra quando a próxima iniciava por consoante²⁷. Para Festo²⁸, era marca de rusticidade substituir o ditongo AU por O, enquanto Longo²⁹ considerava rústico pronunciar U no lugar de I³⁰. Este autor ainda caracterizava as aspirações como marca de rusticidade³¹, assim como Fígulo³². Sobre esta última característica, há um famoso poema de Catulo que critica o excesso de aspiração na fala de um certo Árrio, identificado como o orador Quinto Árrio³³:

Árrio dizia *chommoda*, quando queria dizer *commoda*, e *hinsidias* em vez de *insidias*, e esperava falar magnificamente ao dizer, como melhor podia, *hinsidias*. Creio que assim falavam a mãe, o tio que era liberto, o avô materno e a avó. Quando foi enviado para a Síria, os ouvidos de todos descansaram: ouviam os mesmos nomes de forma suave e leve, e não mais os receavam. Então, de repente, chega a notícia terrível: o mar *Ionios* (Jônico), depois que Árrio por ali passou, já não era mais *Ionios*, mas *Hionios*³⁴ (*Carmina* 84).

Catulo pertencia à mesma classe de Cícero e partilhava da opinião deste quanto à pronúncia do orador. No poema acima, toma como alvo Árrio, cuja pronúncia é criticada pela articulação aspirada das vogais. A aspiração era considerada marca de rusticidade e, portanto, para Catulo, extremamente viciosa. Esse sotaque se justifica pelo fato de Árrio não ser de

²⁶ Cf. Cícero, *Orator* 150).

²⁷ Cf. Cícero, *Orator* 161).

²⁸ Festo, 1965 *apud* Deur, 2005, p. 63.

²⁹ Velius Longus, *De orthographia*, p. 68, *apud* Deur, 2005, p. 63.

³⁰ Maurer apresenta uma extensa lista de palavras do latim culto cujas formas se alteraram no latim popular por diversos processos metaplásticos. Entre elas, encontramos as formas *coda*, para *cauda* (rabo), e **gubbus*, para *gibbus* (saliente), que ilustram bem os dois fenômenos atribuídos ao latim rústico.

³¹ Velius Longus, *De orthographia*, p. 75, *apud* Deur, 2005, p. 63.

³² Aulo Gélio, *Noctes Atticae* 17, 2, 17.

³³ Cícero, *Brutus* 242.

³⁴ *Chommoda dicebat, si quando commoda uellet / dicere, et insidias Arrius hinsidias, / et tum mirifice sperabat se esse locutum / cum quantum poterat dixerat hinsidias. / credo, sic mater, sic liber auunculus eius, / sic maternus auus dixerat atque auia. / hoc misso in Syriam requierant omnibus aures:/ audibant eadem haec leniter et leuiter, / nec sibi postilla metuebant talia verba, / cum subito adfertur nuntius horribilis / ionios fluctus, postquam illuc Arrius isset, / iam non Ionios esse, sed Hionios.*

família tradicional de Roma, mas ter origens plebeias, fato reforçado pela presença de um tio libertado em sua genealogia materna. Desse modo, não poderia deixar de ter sotaque rústico, tornando-se alvo das críticas de Catulo.

As marcas da rusticidade se viam ainda na formação de palavras. Alguns sufixos eram tidos como tipicamente rústicos por estarem associados à formação de vocábulos referentes à vida no campo. É o caso de *-etum*, que servia principalmente para formar nomes coletivos de plantas, como *rosetum*, embora também apareça na língua culta. O sufixo *-inus*, usado para formar adjetivos, surgiu na linguagem rústica com nomes de animais, para designar sua prole, como *equinus*. Também tem origem rústica o sufixo *-aria*, aplicado a nomes de plantas, como **arbor piraria*.

O sufixo *-men*, corrente sob as formas *-amen*, *-imen*, *-umen*, é possivelmente de origem rústica, o que explicaria sua presença em substantivos derivados no português mais usados no meio rural: “folhame”, “vasilhame”, “negrume”. Eram rústicos também *-ago*, *-igo* e *-ugo*, e também *-ale*, de sentido coletivo, para plantas. Alguns sufixos verbais muito comuns na língua popular tinham origem rústica, como *-iare*, muito abundante em formações como **ruptiare*, **curtiare*, **tritiare*, **captiare*, **ingrassiare*, **moliare*, formados a partir do nominativo dos nomes em *-io*. Outro sufixo verbal é *-icare*, provavelmente rústico pelo sentido atestado em exemplos antigos de sufixação a partir de radicais típicos da língua do campo: *carricare*, *caballicare*, *impedicare* etc. (Maurer, 1962, p. 85, 125).

Outros vocábulos, ainda que não necessariamente formados por sufixos tidos como rústicos, podem ser atribuídos inicialmente à linguagem do campo pelo sentido peculiar, embora mais tarde tenham alcançado as massas populares da cidade. É o caso de *afflare*, que inicialmente significava “farejar”, mas passou para as línguas românicas como “achar”; *minare*, com o sentido de “tocar o gado”; *satio* para “semeadura”; *unio*, “cebola”, mencionado por Columela como rústico³⁵; *necare* para “afogar”; *laborare*, que ocorre na România com o sentido de “trabalhar a terra”, “lavar”; *mundare*, com o sentido de “tirar a casca”, “podar”; *rostrum*, que inicialmente significava “bico”, “focinho”.

Além desses, outros termos denunciam sua origem rústica pelo sentido associado à vida no campo e sua posterior transmissão popular, pela qual alcançaram o romance e se difundiram

³⁵ *Vocant unionem rustici* (“Os rústicos dizem *unionem*” - *De re rustica* XII, 10).

entre as línguas românicas. Podem ser enumerados *secare*, “segar”; *masculus*, “macho”; *sanare*, “castrar”, encontrado em dialetos italianos e no catalão; *cerebellum*, inicialmente “miolo de carneiro”; *cubare*, para “chocar”, entre outros. Tais palavras nem sempre são resgatadas pelo testemunho direto dos autores antigos, como a citação de Isidoro de Sevilha, que afirma claramente que “os homens rústicos dizem *capanna* (casa)”³⁶ (*Etymologiae* XV, 12, 2).

Na maioria dos casos, esses vocábulos são reconstituídos a partir das línguas românicas ou mesmo de alguns registros do latim popular. Não é incomum, inclusive, os termos rústicos adquirirem um sentido mais amplo depois de se espalharem pelas classes baixas e substituírem eventuais correspondentes do latim culto. É o caso de *casa*, que significava “choupana”, e nas línguas românicas tomou o lugar de *domus*, do latim culto. Também podemos citar o adjetivo *grandis*, que para os camponeses indicava a fase final de crescimento das plantas, e substituiu *magnus*, do latim culto, no romance.

A principal evidência para atribuí-los ao *sermo rusticus* é o significado original, estritamente ligado ao modo de vida camponês. Outra evidência para o caráter popular desses termos é sua ausência nos textos clássicos, a não ser em uma ou outra ocorrência quando se queria explicitar o que era rústico, como no caso de Isidoro de Sevilha.

Mesmo sem se delongarem muito sobre as características morfossintáticas e lexicais do *sermo rusticus*, os autores antigos nos deixaram um testemunho da variedade rústica do latim. Ainda que, mesmo sem qualquer menção a ela, nos seja impossível ignorar a existência de uma norma própria do campo com que os homens mais simples se comunicavam, o registro que os antigos fizeram desse *sermo* nos deixa claro o quanto sua presença em Roma era evidente e como a língua, uma vez diversificada em grupos, não apenas delimita e distingue os falantes, mas ainda carrega o valor social que lhes é atribuído.

2.2.2 O *sermo peregrinus*

Assim como o *sermo rusticus* convivia em Roma com o desprezo dos cidadãos, outra variedade do latim carecia de prestígio entre os cidadãos cultos, o *sermo peregrinus*.

³⁶ *Hunc rustici capannam uocant.*

Acostumada com a “pronúncia urbana” do latim, a sociedade romana estranhava sempre que um sotaque estrangeiro lhe chegava aos ouvidos. Esse processo se deu ao longo de muitos anos, segundo o curso de ocupação territorial do povo romano.

Durante o Império Romano, quando se intensificaram as conquistas, o processo de latinização das regiões conquistadas deu origem a uma massa plebeia constituída dos mais diversos elementos a ela assimilados. Colonos, soldados, artesãos e comerciantes se espalharam pelas províncias, onde tiveram contato com as populações submetidas e se confundiram com elas (Clackson & Horrocks, 2007).

Nas províncias conquistadas, fundavam-se as colônias, estabelecidas entre os povos conquistados, para evitar revoltas e garantir a ordem. Ainda no século II a.C., surgiram as colônias agrárias, com o objetivo de aliviar a miséria romana e diminuir o risco de motins. Estas se estabeleceram não só na Itália, mas na Hispânia, África etc. Segundo Suetônio, César sozinho estabeleceu 80.000 cidadãos em colônias transmarinas³⁷. Na mesma época, surgiram as colônias militares, instituídas por generais e ditadores, que recompensavam seus soldados com as terras despojadas dos antigos proprietários.

Durante o período imperial, a criação de colônias continuou, muitas vezes pelo recrutamento de elementos das diversas províncias. No caso da Dácia, por exemplo, o território recém-conquistado foi ocupado por homens de todo o império, enviados por Trajano (Maurer, 1962). Esse convívio entre soldados e vencidos disseminou o latim pelas províncias mais longínquas, onde à língua dos conquistadores se agregavam elementos das línguas nativas dos conquistados. Sobre a influência linguística do latim nas colônias, afirma Maurer:

O que, porém, concorreria sobretudo para disseminar o latim entre as populações submetidas eram o exército, não tanto porque as legiões romanas ficavam postadas em lugares diversos do Império – pois que se encontravam mais abundantemente nos limites e entre populações mal pacificadas –, mas porque o exército romano, constituído cada vez mais de elementos recrutados nas províncias, era a mais comum das escolas de latim para os povos vencidos, e não é preciso dizer que este latim não era o *sermo urbanus*, mas, sim, o latim da plebe, que constituía naturalmente o âmago do exército (*id.*, p. 100-101).

³⁷ Cf. Suetônio, *Iulius Caesar* 42.

O autor ainda reforça que os legionários eram recrutados de preferência na Itália, embora se aceitassem provincianos de algumas regiões romanizadas, desde que urbanizadas. Já as tropas auxiliares eram constituídas por estrangeiros, até mesmo tomados das regiões incultas do campo. Formava-se, então, uma classe mista, cujos membros, apartados de sua região, eram submetidos à convivência forçada com estranhos em situação de recrutamento. Não só se conglomeravam nos acampamentos militares, onde eram obrigados a conviver, mas ainda tinham de vencer as barreiras culturais para a latinização dos povos conquistados. Dessa forma, os acampamentos se tornaram os mais importantes agentes de difusão da cultura romana.

Como o latim transmitido pelos soldados era assimilado pelos vencidos, em geral, sem muita resistência, não tardou para que no período de expansão do território essa língua se tornasse uma espécie de *koiné*, ou seja, de língua geral mutuamente inteligível com que os povos se comunicavam facilmente desde a Dácia até a Lusitânia, e desde o norte da África até a Britânia (Clackson & Horrocks, 2007). Quando algo desse latim com feições estrangeiras chegava a Roma, os cidadãos cultos o reprovavam tanto quanto o latim rústico, mais uma vez em virtude da baixa posição dos estrangeiros na sociedade.

Creemos que vale lembrar a citação de Cícero sobre evitar “as extravagâncias de uma linguagem exótica”³⁸, referindo-se à incorporação de elementos estrangeiros à fala romana, e a de Quintiliano, que afirma que a fala correta deve evitar os vícios, como o de soar estrangeiro³⁹. Nessa passagem, Quintiliano emprega o substantivo *peregrinitas*, que significa “modo de ser estrangeiro” para se referir ao latim falado nas regiões alógenas. Como já foi discutido em outro momento, sentimo-nos seguros para tomá-lo como sinônimo de *sermo peregrinus* baseados no emprego dado à expressão por autores antigos. Na raiz dos dois termos encontramos *per* e *ager*. O primeiro, uma preposição, significa “além de”; o substantivo *ager* que dizer “campo”. Assim sendo, *peregrinus* seria aquele que, literalmente, está “além dos campos” ou que veio “d’além das terras”; portanto, o estrangeiro.

A chegada de populações alienígenas em grande número não poderia deixar de afetar o latim de Roma. Por um lado, nas casas havia uma resistência purista, apesar do contato com elementos adventícios, como os escravos e também muitos imigrados mais cultos; por outro lado, nas ruas, nos meios populares, criava-se uma *koiné* simplificada, com elementos de

³⁸ Cf. Cícero, *De oratore* III, 44.

³⁹ Cf. Quintiliano, *Institutio oratoria* XI, 3, 30.

estrutura mais simples, que o romano de classe alta certamente considerava impróprio no meio culto. Cícero chama a atenção para a linguagem de sua época, influenciada pela invasão de estrangeiros que falavam a língua de modo diferente:

Mas, de modo geral, nesse tempo, todos os que não tinham vivido fora da cidade nem foram estragados por um ambiente doméstico vicioso falavam corretamente. Porém certamente o tempo agravou as coisas tanto em Roma como na Grécia, pois em Atenas e também aqui afluíram grande multidão de diversas regiões, falando uma linguagem corrompida⁴⁰ (*Brutus* 258).

Essa linguagem a que se refere Cícero, na verdade, é produto da miscigenação da população de Roma nos últimos tempos da República, formando uma plebe complexa e mista de elementos gregos, cartagineses, gauleses, germanos, iberos etc. (Silva Neto, 1957). Se, antes, ainda era possível ter em Roma um latim legitimamente urbano caso não se tivesse saído da cidade nem acolhido em casa elementos estranhos, na época de Cícero as populações provincianas já haviam invadido a cidade de tal modo que era impossível não se ouvir a variedade dos estrangeiros pelas ruas. A citação nos prova que, no final da República, Roma já abrigava em seus limites uma população estrangeira significativa e de tal modo assimilada às massas populares que sua linguagem podia alcançar facilmente os ouvidos da elite romana.

Portanto já não se pode falar do *sermo peregrinus* como uma manifestação linguística apenas das províncias distantes, onde os povos aculturados assimilaram-no como língua de contato com seu exército de conquistadores, mas em uma variedade que se realizava com vigor nos limites da cidade, reforçada pelo grande contingente de estrangeiros que constantemente para ali afluía.

2.2.2.1. A corrente pró-helenista

Se, por um lado, a incorporação de formas estrangeiras ao latim da cidade parecia inaceitável para um grupo de eruditos, por outro lado, paradoxalmente, desde antes de Cícero, já se havia instaurado em solo romano uma corrente pró-helenismo que disseminava a moda

⁴⁰ *Sed omnes tum fere, qui nec extra urbem hanc uixerant neque eos aliqua barbaries domestica infuscauerat, recte loquebantur. Sed hanc certe rem deteriore uetustas fecit et Romae et in Graecia. Confluxerunt enim et Athenas et in hanc urbem multi inquinatae loquentes ex diuersis locis.*

dos estrangeirismos de origem grega não apenas na literatura, mas também na modalidade oral da linguagem, e até mesmo na fala coloquial.

Chegou a tal extremo a afeição à cultura grega que os adeptos do novo modismo só consideravam bom e aceitável o que soasse como tipicamente heleno. Dessa forma, até mesmo nas conversas informais frequentemente sobejavam palavras e expressões à moda grega, o que certamente não denunciava a falta de um correspondente à altura no léxico latino, mas apontava uma escolha consciente daquilo que, para alguns, gozava de maior prestígio e sinalizaria a cultura e o gosto refinado do falante (Gonçalves, 1937).

No entanto, como nem todos estavam de acordo, logo alguns começaram a se manifestar contra tal excesso. Diante do evidente exagero na valorização do legado helênico, o poeta Lucílio chegou a satirizar os que fartavam suas falas de expressões gregas com a passagem: “E como preferiste, quando vens a mim, saúdo-te, dizendo: *khâire* [saudação grega], Tito”⁴¹ (*De finibus* I, 9, 8), na qual o poeta zomba da adesão de um certo Tito ao modismo da época, provocando-o com uma saudação à grega.

Cícero, que tampouco se afeiçoava ao movimento, recomenda a preferência pelo latim: “Por isto mesmo, empreguemos nossos bons termos (latinos) antes que os brilhantes termos gregos”⁴² (*Orator* 164). Ainda que se referisse aos termos gregos como “brilhantes”, podemos constatar que as palavras latinas gozavam de maior prestígio para o orador, segundo o qual, ainda, em certos contextos, o emprego de expressões estrangeiras, mesmo gregas, era levado ao ridículo:

Exatamente como devemos empregar uma linguagem que nos é conhecida (familiar), para que não incorramos merecidamente no ridículo, como acontece com alguns que, a todo momento, introduzem termos gregos (no seu falar)⁴³ (*De officiis* I, 31).

Com isso, é possível observar que, não obstante as contribuições dos gregos para a cultura latina, nem sempre o emprego da língua helênica alcançava o mesmo êxito. Muitas vezes, até, o uso excessivo de termos gregos na fala era motivo de escárnio e zombaria contra

⁴¹ *Id quod maluisti, te, cum ad me accedis, saluto: khâire, inquam, Tite.*

⁴² *Quare bonitate potius nostrorum uerborum utamur quam splendore Graecorum.*

⁴³ *Etenim sermone eo debemus uti qui notus est nobis, ne, ut quidam, Graeca uerba inculcantes, iure optimo irrideamur.*

os adeptos da corrente helênica que desmesuradamente se apropriavam de vocabulário alheio em qualquer contexto. Como se viu, Cícero e Lucílio registraram seu incômodo diante do abuso de formas estrangeiras nas conversas, pelo que se pode inferir que tais palavras pareciam estar regidas por restrições na língua latina. Antes, sempre que possível, os latinos pareciam tender a usar sua língua própria, como confessa Cícero: “Se puder eu, o direi em latim, pois sabes que não emprego formas gregas no meu latim mais do que formas latinas no meu grego”⁴⁴ (*Tusculanas*, I, 8, 15).

Contudo havia casos em que o empréstimo de tais vocábulos era aceitável, sobretudo no domínio técnico de disciplinas como a retórica e a filosofia, uma vez que o latim não dispunha de terminologia específica para essas áreas do conhecimento. Isso explica o emprego de palavras gregas nos tratados e discursos latinos, que Cícero justifica, alegando que os termos helênicos são aceitos quando não se dispõe de um correspondente latino. Tomem-se como exemplo as figuras de linguagem⁴⁵: “Contudo, penso que nos deve ser concedido usar um termo grego se não houver um latino que lhe seja próximo”⁴⁶ (*De finibus* III, 4, 15).

Esse emprego, no entanto, não deveria generalizar-se entre os latinos nem se estender a outros contextos de fala. Se as disciplinas compartilhadas pela sociedade greco-romana coincidiam também no tocante às formas linguísticas que compunham sua terminologia própria, é porque os gregos respondiam pela primazia no estudo de tais disciplinas e na conseqüente criação de termos técnicos usados para nomeá-las e sistematizá-las. Daí haver em latim considerável profusão de termos gregos retóricos e filosóficos, resultantes de uma busca na outra língua de palavras ainda inexistentes na língua de Roma. Com efeito, o latim também dispunha de recursos próprios para a formação e composição de palavras de base estritamente latina, mas às vezes permitia servir-se da terminologia já vigente no âmbito de tais disciplinas, mesmo que oriunda de uma língua estrangeira.

Para esse tipo de empréstimo, vimos que os romanos normalmente adotavam a latinização⁴⁷ como forma de adaptar os vocábulos helênicos a seu sistema gráfico, acrescida de

⁴⁴ *Dicam, si potero, Latine. scis enim me Graece loqui in Latino sermone non plus solere quam in Graeco Latine.*

⁴⁵ Sobre a nomeação em grego das figuras de linguagem, cf. *Institutio oratoria* VIII, 6.

⁴⁶ *Et tamen puto concedi nobis oportere, ut Graeco uerbo utamur, si quando minus occurret Latinum.*

⁴⁷ Por latinização, entende-se a adaptação em caracteres latinos de uma palavra proveniente do grego, na qual se fazia muitas vezes uma alteração morfológica para que se enquadrasse no sistema latino de casos e declinações. Essas adaptações consistiam principalmente em alterar o final do vocábulo grego transliterado, de modo que este pudesse ser declinado como uma palavra latina. Algumas transliterações com adaptação morfológica citadas por

respectiva modificação no final da palavra para enquadrá-la em seu paradigma flexional. Nem sempre, porém, a latinização é acompanhada de uma adaptação morfológica, mas algumas vezes corresponde apenas à transliteração em caracteres latinos da palavra grega, pelo que se pode considerá-la uma latinização parcial. Nesses casos, não há modificação do final da palavra, o qual se mantém com uma flexão grega que segue o paradigma de sua própria língua. Temos como exemplos de latinizações parciais *miuron*, de *míouros* (“hexâmetro terminado em jambo”), adaptado por Lívio Andronico⁴⁸, *pelage*, reprodução literal do plural grego *pélage* (“oceano”), e *mele*, como correspondente de *méle* (“canção”), por Lucrécio, em seu *De rerum natura*. Além disso, Varrão⁴⁹, ao comparar a grande riqueza agrícola da Itália com a da Frígia e de Argos, mantém os termos gregos *ampelóessan* (“coberto de vinhas”) e *polypyron* (“rico em milho”), epítetos dados a criadores de rebanho, em sua morfologia original (Gonçalves, 1937, p. 75).

Entretanto é preciso lembrar que ocorrências como essas, em Lucrécio e Varrão, não fazem pressupor que o emprego de formas helênicas na literatura latina já se havia generalizado; antes, suscitam considerável estranhamento pela preservação das flexões originais em lugar de sua substituição por formas latinas correspondentes, mesmo que muitas vezes essa manutenção se justifique pelo contexto em que aparecem. No caso de Lucrécio, o emprego de *pelage* indica um caso raro e extravagante de emprego da palavra no acusativo plural do grego, quando a forma totalmente latinizada *pelagus* já aparecera em Plauto e Ácio (Gonçalves, 1937). Já a escolha de Varrão se explica pelo contexto em que emprega *ampelóessan* e *polypyron*, quando, ao evocar a epopeia homérica, menciona os epítetos conferidos pelos antigos helenos a homens ilustres que se ocupavam da criação de rebanhos.

Para todos os efeitos, o aparecimento de palavras gregas não-latinizadas em textos da época caracteriza um uso particular e estranho aos ouvidos romanos, haja vista o costume já bem disseminado, desde Andronico, de inserir flexões latinas no final dos vocábulos helênicos e, assim, garantir sua conformação ao sistema casual latino. Tal costume, entretanto, não inibe eventuais ocorrências de termos gregos em sua forma original, ou com poucas modificações,

Gonçalves são: *carchesium*<*karkhésion*, *hymnus*<*hymnos*, *nympha*<*nymphé*, incorporados por Lívio Andronico (Gonçalves, 1937, p. 180).

⁴⁸ Lívio Andronico (séc. III a.C.) é considerado por muitos o fundador da literatura latina por sua tradução da *Odisseia*, de Homero, para o idioma de Cícero. Produziu obras nos gêneros dramático e épico.

⁴⁹ Cf. Varrão, *De re rustica* I, 2, 3.

remetendo diretamente à língua estrangeira. Em alguns autores latinos há, inclusive, ocorrências não só de substantivos e adjetivos não latinizados, mas também de partículas adverbiais e interjeições gregas empregadas com pouca ou nenhuma adaptação ao latim. É o caso das interjeições *eu*, usada com frequência por Plauto e Terêncio; *euhoē*, que começa a aparecer em Ênio e Plauto e, em seguida, difunde-se entre poetas posteriores; e *ne*, do grego *né*, bastante comum em Plauto (Gonçalves, 1937).

Vale lembrar, contudo, que, embora frequentes, tais ocorrências figuram em um contexto restrito. Essas partículas aparecem limitadas aos textos escritos e são usadas por um reduzido grupo de autores, cuja fala ainda deveria evitar o abuso de formas estrangeiras e sair em defesa do latim falado em Roma, conforme a orientação já registrada de um dos principais autores latinos da época. É curioso, entretanto, que Cícero, notável defensor e propulsor da cultura romana, que em muitos de seus tratados incentiva o emprego de formas latinas mais que de gregas, enfatizando os recursos expressivos do latim e inspirando seus compatriotas por meio de criações próprias para, de modo algum, apontar qualquer lacuna do latim em relação ao grego, nem sempre se tenha comedido nos empréstimos helênicos. É certo que ele mesmo recomendou moderação no emprego de formas estrangeiras, sobretudo helênicas, na fala, e favorecimento dos vocábulos latinos com os quais o falante estivesse familiarizado, mas, mesmo assim, em certo contexto, Cícero se permitia um uso mais livre de palavras gregas.

Ao escrever para Ático, Cícero apresenta passagens tais como: “Porque, como penso, deve-se ser φιλοσοφητέον (filósofo), assim como tu mesmo fazes, e não atribuir qualquer importância a esses consulados”⁵⁰ (*Ad Atticum* I, 16, 13), em que simplesmente incorpora vocábulos gregos ao texto latino sem qualquer cerimônia. É interessante observar que, além do helenismo incorporado sem latinização, Cícero ainda apresenta o verbo latino *facio* com o sufixo do adjetivo verbal grego *-teon*, como um hibridismo bastante informal, próprio do gênero em que se situa. Nesses casos, costuma mesmo manter a grafia original do termo grego, preservando seus caracteres próprios, em vez de transliterá-los ou até latinizá-los, revestindo-os das flexões de sua língua.

De fato, as epístolas a Ático não são o único registro no qual figura uma quantidade considerável desses vocábulos escritos à moda grega e distribuídos ao longo do texto latino,

⁵⁰ *Quare, ut opinor, φιλοσοφητέον, id quod tu facis, et istos consulatus non flocci facteon.*

mas as cartas em geral se destacam no conjunto de sua obra pela ampla aceitação de termos estrangeiros. Há estudos que mostram o curioso gosto de Cícero pelo emprego de vocábulos helênicos não-latinizados em suas cartas, mais que em qualquer outro tipo de texto (Maurer, 1962; Hutchinson, 1998).

Para Hutchinson, é nas cartas que os termos gregos têm seu emprego mais livremente difundido, de modo a diferir substancialmente o gênero epistolar das demais produções ciceronianas quanto à admissão de termos estrangeiros, os quais figuram aí sem qualquer alteração gráfica ou transliteração para o latim na forma correspondente. Desse modo, suas cartas permitiam a configuração de um sistema de escrita no qual a linguagem era menos restrita por padrões fixos, se comparada com os tratados filosóficos e retóricos ou mesmo seus discursos.

Embora não fossem as únicas, as epístolas a Ático são, no conjunto das cartas, as que contêm maior ocorrência de termos gregos. Ao escrever para Ático, Cícero usou, segundo Hutchinson, entre passagens, frases e palavras isoladas, 820 citações gregas. Já em suas missivas aos outros destinatários, à exceção de Quinto (*Ad Quintum*), o mesmo uso oscila em uma média de 100 passagens. Acredita-se que a seleção de termos helênicos se fazia segundo a proximidade de Cícero com seus destinatários, dentre os quais estavam seus amigos mais íntimos, que demonstravam grande interesse pela cultura grega e frequentemente incluíam termos estrangeiros nas próprias cartas. Dessa forma, Cícero se permitia certa liberdade de empréstimo, contanto que suas cartas se destinassem a entes próximos com os quais pudesse estabelecer um contato intermediado pela linguagem informal. Daí ser o uso do grego tão constante e despreocupado nas cartas mais íntimas, uma vez que se supunha a compreensão dessas expressões pelos destinatários. Finalmente, a informalidade de Cícero nas cartas é o ponto crucial na ampla aceitação do grego em sua correspondência a Ático e o que as diferencia das demais (Hutchinson, 1998).

Trata-se, portanto, de um uso particular e convencionado entre Cícero e seus destinatários de mesclar palavras gregas em sentenças latinas, uma vez que sua compreensão por ambas as partes estava assegurada. Ao que parece, quanto maior o grau de informalidade da carta, mais livres ficavam seus correspondentes para empregar palavras estrangeiras. Fala-se até no uso de formas gregas como um código familiar através do qual o círculo de amizade de

Cícero se identificava, ou de jogos de palavras que consistiam em empregar um termo grego para exprimir com mais veemência uma intenção cômica (Maurer, 1962).

Seja pela filiação à corrente pró-helenismo, seja pela necessidade de empregar termos técnicos ou mesmo pela busca de um código familiar compartilhado entre amigos, os vocábulos gregos povoaram o léxico latino, não obstante os esforços dos puristas em preservar sua língua de influências externas e garantir a integridade do latim pela relutância em sucumbir à forte pressão helenística. O fato incontestável é que, ainda que muitas vezes regido por sérias restrições e severo controle, o grego imprimiu sua marca e se firmou, com larga vantagem, como a língua estrangeira que mais influenciou a língua de Roma.

2.2.3 O *sermo plebeius*

Se as outras variedades anteriormente abordadas se destacam por serem populares e externas à Urbe, o *sermo plebeius*, também popular, é uma variedade urbana, falada pela plebe romana, ainda que possa incorporar elementos estrangeiros.

Suas origens remontam aos primórdios da cidade de Roma, quando duas classes logo se distinguiram: os patrícios e os plebeus. A elite, composta pelos patrícios, era uma classe fechada aos plebeus, que sofriam diversas restrições de direitos, como o casamento com membros de classes superiores. Privada do convívio aristocrático, a plebe daquele tempo era constituída de famílias romanas antigas, mescladas com elementos adventícios que eram agregados. Pela incorporação de elementos imigrados de diversas regiões, surgiu uma massa popular essencialmente heterogênea que veio a constituir a plebe de Roma e, posteriormente, de todas as regiões latinizadas (Clackson & Horrocks, 2007).

Formada por trabalhadores manuais, pequenos negociantes, artesãos, mercadores, soldados e camponeses imigrados em busca de alimento e diversão, a classe popular romana se distinguiu pelo caráter diverso em sua composição. Essa classe mista, sem contato com o passado, que deixara para trás suas origens, não incorporava em si um ideal de classe ou cultura.

Sua variedade se distinguiu da língua culta tanto quanto se diferenciava a aristocracia da plebe. A língua popular, o *sermo plebeius*, tinha não só estrutura mais simples, mas também léxico característico. As diferenças, que se criam insignificantes de início, avultaram com o

passar dos anos, de modo que muitos autores deixaram registrada a impressão de seu tempo sobre a língua popular. No final da República, já havia uma ampla diferenciação entre os falares de Roma, que se nota pelas críticas ásperas ao modo de falar do povo por uma suposta “simplicidade” estrutural e vocabular em relação ao latim culto, daí ser essa variedade também conhecida como latim vulgar (Bassetto, 2001).

Falado ao longo de toda a trajetória do povo romano, o latim vulgar foi sofrendo modificações durante os quase mil anos em que perdurou. Sendo uma língua de pouca rigidez estrutural, incorporava facilmente elementos das outras variedades populares com que tinha contato, como o *sermo rusticus*, e até de outras línguas. Enquanto a língua culta não admitia invasões estrangeiras⁵¹, acredita-se que foi através da linguagem popular que entraram os primeiros termos estrangeiros no latim que posteriormente se fixaram nas demais classes, como os gregos *camera*, *machina*, *oleum*, etc. (Maurer, 1962).

Seu vocabulário estava em constante modificação, em virtude das conquistas e da assimilação cultural dos povos submetidos, sendo constantes no latim vulgar as substituições de formas mais antigas por formações recentes. Ora, o povo não tinha o mesmo apreço pela tradição nem se preocupava em preservar a língua de influências modernas. Enquanto o latim culto valorizava termos antigos por serem sinônimos de tradição e autoridade, o latim vulgar tinha por regra ser funcional e prático, facilmente substituindo o que se tornava obsoleto (Maurer, 1962).

Por ser uma língua tão viva e versátil, foi levada para os quatro cantos do território latinizado por soldados, comerciantes, artesãos e escravos romanos que se espalhavam pelas novas províncias disseminando sua cultura. Esse latim foi também incorporado pelos povos conquistados, que nele imprimiam suas peculiaridades e marcas do idioma materno com a liberdade de reformulação que aquele lhes permitia. Sua capacidade de adaptação e abertura a elementos estranhos, atribuídas ao fato de ser uma língua falada, de nenhuma tradição gramatical e escolar, veiculada por homens simples e incultos, garantiu sua sobrevivência enquanto durou o Império e lhe permitiu ser a herança latina nas línguas românicas, que se formaram com a invasão de Roma e a fragmentação do território.

⁵¹ Cf. Cícero, *De oratore* III, 44.

Como tratado anteriormente, se definimos a duração do latim falado em consonância com a duração do Império Romano, até o século V de nossa era, podemos dizer que era o latim vulgar que predominava nessa época, tendo-se espalhado nas províncias e sendo mantido vivo em cada região latinizada, em oposição ao latim culto da cidade, falado por minorias.

Esse latim vulgar continuou seu processo de evolução natural, transformando-se no romance, que mais tarde, com a separação das províncias e seu desenvolvimento independente, daria origem às diversas línguas românicas, entre as quais estão o português, o espanhol, o italiano, o francês, o romeno, etc.

As línguas românicas, por sua vez, constituem uma das principais fontes do latim vulgar. Ora, quando confrontadas, elas apresentam muitas semelhanças, que só podem dever-se à origem comum que partilham. Essas características estruturais semelhantes são o ponto de partida para o processo de reconstituição da estrutura original, que considera as semelhanças, sem ignorar as diferenças – explicadas pelo distanciamento ao longo dos séculos e no espaço –, e cria um modelo que compreende, inclusive, as alterações sofridas após o período de separação.

Várias características fonológicas e morfossintáticas do latim vulgar foram reconstituídas a partir das línguas românicas. A seguir apresentaremos alguns exemplos tomados do extenso repertório de Ilari (2006) sobre aquela variedade de língua.

Como características fonológicas, podemos citar a perda da duração das vogais: as vogais latinas – a saber, *a*, *e*, *i*, *o*, *u* – se distinguiam pela duração, de modo que eram pronunciadas como longas e breves. No latim vulgar, acredita-se que esse traço distintivo se perdeu com o tempo, sendo substituído pela mudança de timbre. Esse fenômeno se caracterizava pela pronúncia mais aberta das vogais que inicialmente eram breves, enquanto nas longas se manteve a pronúncia fechada. Dessa forma, a função distintiva que antes estava relacionada à duração das vogais passou a ser desempenhada pelo timbre, e disso resulta o sistema vocálico da România, composto em alguns casos por até sete vogais, entre abertas e fechadas.

Paralelamente à perda da quantidade, o latim vulgar desenvolveu um acento de intensidade que o latim culto desconhecia. Na variedade culta, as palavras possuíam acento tonal que dependia da duração da sílaba. Como no latim vulgar a duração desapareceu com o tempo, o acento passou a ser tônico, determinado pela intensidade de pronúncia da sílaba forte.

Normalmente a posição da sílaba tônica no latim vulgar coincidia com a posição do acento tonal no latim culto, mas em alguns casos houve alterações, como nas inovações *intégru*, *contínet*, *muliére*⁵², entre outras, formadas a partir das respectivas formas proparoxítonas da língua culta (Ilari, 2006, p. 74-75).

O latim culto, pelos registros literários, possuía três ditongos: AE, OE e AU, que, no latim vulgar, geralmente apareciam reduzidos a uma vogal, com uma resistência maior para AU. É o caso de *celu*, de *caelu*; *querit*, de *quaerit*; *pena*, de *poena*; *oricka*, de *auricula*, etc. Já os hiatos, comuns no latim culto, principalmente formados pela mesma vogal, no latim vulgar são reduzidos a uma única vogal. Podemos observar casos como *corte*, de *coorte*; *mi*, de *mihi*; *nil*, de *nihil*; *mortus*, de *mortuus*.

Sobre o comportamento das consoantes no latim vulgar, algumas das principais peculiaridades são o desenvolvimento da consoante fricativa labiodental [v] e da palatal [ʒ] a partir de semivogais e o desaparecimento da fricativa [h]. No caso das primeiras, o latim culto previa a realização de uma semivogal bilabial em palavras como *uulgus*, *uetus*, *uinea* e uma palatal em *iam*, *ianua*, *ius*. Já no latim vulgar, a semivogal bilabial foi substituída pela fricativa labiodental [v], enquanto a semivogal palatal deu origem à fricativa palatal [ʒ]. O segundo caso trata da extinção da fricativa de *nihil*, *mihi*, *homo* no latim vulgar, a qual também é ausente nos romances (*Id.*; *ibid.*).

Além disso, é notável no latim vulgar a queda de algumas consoantes finais, como o M de *hominem*, que passa a *omene*, e o N de *lumen*, que passa a *lume*. O mesmo não ocorre em monossílabos, como é o caso de *cum*, que se mantém *com*. Outro fenômeno comum é a metátese do R final, que, de *quattuor*, passa a *quattro*. Também se observa no latim vulgar a queda do T final das terminações de terceira pessoa singular, embora o S se mantenha na segunda.

No caso de grupos consonantais, dá-se o caso de, em começo de palavra, um grupo consonantal adquirir um [i] protético, que passa geralmente a [e], como *iscribere*, de *scribere*. As consoantes que se agrupavam com [l] ou [j] adquiriram forte traço palatal, que depois

⁵² A suposição da mudança da sílaba tônica da antepenúltima para a penúltima posição dessas formas no latim vulgar se confirma em sua passagem para as línguas românicas, como, em português, se veem as formas *inteiro*, *contém* e *mulher*, e, em espanhol, *intero*, *contiene*, *mujer*.

resultaria no surgimento das consoantes palatais [ʃ] e [λ] de *clamat, plenu, iuniu, folia*⁵³. Em outros casos, no latim vulgar, outros grupos consonantais tendiam a se desfazer, pela assimilação da primeira consoante à segunda ou supressão daquela (Ilari, 2006, p. 84).

Na morfologia, o latim vulgar também apresentava características peculiares nos nomes e verbos que o diferenciavam da variedade culta falada pela elite romana. Quanto aos nomes, uma das principais diferenças residia nas flexões, ditas declinações. Por declinações, entendemos cinco paradigmas de desinências, conforme a vogal final do tema. O latim vulgar apresentava um sistema simplificado, no qual a quarta e a quinta declinações desapareceram e seus vocábulos foram incorporados às três primeiras. A par do processo de redução, firmou-se no latim vulgar a tendência de relacionar as declinações com os gêneros. Assim, eram consideradas femininas as palavras que se declinavam pela primeira, cuja vogal temática era A, e masculinas as que se declinavam pela segunda, com vogal temática O⁵⁴. A terceira declinação, cujo tema era em E, compreendia nomes de todos os gêneros e seguiu como uma declinação de gênero indefinido.

Os gêneros no latim compreendiam o feminino, o masculino e o neutro. Pelo fato de os substantivos neutros possuírem uma precária distinção formal dos masculinos e femininos, no latim vulgar acabaram sendo absorvidos pelos masculinos da mesma declinação⁵⁵.

Ainda nos substantivos, outra distinção que se perdeu no latim vulgar foi a dos casos, que indicavam a função sintática do nome na oração. Confundiram-se nominativo e vocativo, acusativo e ablativo, e ainda genitivo e dativo. Por fim, restaram apenas o nominativo, o acusativo e um composto de genitivo e dativo, que, por sua vez, se dissociaram de suas funções sintáticas. Para essa conclusão, tomam-se fontes epigráficas e os sistemas pronominais das línguas românicas modernas, que fazem supor a tripartição casual do antigo latim vulgar (Ilari, 2006).

Nos adjetivos, destaca-se principalmente o abandono das formas sintéticas do comparativo em *-ior* e superlativo em *-issimus*, que foram substituídas por formas perifrásticas com *magis* e *plus* para o comparativo, e *multum* para o superlativo. Nos pronomes, a principal

⁵³ O traço palatal se observa na passagem para “chama”, “cheio”, “junho” e “folha” respectivamente, em português.

⁵⁴ Procedimento semelhante ao que ocorre nas línguas românicas, como o português e o espanhol, em que o gênero é definido de forma produtiva pela vogal final.

⁵⁵ Salvo casos como, em português, os demonstrativos “isto”/”isso”/”aquilo”, por exemplo.

inovação foi a criação de um pronome de terceira pessoa com base no demonstrativo *ille*, uma vez que o latim culto não possuía um pronome pessoal equivalente.

Já os verbos vulgares apresentavam diferenças em relação aos verbos do latim culto. Entre elas estavam a mudança de conjugação de alguns verbos, a perda da passiva sintética e o desaparecimento dos verbos depoentes. Verbos como *cadere* e *sapere* eram de segunda conjugação no latim vulgar, enquanto o latim culto os conjugava como de terceira. Já o inverso ocorria com *respondere* e *ridere*. A passiva sintética foi compensada por uma passiva analítica baseada no verbo *sum*, e os depoentes foram assimilados aos ativos da mesma conjugação.

Todos os exemplos acima, obtidos de registros da literatura ou pela reconstituição a partir das línguas românicas, só reforçam a popularidade dessa variedade e o amplo alcance que ela obteve, mais do que qualquer outra, de modo que foi por meio dela que se originaram as línguas neolatinas.

2.2.4 O *sermo quotidianus* e o *sermo urbanus*

Como foi visto anteriormente, tanto o *sermo urbanus* quanto o *sermo quotidianus* eram variedades empregadas pela elite romana e exclusivas da cidade. O uso de um e de outro não diferenciava uma classe social da outra nem separava a cidade de Roma das províncias, mas sim distinguia o contexto de fala dos romanos, ou seja, a situação de comunicação em que se encontravam, se mais ou menos informal, e regida por quais regras e convenções.

Testemunhos sobre as diferentes variedades estilísticas do latim podem ser encontrados em diversos autores antigos, como Cícero, que, ao referir-se à sua própria linguagem, confessa não usá-la do mesmo modo em ocasiões diferentes. A distinção que o autor faz quanto à maneira de falar se refere em particular ao gênero em que compõe seus textos⁵⁶, segundo a gravidade da questão e o grau de formalidade. Em missiva ao amigo Peto (*Ad familiares*), chega a afirmar que adota nas cartas uma linguagem diferente da que usa para compor seus discursos, sendo aquela caracterizada por ele como mais “comum”:

⁵⁶ Os chamados *genera dicendi* (gêneros oratórios), divididos pelos oradores e mestres em *gravis* (grave), *mediocris* (médio) e *extenuata* (simples), correspondiam ao estilo mais ou menos adornado do discurso segundo o contexto de elocução oratória. Nesse sentido, a linguagem que se usava para compor cada um deles variava estilisticamente, sendo que, em um extremo, o grave pedia palavras e expressões muito refinadas e, no outro extremo, o simples chegava a admitir termos da linguagem coloquial, quando o contexto elocutório o permitia (cf. *Rhetorica ad Herennium* IV, 8).

Mas, para você, o que eu realmente pareço fazer nas cartas? Acaso não pareço usar com você uma linguagem comum? Pois nem sempre emprego a linguagem do mesmo modo. O que há de fato em comum entre uma epístola e um julgamento ou uma assembleia? Mesmo no julgamento, não estou acostumado a tratá-los todos da mesma maneira. As causas privadas, e também as simples, eu costumo tratar de maneira mais sutil; as que envolvem a posição social de um homem ou sua reputação, certamente com um estilo mais adornado; já as epístolas, costumo compor normalmente com a linguagem do dia a dia⁵⁷ (*Ad familiares* IX, 21, 1).

Cícero apregoa a existência de uma adequação da linguagem a situações diferentes, o que confirma que para ele há mais de uma forma de falar e que essas múltiplas formas são coocorrentes, variando de acordo com critérios como o gênero de escrita ou o tipo de causas no julgamento. O gênero epistolar em Cícero, segundo Hutchinson (1998), apresenta uma linguagem mais coloquial que pode ser explicada pela intimidade do autor com seus destinatários e por certa liberdade de expressão própria desse gênero. Isso, contudo, não significa que Cícero situe esse gênero em um nível inferior, em razão do que minimizaria a grandiosidade e o refinamento da linguagem nas cartas, mas evidencia, no emprego da forma coloquial, uma “escolha estilística consciente”, reforçada pelo uso do verbo “compor” (*texere*). Hutchinson ressalta que o estilo mais simples e a linguagem comum se enquadravam bem no gênero epistolar para Cícero, segundo o qual o emprego de uma linguagem mais “grandiosa” já seria considerado um erro artístico (1998, p. 6). Como Cícero admite, nas cartas é mais adequado usar uma forma de linguagem informal e próxima da fala, que seria, portanto, a variedade coloquial do latim, ou, em suas próprias palavras, o *plebeius sermo*⁵⁸. Ora, na expressão empregada por ele, *sermo* aparece acompanhado do adjetivo *plebeius*, que mais comumente aparece relacionado à variedade popular de Roma, mas pode significar “comum”, “simples”, caracterizando, assim, a linguagem usada em situações informais.

Essa mesma variedade do latim é comentada por César, segundo citação de Cícero em *Brutus*, apenas com uma diferença de adjetivação. Enquanto Cícero opta pelo emprego de

⁵⁷ *Verum tamen quid tibi ego uideor in epistulis? nonne plebeio sermone agere tecum? Nec enim semper eodem modo. Quid enim simile habet epistula aut iudicio aut concioni? Quin ipsa iudicia non solemus omnia tractare uno modo: priuatas causas et eas tenuis agimus subtilius, capitis aut famae scilicet ornatius; epistulas uero cotidianis uerbis texere solemus.*

⁵⁸ Entendamos *plebeius* aqui como sinônimo de *quotidianus*, reforçada pela expressão seguinte *cotidianis uerbis*, ao qual *plebeius* vem associado, e não no sentido apresentado no item 2.2.3.

plebeius para designar a linguagem trivial, César prefere *sermo quotidianus*, em que o uso do adjetivo *quotidianus* reforça a associação com os hábitos comuns do dia a dia. Segundo se pode inferir, portanto, o *plebeius sermo*, neste caso, ou *sermo quotidianus*, é a forma de linguagem usada pela alta sociedade romana, de que fazem parte César e Cícero, em contextos menos formais. Para César ainda, o *sermo quotidianus*, por possuir o valor de uma variedade legítima, não deve ser menosprezado no cotejo com a forma mais elegante e refinada da língua:

E, embora alguns tenham usado toda a sua aplicação e toda a sua experiência a fim de poderem exprimir com brilho o seu pensamento, porventura deve ter-se em pouca conta o conhecimento do modesto linguajar cotidiano?⁵⁹ (*Brutus* 253).

Contraposto à linguagem elaborada da qual se valem os grandes escritores e oradores para exprimir “com brilho o seu pensamento”, o *sermo quotidianus*, para César, corresponde ao linguajar dessas mesmas pessoas, isto é, dos membros da elite social e cultural romana, porém em situações cotidianas. Quintiliano, posteriormente, ao aludir ao *sermo quotidianus*, apresenta uma definição ainda mais clara dessa variedade do latim, descrevendo-a como “o que usamos ao falar com os amigos, os cônjuges, os filhos e os escravos”⁶⁰ (*Institutio oratoria* XII, 10, 40).

A linguagem culta da alta sociedade, empregada em situações formais, também é descrita como uma das variedades da língua. Frequentemente aparece designada como *sermo urbanus*, em que o adjetivo que a qualifica pode significar tanto “elegante”, “distinto”, quanto “próprio da cidade de Roma”. Neste caso, há o indício de que se trata da forma culta da modalidade oral, própria das classes mais elevadas, em contraste com o *sermo quotidianus*, que seria a forma coloquial de linguagem das mesmas classes, e, ao mesmo tempo, de uma variedade restrita aos limites da Urbe romana, isto é, marcada pela oposição a todo falar não proveniente ou típico de Roma, como a fala estrangeira e a rural.

No que tangia, portanto, à diversidade de formas linguísticas na visão dos latinos, cada variedade do latim se legitimava dentro de seu próprio escopo; contudo o *sermo urbanus*, a variedade urbana culta, continuava sendo a forma mais prestigiada de língua, cujo

⁵⁹ *Ac si cogitata praeclare eloqui ut possent nonnulli studio et usu elaborauerunt, (...) hunc facilem et cotidianum nouisse sermonem num pro relicto est habendum?* (Maurer, 1962, p. 152).

⁶⁰ *Quo cum amicis, coniugibus, liberis, seruis loquamur.*

conhecimento se fazia necessário aos cidadãos romanos para que se valessem dela em contextos formais. Na oratória, era o *sermo urbanus* a forma de língua com a qual o orador deveria não só estar familiarizado, mas também a que deveria empregar ao discursar. Maurer (1962) comenta seu papel social nas palavras dos próprios autores da época:

Comecemos, outra vez, por Cícero. No *Brutus* (46, 171), falando da importância de adquirir um acento urbano, próprio dos oradores da cidade, observa ele: ‘O mais notável é que no acento dos nossos oradores vibra e ressoa algo de mais urbano’, e acrescenta logo: ‘E isso não se verifica apenas nos oradores, mas em todas as pessoas (scil. de Roma)’. Não se trata, pois, de alguma coisa adquirida artificialmente, mas do fato de ser romano de boa estirpe. O latim elegante recomendado aos oradores não é alguma coisa pertencente só à tribuna, antes deve ser de todo cidadão romano. Confirmam-se as palavras da mesma obra (75, 261): ‘Assim, visto que a este emprego elegante das palavras latinas, o qual é próprio de todo cidadão romano de boa estirpe, mesmo que não seja orador, acrescenta (scil. César) o aparato gracioso da eloquência’. O acento característico do bom latim da cidade é alguma coisa adquirida no ambiente, e não fruto da cultura (Maurer, 1962, p. 150).

No trecho citado, reforça-se a ideia de que as variedades do latim conviviam no mesmo ambiente, embora autores como Cícero definissem o latim próprio da cidade de Roma e falado pela alta sociedade como a forma mais aceitável. Seu uso garantiria, nas palavras do autor, um “emprego elegante das palavras latinas”, razão pela qual defende que não apenas os oradores, mas todos os cidadãos romanos sirvam-se dele. Para Maurer, essa passagem de Cícero ainda evidencia que o *sermo urbanus* era uma variedade natural da língua, e não um produto artificial da oratória ou da literatura, sendo efetivamente falado pela alta sociedade romana, pelo que se podia adquiri-lo no ambiente, porém em contextos mais formais.

Com relação à variação no nível morfossintático, encontram-se passagens em que os autores latinos comentam certas ocorrências de duplicidade de formas. Cícero mesmo se pronuncia quanto a termos que apresentavam variantes na fala, em que concorriam uma forma mais antiga e canônica, e outra mais moderna e em fase de incorporação. Ele próprio confessa permitir-se a alternância de uso, o que confirma sua aceitação mesmo em relação a formas não canônicas e criações mais recentes da língua falada:

Eu sei o que é certo, mas às vezes falo como me é permitido, usando tanto *pro deum* quanto *pro deorum*, outras vezes, como é necessário, digo *trium uirum*, e não *uirorum*, e *sestertium nummum*, e não *sestertiorum nummorum*, porque nessas ocorrências não há variação no uso. E o que dizer se nos proibem de usar *nosse* e *iudicasse*, e nos ordenam dizer *nouisse* e *iudicauisse*? Como se, de fato, não soubéssemos que neste caso a forma completa é a mais correta de dizer, e a reduzida, a mais usual⁶¹ (*Orator* 156-157).

Ao posicionar-se favoravelmente a formas que ele mesmo caracteriza como usuais, em oposição às formas tradicionais, Cícero faz uma importante consideração sobre os princípios que norteiam sua escolha linguística. Há casos em que emprega aleatoriamente tanto uma forma quanto a outra, orientado pela conveniência da situação, uma vez que ambas são permitidas. Em outros casos, porém, embora saiba que as formas tradicionais são as mais corretas, Cícero confessa o uso praticamente exclusivo das formas mais usuais e corriqueiras, segundo a necessidade criada por seu contexto de fala, pois, para ele, há situações em que os termos menos formais cabem até melhor do que os mais formais. A questão sobre a qual o autor se pronuncia, portanto, não diz respeito à “correção gramatical” no uso da linguagem, mas à sua adequação formal, condicionada pelo contexto de enunciação.

O polígrafo Varrão segue o mesmo critério na escolha dos termos a serem usados na fala. Segundo citação de Aulo Gélcio (*Noctes Atticae*), Varrão criticou o uso da forma *adsentio* pelo orador Sisena, quando a forma usual era *adsentior*:

Ninguém emprega *sentior*, que na sua forma simples não é nada, embora quase todos digam normalmente *adsentior*. Só Sisena dizia

⁶¹ *Quid uerum sit intellego; sed alias ita loquor ut concessum est, ut hoc uel «pro deum» dico uel «pro deorum», alias ut necesse est, cum «trium uirum», non «uirorum», et «sestertium», «nummum», non «sestertiorum», «nummorum», quod in his consuetudo uaria non est. Quid quod sic loqui, «nosse, iudicasse» uetant, «nouisse» iubent et «iudicauisse»? quasi uero nesciamus in hoc genere et plenum uerbum recte dici et imminutum usitate.* Para Cícero, não há diferença em dizer *pro deum* ou *pro deorum*, embora na última expressão a flexão do termo *deorum* esteja de acordo com o paradigma de declinação de seu grupo nominal para o caso genitivo plural, e o primeiro termo, *deum*, seja uma adaptação morfológica de outro paradigma declinacional de genitivo plural. Quanto ao uso de *trium uirum* por *uirorum*, e *sestertium nummum* por *sestertiorum nummorum*, que estariam no mesmo caso de adaptação flexional, Cícero comenta que a substituição das formas canônicas pelas recentes já se consumou, de modo que não se podem retomar as anteriores. Por fim, embora em seu tempo ainda houvesse interdição quanto à troca de *nosse* e *iudicasse* por *nouisse* e *iudicauisse*, Cícero trata as primeiras como sendo as formas de infinitivo perfeito mais amplamente usadas, enquanto as últimas já teriam caído em desuso, figurando mais em livros do que na fala corrente.

adsentio no senado e muitos o imitaram depois, mas não conseguiram modificar o uso⁶² (*Noctes Atticae* II, 25, 9).

Para Varrão, embora *adsentio* fosse a forma primária do verbo e a mais próxima de *sentio*, do qual deriva, o uso de *adsentior* era muito mais amplo e, por isso, resistiu mesmo diante de tentativas de retomar a forma padrão. Observa-se, então, uma vez mais, a força do uso na determinação das variantes e na predileção por termos da fala cotidiana, mesmo que mais recentes, em oposição a termos mais antigos e canônicos.

A alternância entre o *sermo urbanus*, em situações mais formais, e o *sermo quotidianus*, em situações informais, pela elite romana, segundo o testemunho dos próprios autores, é uma das principais evidências de que o latim era tido como uma língua variável. Se, por um lado, os falantes deveriam obedecer à língua padrão em contextos como a retórica e a oratória, em que apenas o *sermo urbanus* era aceitável, por outro lado, uma variedade mais informal do latim era reconhecida em determinados contextos aos quais correspondia.

2.3 A mudança linguística

Na seção anterior, tratou-se da percepção dos autores latinos de que a língua comporta diversas variedades, sendo que cada uma delas se legitima dentro do contexto linguístico em que ocorre, para o qual serve como uma espécie de índice, seja da procedência do falante, seja do grau de formalidade da situação, e se compõe de marcas próprias. A variedade urbana formal admite, por exemplo, o emprego de palavras antigas e afastadas do uso com o fim de adornar o discurso⁶³. A variedade urbana mais coloquial, o *sermo quotidianus*, às vezes permite que se agreguem palavras novas, muitas vezes como formas alternativas de um termo já existente, desde que não sejam formações muito recentes e ainda não popularizadas pelo uso⁶⁴. Nesses casos, porém, ambas as variantes, ou seja, tanto a tradicional quanto a mais recente, podem ainda concorrer por um tempo.

Contudo é tendência da língua que, num segundo momento, as variantes concorrentes deixem de disputar o mesmo espaço no repertório lexical dos falantes e uma delas se sobressaia

⁶² *Sentior nemo dicit et id per se nihil est, adsentior tamen fere omnes dicunt. Sisenna unus adsentio in senatu dicebat et eum postea multi secuti, neque tamen uincere consuetudinem potuerunt* (Maurer, 1962, p. 146-147).

⁶³ Cf. Cícero, *De oratore* III, 152.

⁶⁴ Cf. Cícero, *De natura deorum* 1, 34, 95.

à outra, generalizando-se no uso. Nesses casos, é comum que a forma recente substitua a forma tradicional, cujo emprego geralmente apresenta já há certo tempo um quadro de declínio, razão pela qual é suprimida por sua correspondente mais nova. Esse fenômeno de substituição definitiva de formas, consecutivo à variação, é a mudança linguística, também atestada pelos antigos.

Na passagem já citada do *Orator*, podemos comprovar, pela afirmação de Cícero, que as formas *uirum* e *sestertium nummum*, que primeiramente eram variantes reduzidas de *uirorum* e *sestertiorum nummorum*, generalizaram-se na fala, causando a supressão das últimas. Por essa razão, Cícero rejeita as formas tradicionais, afirmando que não são mais admitidas. A supressão de uma forma antiga, portanto, está relacionada à criação de outra mais recente que a substitua, até que esta seja eventualmente substituída de novo, e assim sucessivamente. Esse contínuo aparecimento/desaparecimento de formas evidencia o dinamismo da língua no nível lexical, que parece ser encarado de forma natural pelos latinos, como vemos no seguinte trecho de Horácio:

Por que razão, porém, o romano concederá a Cecílio e Plauto, o que nega a Virgílio e Vário? Por que sou visto com maus olhos, se posso fazer algumas aquisições, quando a língua de Catão e Ênio enriqueceu o idioma pátrio e divulgou novos nomes das coisas? Foi lícito e sempre será lícito pôr em circulação um vocábulo marcado com o selo do presente. Como as florestas mudam de folhas no declinar dos anos, caem as folhas mais velhas, assim perece a velha geração das palavras e as que nasceram, há pouco, à maneira dos jovens, florescem e têm vigor. Nós e as nossas obras estamos destinados à morte. (...) As obras dos mortais perecerão, com mais forte razão não persiste eterno o brilho e o crédito das línguas. Muitas palavras, que já morreram, renascerão e morrerão muitas que agora estão em voga, se o uso quiser, o uso a quem pertence o arbítrio e o direito e a regra do falar⁶⁵ (*Arte poética*, 53-72).

⁶⁵ *Quid autem/ Caecilio Plautoque dabit Romanus, ademptum/ Vergilio Varioque? Ego cur, acquirere pauca/ si possum, inuideor, cum lingua Catonis et Enni/ sermonem patrium ditauerit et noua rerum/ nomina protulerit? Licuit semperque licebit/ signatum praesente nota producere nomen./ Vt siluae foliis pronos mutantur in annos./ prima cadunt, ita uerborum uetus interit aetas,/ et iuuenum ritu florent modo nata uigentque./ Debemur morti nos nostraque. (...) mortalia facta peribunt,/ nedum sermonum stet honos et gratia uiuax./ Multa renascentur quae jam cecidere, cadentque/ quae nunc sunt in honore uocabula, si uolet usus,/ quem penes arbitrium est et ius et norma loquendi* (Tringali, 1993).

Nessa passagem, Horácio menciona um direito concedido aos primeiros autores latinos, como Catão e Ênio⁶⁶, no tocante à criação e divulgação de palavras novas. Esse mesmo direito, que, segundo ele, será sempre permitido (*licuit et licebit*) na poesia e do qual muito se valeram seus antecessores para enriquecer a língua latina, deve ser outorgado também aos poetas de sua geração, visto que não deixou de ser legítimo, mesmo depois de alguns séculos, marcar os vocábulos com o “selo do presente”, isto é, que os poetas apresentem em suas obras termos nunca antes vistos e de criação própria. Formar neologismos, ou palavras novas, portanto, é, segundo Horácio, um reflexo do processo natural de mudança pelo qual a língua passa ao longo dos anos – nas palavras do poeta, um procedimento “lícito” – que não deve ser ignorado na poesia. Ora, ele mesmo questiona o fato de muitas vezes ser mal visto ao arriscar suas próprias formações.

Com naturalidade em relação à mudança, Horácio sustenta que, assim como as florestas mudam e as folhas são renovadas em uma árvore, as palavras da língua caem em desuso e são substituídas por outras mais recentes. O autor se dá conta, inclusive, da continuidade da mudança, uma vez que constata o fato de que termos usuais no passado perecem no tempo presente, assim como termos usuais no presente perecerão no futuro, condicionados pela determinação do uso, que, segundo ele, detém “o arbítrio e o direito e a regra do falar”.

As tentativas de manter a língua estagnada no passado e evitar as novas aquisições do uso corrente são reprovadas também no âmbito da oratória, que, até mesmo mais do que a poesia, notabilizava-se por defender, antes, uma escolha lexical que privilegiasse palavras menos arcaicas e mais próximas do uso corrente⁶⁷. Sobre o uso desmedido de palavras antigas, Cícero lembra o caso do orador Sisena, que tinha por hábito “empregar uma linguagem peculiar e contrária ao uso” (Maurer, 1962, p. 146). Em certo trecho, constata que “Sisena, porém, como quisesse ser um verdadeiro reformador da língua usual, nem mesmo pelo acusador Gaio Rúcio podia ser dissuadido a empregar menos palavras desusadas”⁶⁸. Na

⁶⁶ Marco Pórcio Catão, político romano, exerceu os cargos de cônsul e censor romano entre os anos de 195 e 184 a.C. Quinto Ênio, poeta latino do período republicano, é considerado por muitos o pai da poesia romana.

⁶⁷ Cf. Cícero, *De oratore* I, 3, 12.

⁶⁸ *Sisenna autem quasi emendator sermonis usitati cum esse uellet, ne a C. Rusio quidem accusatore deterreri potuit quo minus inusitatis uerbis uteretur.*

sequência, o autor ressalta que, na opinião de Sisena, “falar corretamente era usar termos desusados”⁶⁹ (*Brutus* 75, 259-260).

Observa-se aqui a oposição de Cícero à visão de que a linguagem correta estaria associada ao uso de palavras arcaicas e já caídas no esquecimento. Ao contrário, o autor insiste em que os arcaísmos devem ser usados com moderação no discurso oratório, visto que seu emprego remete à antiguidade muitas vezes remota. Cícero chega a opor os arcaísmos ao que chama de “palavras naturais”, que seriam os termos usuais da língua, pois, para ele, o emprego daqueles assinala um uso consciente e “não espontâneo” por parte do orador, com vistas a chamar a atenção para o discurso em si⁷⁰. Ele ainda reforça que o emprego de arcaísmos produz como efeito na linguagem um adorno mais admirável do que o uso corrente admite, do que se infere que o uso corrente não comporta termos antigos. No *De oratore*, Cícero apresenta a seguinte definição para palavras arcaicas:

As palavras desusadas são aquelas muito arcaicas que, pela sua antiguidade, já há longo tempo foram afastadas do uso cotidiano da linguagem. Tais palavras são mais livres na licença dos poetas do que para nós; entretanto, em algumas ocasiões, certo termo poético tem autoridade mesmo no discurso⁷¹ (*De oratore* III, 153).

Novamente se vê a inadequação dos arcaísmos à linguagem corrente, por já se haverem distanciado do uso, e sua identificação com a linguagem poética, que, por excelência, visava produzir um encantamento sobre a linguagem e distanciar-se da maneira corrente de falar.

Pelo fato de não negar a força do uso na determinação do repertório lexical latino, Cícero ainda se manifesta com relação à invenção de palavras motivada pela necessidade de expressar um conceito novo ou nomear um objeto para o qual o latim ainda não dispunha de um termo próprio. Como salienta Gonçalves (1937), na época de Cícero o latim não dispunha de vocabulário próprio para a retórica ou para a filosofia, pelo que os autores latinos frequentemente recorriam ao grego quando precisavam empregar termos técnicos. Na verdade, Gonçalves afirma que, com Lívio Andronico, instaurou-se a tradição de transliterar palavras

⁶⁹ *Sed ille tamen familiaris meus recte loqui putabat esse inusitate loqui.*

⁷⁰ Cf. Cícero, *Partitiones oratoriae* 16-17.

⁷¹ *Inusitata sunt prisca fere ac uetustate ab usu cotidiani sermonis iam diu intermissa, quae sunt poetarum licentiae liberiora quam nostrae; sed tamen raro habet etiam in oratione poeticum aliquod uerbum dignitatem.*

gregas em latim e adaptá-las, quando possível, à morfologia da segunda língua por meio do processo que o autor chama de latinização.

Outro meio de suprir a carência do latim quanto à terminologia específica consistiu na criação de palavras próprias de base latina, que seriam, por assim dizer, neologismos. Gonçalves também atribui a Lívio Andronico a primazia de formar neologismos em latim ou, em suas próprias palavras, “vernacularizar” termos gregos em latim, o que, a seguir, tornou-se um fenômeno comum entre os demais autores⁷². Gonçalves descreve três processos por meio dos quais novas cunhagens eram vernaculizadas ao latim: a) a extensão de sentido de um termo já existente; b) a composição de uma palavra a partir de radicais latinos; c) a associação de duas ou mais palavras, formando um sintagma⁷³. Para Gonçalves, foi Cícero um dos autores que mais contribuiu para o enriquecimento do léxico latino por meio da criação de neologismos, sendo ainda “quem lhes deu maior expansão e mais se preocupou com seu estabelecimento” (1937, p. 195). De fato, o próprio Cícero já havia comentado processos semelhantes com que o orador contribuía através de seus discursos:

Há, portanto, três aspectos do vocabulário simples com que o orador contribui para o adorno e o embelezamento do discurso: arcaísmos (ou palavras desusadas), neologismos (ou palavras novas) e metáforas⁷⁴ (*De oratore* III, 152).

Os processos a que Cícero se refere compreendem, além dos arcaísmos, considerados um recurso de “adorno e embelezamento do discurso”, o uso de metáforas, que corresponde ao que Gonçalves qualificou como a extensão de sentido de termos já existentes, uma vez que estes, ao serem ampliados para além de seu sentido habitual, passam a ser empregados em sentido

⁷² Tem-se evidência de que, desde a primeira época da literatura latina, vários autores já faziam uso de processos diversos de “vernaculização” antes de tal procedimento alcançar ampla adoção em Cícero, chegando a ser este um de seus maiores defensores. Gonçalves lembra que “Lívio Andronico, na versão da *Odisseia*, v. 1, traduziu a expressão homérica *ándra polytropon* por *uirum uersutum*; Plauto traduziu uma comédia de Dífilo, intitulada *Synapothnéskontes*, com o título de *Commorientes*; Lucílio deu como versão de *kósmos*, no sentido de “adorno”, o vocábulo *mundum*; enfim o próprio Lucrécio, cujo poema não exclui abundantes sinais de vernaculismo, serviu-se, além de muitas outras traduções vernáculas, do termo *magnanimus*, para reproduzir o grego *méga phronôun*” (Gonçalves, 1937, p. 194).

⁷³ Alguns processos de formação de neologismos podem ser verificados por meio das criações de Cícero: no campo da filosofia, Cícero apresentou *conuenientia* para *homología*, *naturalis appetitio* para *hormé*, *admirabilia* para *parádoxa*, *anticipatio* para *prólepsis*; no campo da retórica, *reticentia* para *aposiópesis*, *ueriloquium* para *etymología*, *ambitus* e *circumitus* para *períodos* (*ibid.*, p. 193-194).

⁷⁴ *Tria sunt igitur in uerbo simplici, quae orator adferat ad illustrandam, atque exornandam orationem, aut inusitatum uerbum aut nouatum aut tralatam.*

metafórico, e a formação de neologismos, que se subentende serem de base latina. Em outra passagem, Cícero comenta o terceiro processo de vernaculização, do qual, segundo Gonçalves, seria profícuo empregador: a substituição de um termo grego por uma expressão sintagmática, e afirma que “de fato, eu também costume dizer em mais palavras o que é dito por um único termo grego, se não há outro modo”⁷⁵ (*De finibus* III, 4, 15).

Em passagem do *Orator*, Cícero apresenta os processos de vernaculização mencionados anteriormente, a saber, os neologismos e a metáfora, reforçando o uso que deles faz para ampliar seu vocabulário:

Mas como costumamos usar palavras figuradamente tanto por sua beleza quanto por carência, acontece em todas as artes que, quando algo deve ser nomeado porque, por causa do desconhecimento da própria coisa em si, nunca antes teve um nome, a necessidade nos impele a criar uma nova palavra ou a usar uma parecida metaforicamente⁷⁶ (*Orator* 211).

Fica claro, portanto, que os próprios autores latinos se outorgavam o direito de formar novas palavras na ausência de um termo latino que descrevesse aquilo que necessitavam nomear. Fica claro também que os antigos não eram tão contrários à mudança, mas consideravam-na um processo necessário para que a língua se renovasse, incorporasse novas formas de acordo com a necessidade e deixasse para trás os termos e expressões obsoletos que já não se prestavam ao entendimento.

No capítulo seguinte, veremos o tratamento das questões relacionadas à variação e à mudança linguísticas no latim segundo o texto de Quintiliano, a quem julgamos ter estabelecido uma interessante relação, no contexto da retórica, entre as virtudes do discurso e a diversidade linguística do latim.

⁷⁵ *Equidem soleo etiam, quod uno Graeci, si aliter non possum, idem pluribus uerbis exponere.*

⁷⁶ *Sed cum uerba aut suauitatis aut inopiae causa transferre soleamus, in omnibus hoc fit artibus, ut, cum id appellandum sit quod propter rerum ignorationem ipsarum nullum habuerit ante nomen, necessitas cogat aut nouum facere uerbum aut a simili mutuari.*

3 A VARIAÇÃO E A MUDANÇA SEGUNDO QUINTILIANO

No capítulo anterior, vimos que as variedades linguísticas do latim eram reconhecidas e atestadas por autores como Cícero, que usavam de sua autoridade para corroborar ou reprovar seu emprego. No caso de Cícero, o fato de seus discursos e tratados serem regidos pelos princípios da retórica, que muitas vezes eram o assunto da exposição, justificava a reprovação de qualquer pronúncia ou expressão que fugisse ao padrão da língua culta da cidade e remetesse à linguagem da plebe ou do campo. Era, pois, fundamental que o orador fosse um homem letrado, de boa educação e cidadão romano, cuja linguagem, portanto, transpirasse urbanidade e em nada se assemelhasse ao que era falado nas ruas de Roma pelos homens simples⁷⁷.

Ora, a língua culta era uma arma que a aristocracia romana sustentava para se manter afastada da plebe, que com força maior se firmava na cidade e impunha seu modo de falar pelos quatro cantos da cidade. Tentando preservar as glórias de um passado áureo, os cidadãos romanos da elite buscavam na língua culta um meio de se defender das influências externas e constantes inovações introduzidas pela massa imigrante. Por isso, na retórica e na oratória, bem como no direito, nas artes e em tudo quanto ainda fosse território patricio, reinava a *urbanitas*, como patrimônio linguístico e pilar da alta sociedade, cada vez mais ameaçada pelo crescente ruído popular (Clackson & Horrocks, 2007).

Em meio às manifestações de diversos autores que testemunhavam as mudanças linguísticas em processo no cenário de Roma, chama-nos a atenção, em particular, o tratamento especial dado às questões que envolviam a variação da língua pelo mestre de retórica e orador Quintiliano, que, embora se filiasse a uma classe restrita da sociedade romana, defensora de um ponto de vista particular, possuía uma percepção mais ampla e abrangente da linguagem e dos fenômenos a ela relacionados.

Neste capítulo, tendo já apresentado um panorama linguístico de diferentes momentos da história de Roma, assinalando como o período final da República e os primórdios da era imperial demarcaram uma verdadeira revolução na língua latina, vamos nos concentrar no testemunho que Quintiliano registra, aproximadamente um século após o início do Império,

⁷⁷ Cf. Cícero, *De oratore*, III, 42.

sobre a situação do latim em sua época. Trata-se do ponto de vista de um mestre, orador e estudioso da linguagem que, curiosamente, versou sobre a variação e a mudança linguística do latim de maneira mais sistemática do que outros autores, concedendo ao tema um espaço especial e estruturado em sua obra, diferentemente do que se costuma encontrar em tratados da Antiguidade. Primeiramente, porém, façamos algumas considerações gerais sobre o autor e a obra.

3.1 Considerações gerais

3.1.1 O mestre

Marco Fábio Quintiliano nasceu em Calagurre⁷⁸, antiga cidade da Hispânia Tarraconense, território pertencente ao Império Romano. Não se sabe ao certo o ano de seu nascimento, mas estudiosos como Cousin (2003) e Conte (1994) situam-no por volta de 30 d.C., sob Tibério. Da mesma forma, a data de sua morte é imprecisa, estimando-se que teria ocorrido na época da ascensão de Nerva ao poder, em 96.

O jovem Quintiliano foi cedo levado por seu pai, também retor, para estudar em Roma, onde teve por mestres o gramático Rêmio Palêmon e o retor Domício Afro. Após o término de seus estudos e já gozando de prestígio como mestre de retórica, retornou à Hispânia para exercer o cargo de advogado. Em 68, foi convidado pelo imperador Galba para ser professor de retórica, regressando a Roma para integrar-se à comitiva imperial. No governo de Vespasiano, passou a receber um estipêndio anual para ensinar seu ofício publicamente, uma vez que sua fama já se havia consolidado em solo romano.

Além disso, Quintiliano foi o primeiro a abrir uma escola pública na cidade e a ser remunerado por isso (Cousin, 2003), sendo contados entre seus muitos alunos os ilustres Plínio Jovem e ainda, possivelmente, Tácito e Marcial, segundo quem foi “mestre sem igual de nossa juventude inconstante, glória da toga romana”⁷⁹.

O final de sua vida foi marcado por tragédias pessoais e pela elaboração de sua grande obra. Na década de 80, casou-se e tornou-se pai de dois filhos. Por essa época, o novo

⁷⁸ Atual Calahorra, na província de Logronho, Espanha.

⁷⁹ *Vagae moderator summe iuventae, Gloria Romanae... togae* (Ep. II, 90 *apud* Pereira, 2006).

imperador Domiciano o encarregou de ser preceptor de seus dois sobrinhos-netos, filhos do cônsul Flávio Clemente, os quais desejava ver como seus sucessores. Por volta de 88, abandonou de vez as atividades de professor e advogado, restando-lhe apenas o preceptorado. Foi no exercício desta última atividade, mas valendo-se de suas experiências anteriores, que redigiu, dedicado ao amigo Vítório Marcelo, seu grande tratado de retórica, a *Institutio oratoria* (“A formação do orador”), única obra de sua autoria a não ser perdida. Faleceu por volta de 96, tendo, antes, visto morrer sua jovem esposa e seus dois filhos.

3.1.2 A obra

Embora outros trabalhos tenham sido atribuídos a Quintiliano, a *Institutio oratoria* foi o único a se tornar conhecido na posteridade. Entre os que foram completamente perdidos, citam-se *De causis corruptae eloquentiae* (“Sobre as causas da eloquência corrompida”), *Ars rhetorica* (“Arte retórica”) e um possível *Declamationes* (“Declamações”), de autoria duvidosa. Mesmo com o desaparecimento dos outros trabalhos, Quintiliano alcançou reconhecimento através da *Institutio*, consagrando-se como um dos grandes mestres latinos, além de sua obra ser considerada um dos tratados mais importantes de retórica da Antiguidade (Conte, 1994).

A *Institutio* reúne disciplinas necessárias à formação do orador, como a retórica e a gramática, além de outras informações pertinentes a esse percurso de formação. Escrita no contexto do período flaviano, marcado por discussões entre tendências inovadoras e conservadoras no âmbito da retórica e da literatura, reflete as divergências teóricas da época e se posiciona por um modelo de formação integral, que envolve formar não apenas o orador, mas o homem. A obra tem como proposta um novo programa educacional e cultural para o orador, envolvendo sua formação do nascimento até a aposentadoria ou, ainda, até a morte (Kennedy *apud* Pereira, 2006).

Composta por doze livros e cerca de 250 manuscritos, a *Institutio* foi descoberta em 1416 pelo humanista florentino Poggio Bracciolini, no mosteiro de Sankt Gallen (Saint Gall), na Suíça. Tendo sido recuperada no Renascimento, foi amplamente aceita durante esse período, em que a valorização do estudo das culturas clássicas contribuiu para que seu modelo de

linguagem fosse adotado e reproduzido (Pereira, 2006). A obra tem mais de 30 edições, datando a primeira de 1470, em Roma, por Campano.

A obra parte da educação retórica desde a infância do futuro orador e segue até o final de sua carreira, que, para Quintiliano, coincide com o fim da vida, e a extensão dos assuntos apresentados assegura uma ampla diversidade entre os doze livros. Os Livros I e II costumam ser classificados como os livros didáticos e pedagógicos da *Institutio*, que tratam da instrução elementar e de base retórica e discutem o dever dos instrutores ou educadores. Os Livros III a IX compõem o maior bloco temático da obra e dispõem de informações mais técnicas sobre retórica. O Livro X ensina a adquirir a *facilitas*, ou seja, a facilidade de expressão; além disso, apresenta uma crítica das literaturas grega e latina, expondo os autores que devem ser lidos e imitados. O Livro XI se ocupa das técnicas de memorização e gestualidade. Por fim, o Livro XII trata de questões sobre o comportamento moral e cultural de um orador e como este deve lidar com um imperador (Conte, 1994).

Interessa-nos, particularmente, o tratamento dado por Quintiliano às questões retóricas, mais especificamente, à parte da retórica conhecida como elocução, na qual se inserem suas principais considerações sobre linguagem. Por isso convém nos determos ainda nos princípios de retórica que permeiam a produção da *Institutio*.

3.1.3 Notas sobre a retórica

Na retórica, ou *ars rhetorica* (arte/ciência⁸⁰ retórica), também conhecida entre os romanos como *ars dicendi* (arte/ciência do dizer), a linguagem era o meio através do qual o orador mobilizava o público com seu discurso. Segundo esse conceito, a palavra era, portanto, o instrumento de persuasão do orador, que deveria manejá-la bem para produzir nos ouvintes os efeitos desejados. Quintiliano define a disciplina, no segundo livro da *Institutio*, como *bene dicendi scientia* (“ciência do dizer bem”), em que “dizer bem” excede o emprego meramente persuasivo da linguagem, mas implica ainda a consideração de todas as virtudes do discurso, a saber, a pureza, a clareza e o ornamento (II, 15, 34). Além disso, ao reforçar no proêmio do

⁸⁰ O conceito de *ars* responde, entre os antigos, por um conjunto sistemático de conhecimentos e técnicas práticas que pode ser traduzido por “arte” ou “ciência” (O.L.D., 1982). Como Quintiliano emprega indistintamente *ars* e *scientia* ao se referir à disciplina, apresentamos as duas traduções possíveis, fazendo as devidas considerações.

Livro VIII que seu objetivo ao longo do tratado é precisamente justificar sua definição, sustenta que a retórica é útil como arte/ciência e valor moral e que sua matéria são todos os temas de que se deve falar (VIII, Pr., 6).

Na mesma passagem, Quintiliano ressalta que, pelos preceitos da retórica, a produção do discurso envolve as seguintes etapas (*officia*): invenção (*inuentio*), disposição (*conlocatio*), elocução (*elocutio*), memória (*memoria*) e ação⁸¹ (*actio*), além de constar de pensamentos (*res*) e palavras (*uerba*). A invenção se relaciona com os pensamentos, a elocução com as palavras, e a disposição com ambos, enquanto todas elas são abrangidas pela memória e legitimadas pela ação⁸².

Cousin (2003) lembra a própria menção feita pelo mestre sobre a organização temática de seu tratado, segundo a qual no Livro VI Quintiliano encerra a exposição sobre a invenção, para passar, no Livro VII, à análise da disposição e, finalmente, a partir do Livro VIII, concentrar-se na elocução, cuja discussão se estende até o primeiro capítulo do Livro XI, a partir do qual Quintiliano discorre sobre a memória e a ação.

Sobre o ofício oratório, Cícero⁸³ já havia apresentado anteriormente uma fórmula semelhante, na qual caracteriza ordenadamente as tarefas que competem ao orador, ao afirmar que, estando toda a capacidade e faculdade do orador distribuída em cinco fases, este deve, em primeiro lugar, encontrar o que dizer (*inuentio*); em seguida, dispor e combinar os argumentos encontrados, não apenas com ordem, mas também com certa hierarquia e critério (*collocatio*); depois revesti-los e embelezá-los com palavras (*elocutio*); posteriormente, gravá-los na memória (*memoria*); e, por fim, pronunciá-los com dignidade e elegância (*actio*).

É visão comum entre os oradores da época, portanto, que a parte da retórica que se relaciona diretamente com as palavras é a elocução. Não por acaso, Quintiliano, Cícero e outros se valiam dos princípios da elocução para orientar o orador quanto à forma de língua que deveria empregar em seus discursos. Esse exercício sistematicamente os levava a tecer

⁸¹ Deve-se entender “ação” (*actio*) como a “ação oratória”, como Cousin prefere traduzir, isto é, o ato por parte do orador de pronunciar o discurso.

⁸² Em *Institutio oratoria* VIII, Pr., 6, lê-se: *Nempe enim plurimum in hoc laboris exhausimus, ut ostenderemus (...) orationem porro omnem constare rebus et uerbis: in rebus intuendam inuentionem, in uerbis elocutionem, in utraque conlocationem, quae memoria complecteretur, actio commendaret.* (“Pois, na verdade, nisto [nos princípios de retórica que devem ser ensinados] exaurimos a maior parte de nosso trabalho, para mostrar que (...) todo discurso ainda consta de pensamentos e palavras: nos pensamentos deve-se considerar a invenção, nas palavras a elocução, em um e outro a disposição, todos os quais a memória abrangeria e a ação faria valer”).

⁸³ Cf. Cícero, *De oratore* I, 142-143.

comentários sobre a linguagem, citando tanto o que julgavam apropriado quanto o que condenavam em termos de sotaques e expressões que fugissem ao padrão urbano culto da língua⁸⁴. Ao falar das formas banidas no âmbito da oratória, Quintiliano, assim como alguns de seus colegas⁸⁵, expôs, ainda que de modo sucinto e incompleto, porém de certa forma sistematizado, um panorama das formas da língua que concorriam no cenário romano.

Como isso nos interessa como matéria para nosso estudo, vamos nos concentrar no Livro VIII da *Institutio* e procuraremos ressaltar os momentos no livro em que Quintiliano apresenta tais comentários e nos fornece material para compor um quadro da diversidade do latim em sua época.

3.1.4 Um particular sobre a elocução

No caso da elocução, tema ao qual Quintiliano passa a dedicar um minucioso tratamento a partir do capítulo I do Livro VIII, que, segundo Cousin (2003), é o que introduz o exame desse ofício do orador, o autor chega a afirmar que se trata da parte mais difícil da retórica, reproduzindo o que afirmava ser opinião unânime entre os oradores da época (VIII, Pr., 13). A consciência da extensão do tema pode ser observada em outro tratado antigo, a *Rhetorica ad Herennium*, datada da última década do século I a.C., no qual seu autor reserva todo um livro para o estudo da elocução por acreditar que há mais coisas a serem ditas sobre essa parte em especial (*Rhetorica ad Herennium* III, 1)⁸⁶.

A elocução, segundo Quintiliano, envolve ainda três “virtudes” que regem o uso da linguagem por parte do orador, a fim de que este preserve em seu discurso o “dizer bem” característico da arte retórica: a pureza (*Latinitas*), a clareza (*perspicuitas*) e o ornamento (*ornatus*). O autor apela para um emprego de palavras que privilegie as que sejam latinas (“puras”), claras e ornamentadas (VIII, I, 1).

É justamente sobre as propriedades de cada virtude em palavras isoladas ou agrupadas em expressões que o autor se alonga nos três primeiros capítulos de seu oitavo livro. Na detida

⁸⁴ Cf. Cícero, *De oratore* III, 44.

⁸⁵ Cf. capítulo anterior.

⁸⁶ A própria organização temática da *Rhetorica ad Herennium* não deixa dúvidas sobre a importância da elocução dentro do quadro teórico da retórica, uma vez que o próprio autor afirma delegar o quarto livro a seu exame, enquanto no Livro III são discutidas a disposição (*dispositio*), a memória (*memoria*) e a pronúncia (*pronuntiatio*).

explicação sobre essa parte do discurso, as virtudes são abordadas e caracterizadas ao longo de 117 parágrafos, divididos em três capítulos cujos títulos poderiam ser “A pureza”, “A clareza” e “O ornamento”⁸⁷ pelo teor da discussão presente em cada segmento.

É também nesse momento da obra que Quintiliano se concentra em questões linguísticas que remetem aos fenômenos da variação e mudança. Ao longo dos três capítulos iniciais do Livro VIII, em vários trechos observam-se importantes considerações sobre a língua do orador que deixam transparecer a variação do latim no período, o que faz com que o autor tenha de preferir algumas formas e preterir outras. Ora, tais escolhas refletem uma consciência do caráter multifacetado de sua língua, que nos interessa como testemunho direto da variabilidade do latim.

Prosseguiremos nosso estudo com a análise mais detida dos trechos acima mencionados, que apresentam uma relação interessante entre a forma de língua recomendada por Quintiliano ao orador, dentro dos conceitos retóricos de pureza, clareza e ornamento, respectivamente nos capítulos 1 a 3 do Livro VIII, e algum aspecto da diversidade linguística no latim de Roma. Os trechos selecionados são VIII, I, 1-3, que, sob a rubrica da pureza, estão relacionados com a variação regional do latim; VIII, II, 1-3, os quais, introduzindo o capítulo sobre a clareza, ecoam evidências da variação social do latim; e VIII, III, 24-37, trecho que constitui um parêntese no capítulo para apresentar considerações do autor sobre a mudança linguística.

3.2 A pureza e a variação regional

O primeiro capítulo do Livro VIII, embora introduza em linhas gerais a elocução, tema abordado até o Livro XI, versa especificamente sobre uma de suas virtudes, a pureza, conhecida em latim como *puritas* ou *Latinitas*. Quintiliano costuma empregar mais o último termo, o que evidencia que o conceito de pureza da língua estava diretamente ligado à preservação da identidade latina. Dessa forma, a língua pura era essencialmente latina, no seu sentido mais restrito, que considerava em síntese a cidade de Roma, e tudo o que fugia aos

⁸⁷ Títulos propostos pela edição espanhola de Carmona, à exceção do primeiro, que vem intitulado de “A elocução” por considerar que é também o momento em que Quintiliano introduz o conceito, além de expor a pureza (1996).

limites da cidade e à linguagem dos cidadãos romanos feria o princípio da pureza, ou ainda, da latinidade, para a retórica.

Ao longo do tempo, com a expansão do Império Romano, a latinidade foi ressignificada pela dispersão da língua e da cultura latinas pelas províncias, que de diferentes modos assimilaram o latim e passaram a constituir nichos latinos espalhados pelos continentes conhecidos. A necessidade de caracterizar o elemento urbano e diferenciá-lo do alienígena no que diz respeito à língua e à cultura impeliu os romanos a criarem um novo termo para identificar a qualidade de ser exclusivamente romano no falar e no agir e em nada refletir os elementos externos, considerados no âmbito da retórica inapropriados à linguagem do orador.

Pimentel (1996) assim explica a pureza:

A puritas tinha como objetivo a correção da linguagem. Desta forma, um orador que pretendesse que o seu discurso fosse caracterizado pela *puritas* devia abster-se de empregar palavras que não fossem de feição autenticamente romana. Sob esta perspectiva, o conceito de *puritas* confundia-se com o de *Latinitas*. Mais tarde, com a extensão do direito de cidadania a todas as cidades do Império, o conceito de *Latinitas* foi substituído pelo de *Romanitas*. *Romanitas* e *Latinitas* tornaram-se assim duas formas de encarar, sob diferentes pontos de vista, uma qualidade fundamental da linguagem: a *puritas*. Contra a pureza da linguagem atentavam todos os que, afastando-se do gênio da língua, recorriam ao uso de estrangeirismos e de barbarismos (1996, p. 140).

Pimentel chega a afirmar que, posteriormente, com a expansão do Império, a *Romanitas* substituiu a *Latinitas* no intento de identificar a pureza do falar de Roma, preservado das influências exteriores. Na época de Quintiliano, porém, ainda era vigente a noção da latinidade associada aos hábitos da cidade de Roma, tanto que nosso autor inicia o capítulo afirmando que o orador deve atentar para que as palavras isoladas sejam “latinas, claras e ornamentadas” (VIII, I, 1), respeitando a ordem dessas que são consideradas as principais virtudes do discurso.

Ao associar a qualidade de latino com a clareza e o ornamento, Quintiliano deixa claro que está se referindo à latinidade como pureza, primeira virtude do discurso, e que, quando afirma que as palavras do orador devem ser latinas, não quer dizer apenas que devam ser identificadas como parte do vocabulário latino, mas ainda que precisam soar como “puras” aos

ouvidos do público. Disso se depreende que as palavras puras eram aquelas associadas unicamente à língua de Roma, ou, em outras palavras, ao *sermo urbanus*, falado apenas por cidadãos romanos de boa educação, e não podiam ser encontradas no vocabulário dos homens provenientes do campo ou de outras províncias, considerado rude.

Vale lembrar que, na época, a linguagem do campo, o *sermo rusticus*, bem como o latim dos estrangeiros, o *sermo peregrinus*, eram vistos com restrições em território romano, pela mistura de elementos estranhos ao latim urbano, e reprovados na oratória e na retórica. Isso se dava porque seus falantes não gozavam do mesmo prestígio dos cidadãos de Roma, razão pela qual o orador, que deveria ser um homem respeitado pela sociedade, deveria fugir de qualquer comportamento que o associasse a essa classe social desprestigiada.

Já no primeiro parágrafo do capítulo, Quintiliano recomenda ao orador uma forma de língua específica, que tem como características básicas as virtudes do discurso. Essa variedade recortada pelo mestre pode ser identificada no quadro linguístico latino como o *sermo urbanus*, visto que é a variedade mais notadamente urbana, falada por homens cultos e que pouco ou nada tinham de influência de falares exóticos, como a língua do campo ou dos estrangeiros.

Por fim, o autor completa o primeiro parágrafo afirmando que as palavras devem ainda ser corretas, bem colocadas e adornadas. O adorno se refere principalmente às figuras de linguagem, tema que se inicia no capítulo III e se estende até o final do Livro IX. A colocação (*conlocatio*), também tratada como disposição, é o assunto do Livro VII, e tanto o adorno como a disposição se enquadram na abordagem técnica de Quintiliano sobre os preceitos da retórica. Chama-nos a atenção, em particular, a correção, que Quintiliano recomenda às palavras nesse momento do tratado, a qual já havia sido abordada anteriormente, fora do bloco “retórico” da obra.

Ao falar em correção, Quintiliano remete ao ofício de outro mestre que não o retor, mas o gramático, a quem, segundo ele, cabia a tarefa de ensinar as regras do falar correto. A ideia de correção, portanto, estava diretamente ligada à gramática, que era “a arte de falar corretamente e a explicação dos poetas”⁸⁸ (*Institutio oratoria* I, IV, 2).

A gramática é o tema dos capítulos IV a IX do Livro I, ao longo dos quais o autor discorre sobre todos os níveis de análise. A importância da disciplina para o mestre de retórica

⁸⁸ Cf. Pereira, 2006, p. 85.

se faz ver pela quantidade de “capítulos gramaticais” contidos na obra, que totalizam a metade do primeiro livro. A justificativa de Quintiliano é que, ao compor um tratado que envolva a formação do orador “por completo”, é plausível que a abordagem da gramática, inclusive, preceda a da retórica na obra, uma vez que o aluno, antes de chegar à escola do retor, passava pelo gramático, com quem aprendia os preceitos da boa linguagem e atestava seu uso nas grandes obras literárias. Já com essa noção é que o discípulo e futuro orador se apresentava à escola do retor, o mestre de retórica.

Por esse motivo, no Livro I vemos Quintiliano se alongar nas regras da gramática latina, que compunham o ideal de correção, além de apresentar os chamados “vícios de linguagem”, que poderiam ocorrer em palavras isoladas, os barbarismos, ou em conjunto, os solecismos. Uma vez terminadas as considerações sobre a gramática, a partir do Livro II vemos Quintiliano levando seu discípulo a dar os primeiros passos no campo da retórica, tema que prevalece em todos os demais livros.

No Livro VIII, porém, Quintiliano retoma a gramática em uma interessante evocação, ao reiterar, agora no domínio da retórica, que as palavras devem ser corretas. Mas prefere não se alongar sobre o assunto novamente, uma vez que já tratou da arte do gramático no primeiro livro e foi bastante enfático em mostrar como se aplica a correção, ao prevenir contra os vícios da linguagem (VIII, 1, 2).

Quintiliano não se alonga em citar seus capítulos gramaticais nesse momento, mas a relação estabelecida por ele entre os Livros I e VIII pode ser facilmente aprofundada quando nos reportamos àquele num exercício que nos revela mais correspondências do que nosso autor deixa supor.

Ainda no livro VIII, Quintiliano reforça, na sequência, que a pureza está relacionada com a forma urbana da linguagem e que o orador, ao compor seu discurso, deve escolher palavras que pareçam “o menos possível, estrangeiras e provinciais” (VIII, 1, 2). Esse cuidado em evitar formas estrangeiras a fim de manter o discurso puro se mostra uma preocupação legitimamente retórica. Contudo a presença de estrangeirismos na língua de Roma já havia sido discutida antes, no Livro I, do ponto de vista gramatical. Ali Quintiliano, ao tratar dos vícios da linguagem, elenca como um tipo de barbarismo o uso de expressões estrangeiras:

Os mais avisados muito avançarão: saberão, em primeiro lugar, que há muitas espécies de barbarismo. Um primeiro tipo se deve à origem dos termos e ocorre quando se introduz uma expressão africana ou espanhola no latim. É o caso de dizer *cantus* ao referir-se à barra de ferro com que se envolvem as rodas dos carros, ainda que Pérsio se sirva do termo como incorporado à nossa língua. Do mesmo modo, Catulo nos trouxe *ploxenum* [carruagem gaulesa] dos arredores do Pó, e no discurso de Labieno (se é que não de Cornélio Galo) contra Polião se emprega *casamo*, que é termo gaulês, no sentido de “companheiro”. Cícero, por sua vez, zombando, emprega deliberadamente *mastruca* [vestido de pele], que é termo sardo⁸⁹ (*Institutio oratoria*, I, 5, 7-8).

Quintiliano descreve o barbarismo como um vício em palavras isoladas e enumera diversas maneiras pelas quais uma palavra sozinha pode ser viciosa, que vão desde modificações na forma falada e escrita da palavra até o tom e a aspereza da voz com que se pronuncia certo vocábulo (I, 5, 9). Mas o primeiro tipo de barbarismo, para ele, diz respeito à origem estrangeira da palavra, que pode ser africana, espanhola, sarda etc.

Ora, por esse fato se percebe que o latim de sua época convivia com outras línguas e muitas vezes se valia de uma ou outra expressão alienígena para designar certos referentes. Em alguns casos até, certos autores empregavam estrangeirismos como formas já incorporadas ao latim, ao ponto de, inclusive, imbuí-las dos paradigmas de declinação latinos⁹⁰. No trecho acima, Quintiliano cita o caso do poeta latino Pérsio, seu contemporâneo, que empregava o estrangeirismo *cantus* como termo referendado no latim.

Além deste, vemos o caso de autores que se valiam dos estrangeirismos para produzir efeitos particulares em seus textos, com destaque para Cícero, que empregava deliberadamente certas formas com o intuito de chamar a atenção sobre elas. Já apontamos no capítulo anterior um uso particular e curioso de helenismo que é bem frequente nas cartas de Cícero a seus amigos mais íntimos, em que se acredita que o emprego de palavras gregas, muitas das vezes

⁸⁹ *Sed ut parua sint haec, pueri docentur adhuc et grammaticos officii sui commonemus. Ex quibus si quis erit plane inpolitus et uestibulum modo artis huius ingressus, intra haec, quae profitentium commentariolis uulgata sunt, consistet; doctiores multa adicient: uel hoc primum, quod barbarum pluribus modis accipimus. Vnum gente, quale sit si quis Afrum uel Hispanum Latinae orationi nomen inserat: ut ferrum quo rotae uinciuntur dici solet "cantus", quamquam eo tamquam recepto utitur Persius, sicut Catullus "ploxenum" circa Padum inuenit, et in oratione Labieni (siue illa Corneli Galli est) in Pollionem "casamo" adsectator e Gallia ductum est: nam "mastrucam", quod est Sardum, inridens Cicero ex industria dixit* (Pereira, 2006, pp. 105-107).

⁹⁰ Cf. item 2.2.2.

nem sequer transliteradas, sugeria um contexto informal e até mesmo certo código familiar compartilhado entre os correspondentes.

Afora os casos excepcionais, em que os autores se valiam de certa “licença poética”, a gramática latina tinha por vicioso o emprego de formas estrangeiras e recomendava aos discípulos que preferissem, sempre que possível, formas correspondentes em latim. Ora, a gramática visava preservar a língua latina das constantes mudanças que se observavam na fala, sobretudo da plebe, e zelar pelo cumprimento das regras a fim de se educarem os cidadãos romanos nas letras e na literatura latinas, de modo que delas se pudessem tornar legítimos representantes.

Vimos anteriormente que muito do prestígio social de Roma era garantido pela maneira como os homens falavam e que a associação com culturas estrangeiras muitas vezes era vista com maus olhos. Assim sendo, para obter respeito perante a sociedade, o romano deveria respeitar as regras gramaticais tanto quanto evitar os vícios de linguagem em sua fala. Por serem os povos estrangeiros muitas vezes marginalizados em Roma, a gramática latina considerava viciosa a reprodução, mesmo intencional, de um sotaque estranho. Segundo nosso autor, os sotaques são “sons particulares” pelos quais se identificavam outros povos. Pelo fato de discreparem da pronúncia da cidade, que era a forma legitimada pela gramática latina, eram considerados um barbarismo e uma infração à ortoépia, a pronúncia correta dos sons: “Se evitarmos todos os vícios de que tratamos acima, haverá aquilo que se chama ortoépia, isto é, a articulação exata e agradável dos sons que se pode, pois, tomar por correta”⁹¹ (*Institutio oratoria* I, 5, 33).

Vê-se, portanto, que a ortoépia é um conceito gramatical cuja preservação previne a fala contra os vícios de linguagem, que diretamente infringiam as regras da gramática tão meticulosamente descritas por nosso autor em seu primeiro livro. Também é possível notar o esforço do mestre de retórica em advertir seus discípulos sobre o uso de língua adequado ao contexto para o qual os estava formando, em que nem formas estrangeiras nem expressões consideradas rudes poderiam ter lugar.

Ora, Quintiliano expressa a mesma preocupação com o discurso do orador no Livro VIII, porém sob a rubrica da retórica. Se prefere não se estender novamente sobre as regras da

⁹¹*Remotis igitur omnibus de quibus supra diximus vitiis erit illa quae vocatur orthoepeia, id est emendata cum suavitate vocum explanatio: nam sic accipi potest recta* (Pereira 2006, p. 118).

gramática, nosso mestre nos entrega de outro modo a correspondência entre os dois livros, ao fazer ecoar no trecho final de seu primeiro capítulo o valor da pureza expresso no primeiro livro de sua *Institutio*, o que nos faz supor grande correspondência entre as disciplinas e uma visão de linguagem que permeava toda a obra e ultrapassava qualquer rubrica: “Se possível, tanto as palavras quanto a pronúncia devem ser nativas da cidade, de modo que o discurso todo soe genuinamente romano, e não como se tivesse recebido a cidadania” (*Institutio oratoria* VIII, 1, 3).

Com essa afirmação, Quintiliano encerra seu primeiro capítulo, bem como a definição da pureza como virtude da elocução. É importante ter em mente que seu objetivo era formar oradores e prepará-los para o exercício de sua profissão, em que seriam frequentemente defensores das causas públicas e representantes da sociedade. Por esse motivo, deveriam conhecer e saber empregar a norma culta da língua, pela qual podiam destacar-se e obter respeito e prestígio perante aqueles a quem se apresentavam. Isso implica ainda rejeitar aquilo que não condiz com os preceitos da retórica, razão pela qual Quintiliano recomenda a censura a elementos estrangeiros na fala, que certamente descaracterizariam a figura do homem público e cidadão nativo de Roma – papel essencial ao orador. Chama-nos em particular a atenção o fato de nosso autor nos fornecer com isso uma ideia mais real do contato do latim urbano com as formas estrangeiras que vinham se alastrando pela cidade e o vislumbre de um panorama linguístico tão diverso e variável quanto hoje se concebe sobre as línguas modernas.

3.3 A clareza e a variação social

Outro contato frequente do latim urbano da alta sociedade era com o latim popular, o *sermo plebeius*, que se dava por todos os cantos de Roma, nas ruas, praças, feiras, no comércio em geral e até mesmo em ambiente familiar, com a presença de serviçais e escravos nos serviços domésticos. Já mencionamos que o próprio Quintiliano admitiu empregar uma forma de língua mais casual no contato com a esposa, os filhos, os amigos mais próximos e até os escravos, numa tentativa que pode ser entendida como para, além de livrá-lo da necessidade do rebuscamento, aproximar seu modo de falar das classes inferiores e, principalmente, fazer-se entender (*Institutio oratoria* XII, 10, 40). A mesma necessidade de se fazer entender e garantir

a compreensão estava presente não apenas em Quintiliano, mas nos princípios oratórios em geral.

Ora, sabemos que uma das grandes preocupações dos oradores era manter a clareza de seu discurso de modo que este fosse compreensível ao público. Tal preocupação já se manifestava em Cícero, modelo oratório de sua época, quando ele reforçava a necessidade de se fazer entender: “De modo que nas demais artes o mais excelente é o que mais se afasta da compreensão e da inteligência do ignorante, ao passo que na eloquência o desviar-se da maneira corrente de dizer e do uso consagrado pelo senso comum constitui gravíssima falta”⁹² (*De oratore* I, 3, 12).

Na oratória, os princípios que regiam a eleição da forma de linguagem de que o orador deveria valer-se em seus discursos tendiam para a modalidade oral, como se pôde observar em Cícero pela defesa da “maneira corrente de dizer”, e estavam baseados no uso que se fazia dela. Contudo vale ressaltar que, ao fazer referência a essa modalidade, Cícero não preconiza senão a linguagem usada pelo cidadão romano de classe elevada, cuja posição social conferia prestígio também a seu modo de falar⁹³.

No capítulo II do Livro VIII de sua *Institutio oratoria*, em que elucida o conceito de clareza⁹⁴, Quintiliano afirma que essa virtude se aplica sobretudo à escolha vocabular e que seu primeiro sentido consiste na denominação própria de cada coisa. Contra a clareza depõem a obscenidade (*uerba obscena*) e os termos chulos (*sordida*) e baixos (*humilia*), o que, no entanto, não significa que a linguagem corrente, que muitos acreditam ser “inferior”, deva ser evitada, pois tal impressão pode induzir a outra falta – a de criar um discurso por demais afetado e incompreensível. A linguagem corrente deve ser empregada justamente para garantir que o discurso cumpra no público ouvinte as tarefas próprias do ofício oratório de ensinar, comover e deleitar⁹⁵, estando desaconselhado apenas o palavreado mais chulo presente nessa

⁹² *Vt in ceteris id maxime excellat quod longissime sit ab imperitorum intellegentia sensuque disiunctum, in dicendo autem uitium uel maximum sit a uolgari genere orationis atque a consuetudine communis sensus abhorrere* (Maurer, 1962, p. 151).

⁹³ Cf. Cícero, *Brutus* 261.

⁹⁴ Quintiliano já deixa clara a importância da clareza para o discurso no primeiro livro de sua *Institutio*, em que se lê: “mas o discurso, cuja maior virtude é a clareza, quão vicioso não será se carecer de intérprete” (I, 6, 41, *apud* Pereira, 2006, p. 157).

⁹⁵ Na oratória, o discurso deveria cumprir em toda sua extensão as funções de ensinar (*docere*), comover (*mouere*) e deleitar (*delectare*), uma vez que se compunha de narrativas que serviam para instruir e acaloradas argumentações para excitar os afetos. Isso posto, o emprego de uma linguagem rebuscada e artificial comprometeria o entendimento e tornaria impossível tanto o aprendizado quanto a comoção dos ouvintes. Para

forma de língua. Por outro lado, Quintiliano também faz ressalvas quanto ao uso de uma linguagem muito figurada, que exceda os limites da compreensão. Não se deve, pois, ser impreciso nem tampouco abusar do sentido figurado das palavras, afastando-se muito de sua forma primeira.

Nesse sentido, Quintiliano remete a uma variabilidade do latim urbano, em que se encontravam, em um extremo, formas vulgares e de baixo calão, mais comuns na fala das classes baixas, e formas arcaicas e rebuscadas entre os mais cultos. Consciente da variação social do latim, Quintiliano propõe que o orador não deve se situar em nenhum dos extremos, tanto para não parecer vulgar nem assemelhar-se aos mais simples quanto para não ser incompreendido pelo público e infringir a clareza. Assim, mesmo empregando a variedade culta recomendada aos discursos, isto é, o *sermo urbanus*, o orador estava ciente de que a língua se realizava de modo diferente entre as classes sociais e que as diferenças entre as variedades sociais poderiam vir à tona no momento de discursar para um público diversificado. Para Cousin (2003):

Contra o cosmopolitismo do vocabulário – Quintiliano não parece abordar aqui (Livro VIII) tal problema, que é subjacente, e foi explicado no Livro I –, contra a miscelânea e a ausência de escolha, Quintiliano aconselha em primeiro lugar a clareza. É o que Teofrasto chamava σαφήνεια, Cornifício *explanatio*, Cícero dizia *dilucide planeque*, e o que Quintiliano mesmo nomeia *perspicuitas*. E a *perspicuitas* depende em primeiro lugar da propriedade dos termos. A propriedade consiste em chamar cada coisa pelo nome que lhe convém, o que não deve ter por consequência admitir palavras obscenas, chulas e baixas nem buscar perífrases afetadas. É necessário saber, com efeito, determinar a perda de uma palavra. A propriedade consiste também em usar um termo que, entre várias coisas, designa mais particularmente uma delas ou que, sendo comum a muitos, nomeia por excelência e especificamente um objeto dado. Por outro lado, a obscuridade decorre do emprego de palavras desusadas, dialetais, técnicas ou homônimos ambíguos, mas ela pode resultar também da extensão das frases ou dos períodos, de parênteses mal colocados, de uma prolixidade ou de uma brevidade abusivas ou, enfim, de torneios de duplo sentido⁹⁶ (2003, p. 9-10).

Quintiliano, ainda, era a elocução a responsável maior pelo deleite, que mostrava nessa parte do discurso suas funções mais próprias (VIII, Pr., 7).

⁹⁶ *Contre le cosmopolitisme du vocabulaire – Quintilien ne paraît pas aborder ici le problème, qui est sous-jacent, et il s'en est expliqué au livre I – contre le fatras et l'absence de choix, Quintilien conseille en premier lieu la clarté. C'est ce que Théophraste appelait σαφήνεια, Cornificius explanatio, Cicéron parle dilucide planeque, ce que Quintilien nomme lui-même perspicuitas. Et la perspicuitas dépend en premier lieu de la propriété des termes.*

Cousin observa que a obscuridade, infração maior da virtude da clareza, advém, principalmente, na visão de Quintiliano, do emprego de termos e expressões desusados, cujos sentidos não são recuperáveis na fala. Além disso, nosso autor reforça que as palavras obsoletas, que há muito estão afastadas do uso corrente, dão a impressão de terem sido retiradas dos livros mais antigos e não mais lidos e serem empregadas justamente por não constarem do repertório geral, como se por esse exercício alguns buscassem alcançar fama e reconhecimento por sua rebuscada cultura (II, 12). Em direção contrária à de tais autores caminha Quintiliano, defendendo sempre a clareza e elegância de expressão e reprovando os esforços de resgatar à linguagem dos discursos formas demasiadamente arcaicas e ininteligíveis, que fogem do uso corrente.

Logo nos parágrafos iniciais de seu segundo capítulo, dos quais interessam-nos propriamente os três primeiros, Quintiliano afirma que a clareza consiste, em primeiro lugar, no exercício de empregar “palavras próprias”, ou os termos em seu sentido próprio, literal. Todavia o orador deve acautelar-se dos termos de baixo calão, uma vez que certas palavras já têm como sentido próprio algo obscuro e vulgar, o que não condiz com a figura do orador. Contudo o maior problema para Quintiliano, no que diz respeito à clareza, não são as palavras baixas, das quais o orador atento sabe esquivar-se com facilidade, mas sim o rebuscamento da linguagem com que muitos constroem seu discurso, na tentativa de torná-lo elegante e superior. Esse esforço pode produzir o efeito inverso e acabar fazendo com que o discurso infrinja a virtude da clareza e se torne incompreensível, algo extremamente grave para a retórica de Quintiliano.

O autor defende, antes, que o orador, diante da necessidade de se fazer compreender, não se afaste do uso corrente da linguagem, como se quisesse distanciar sua fala do público, nem empregue termos muitos elevados, que apenas os homens mais instruídos seriam capazes de entender (VIII, II, 2). E mesmo esses ainda muitas vezes passam por ignorantes face a certos

La propriété consiste à appeler chaque chose par le nom que lui convient, ce qui ne doit pas avoir par conséquence d'admettre les mots obscènes, sales et bas ni de chercher des périphrases précieuses. Il faut savoir en effet se résoudre à perdre un mot. La propriété consiste aussi à user du terme qui, entre plusieurs choses, désigne plus particulièrement l'une d'elles ou qui, étant commun à plusieurs, nomme par excellence et spécifiquement un objet donné. En revanche, l'obscurité vient de l'emploi de mots désuets ou dialectaux ou techniques ou d'homonymes équivoques, mais elle peut résulter aussi de la longueur des phrases ou des périodes, de parenthèses mal placées, d'une prolixité ou d'une brièveté abusives ou, enfin, de tours à double sens.

discursos nos quais apenas o autor domina o sentido do que quer dizer. Quintiliano exemplifica com alguns casos em que nem mesmo os outros oradores compreendiam certas formas do discurso de seus colegas.

Ele afirma que, certa vez, um orador mencionou, em seu discurso, *Hibericas herbas* (“ervas ibéricas”), querendo referir-se, na verdade, a *spartum* (“esparto”). Como, porém, apenas ele tinha conhecimento da expressão, Cássio Severo⁹⁷ zombou de sua inutilidade (VIII, II, 2). E também um ilustre orador, para encobrir um termo que julgava ser mais popular (provavelmente *salsamenta*, que significa “peixe de água salgada”), empregou a expressão *duratos muria pisces* (“peixes conservados na salmoura”) (VIII, II, 3), julgando com isso engrandecer seu discurso.

Quintiliano não só se opõe a esse tipo de artifício, como ainda critica aqueles que o empregam, afirmando ser um equívoco buscar sempre fugir ao uso corrente da linguagem, visto que muitas vezes a necessidade exige que se valha de uma forma de língua mais próxima da fala popular. O fato de não querer distanciar-se do uso corrente demonstra o esforço por parte de Quintiliano em criar uma correspondência com a linguagem popular, a variedade das massas, o *sermo plebeius*.

Como foi posto, Quintiliano não preconiza o emprego do *sermo plebeius* propriamente, mas o situa como um “termômetro” para que a fala do orador não se afaste da compreensão do público em geral. Entre uma linguagem muito rebuscada, tida muitas vezes como de difícil compreensão num discurso, e a linguagem popular, típica das classes mais baixas, nosso autor defende no discurso o uso da linguagem corrente, viva, que não é nem elevada nem baixa; nem obsoleta nem vulgar, mas um reflexo do seu emprego efetivo e funcional.

3.4 O ornamento e a mudança

Finalmente, no capítulo III, tendo já apresentado uma breve caracterização da pureza no capítulo I e definido a clareza no capítulo II, o mestre de retórica passa a versar sobre a parte da eloquência (*dicendi pars*) por meio da qual o orador, segundo ele, mais alcança mérito: o

⁹⁷ Orador romano do século I a.C.

ornatus, ou ornamento⁹⁸. Ora, Quintiliano afirma que de nenhuma outra maneira é mais recompensado o orador, senão pelo uso adequado das palavras e por sua escolha elegante⁹⁹, isto é, pelo ornamento do discurso. Vale ressaltar que, já no capítulo I, o autor defende como características fundamentais a serem preservadas pelo orador, quando da escolha vocabular, que as palavras sejam latinas (*Latina*), claras (*perspicua*) e ornamentadas (*ornata*); dessas propriedades, porém, a última é a mais destacável¹⁰⁰.

Em razão de sua grande preocupação com o inventário lexical dos praticantes da arte retórica, Quintiliano, segundo Cousin (2003), apresenta no capítulo III, entre outras coisas, suas considerações acerca do vocabulário de que deve servir-se o orador, enumerando e discutindo aspectos lexicais que concernem ao ornamento. É nesse momento do texto que Quintiliano versa mais detidamente sobre sua percepção da mudança linguística no latim e define um posicionamento particular face a formas mais antigas e criações mais recentes.

Nesta última seção de nosso estudo, como já foi dito, vamos nos concentrar na sequência dos parágrafos 24 a 37, em que Quintiliano claramente considera a idade das palavras como fator condicionante de seu emprego pelo orador. O autor tece considerações não apenas sobre a antiguidade ou modernidade das palavras, mas também sobre o fato de a língua mudar e, dessa forma, selecionar os termos que melhor se ajustam ao momento em que se fala, evitando-se, assim, entre as palavras, os ecos de um passado remoto.

Para Quintiliano, a antiguidade das palavras (*antiquitas* ou *uetustas*) muitas vezes ganha legitimidade no discurso por imprimir-lhe a autoridade própria do arcaico, que se manifesta nas artes em geral, como a poesia e a pintura, e não apenas na retórica e na oratória. No domínio da linguagem, essa autoridade incide, sobretudo, nas palavras próprias (*uerba propria*), que, em contraposição às criações recentes e aos termos empregados metaforicamente, são aquelas tidas como naturais ou primitivas, e não fruto de uma criação recente¹⁰¹. Entre elas, há termos e expressões que deixaram de ser usuais entre os falantes ao longo do tempo, porém ainda conservam certa proximidade com a língua corrente, de modo que sua retomada ocasional não traz obscuridade ao texto. Ao contrário, na elaboração do

⁹⁸ Optou-se aqui por traduzir o termo latino *ornatus* por “ornamento”, mantendo-se na forma vertida para o português o radical da palavra em latim, embora outras traduções sejam possíveis.

⁹⁹ Cf. *Institutio oratoria* VIII, 3, 2.

¹⁰⁰ Para Quintiliano é, sem dúvida, no ornamento que o orador concede a si mesmo maior liberdade do que nas demais partes da elocução (cf. *Institutio oratoria* VIII, 3, 1).

¹⁰¹ Cf. Cícero, *Partitiones oratoriae*, 16-17.

discurso, tornam a fala do orador mais elegante e solene, devido a seu distanciamento da linguagem comum, e remetem o público à prestigiada forma de língua dos antepassados. Além disso, o orador que consegue empregar palavras raras e elevadas, que certamente um homem qualquer não usaria, de modo a enriquecer seu discurso, distingue-se dos demais e alcança o mérito concedido aos que, além de preservarem a pureza da língua e a clareza em sua explanação, valem-se do peso da antiguidade para adornar sua fala.

Como exemplo de autor que, por seu senso agudo na escolha de palavras, soube servir-se de elegantes arcaísmos ao compor seus versos, está o poeta Virgílio, de quem Quintiliano elogia, no parágrafo 24, a capacidade de usar de modo único tão admirável ornamento. Entre as acertadas escolhas do autor da *Eneida*, Quintiliano elenca *olli* (“aqueles”), *quianam* (“porque”), *moerus* (“muralha”), *pone* (“atrás”) e *porricere* (“apresentar”), formas que, segundo o registro de nosso autor, já eram consideradas arcaicas no tempo de Virgílio, ou seja, um século antes da redação da *Institutio*. Algumas dessas formas podem ser observadas em versos da *Eneida*, como *quianam sententia uobis/ uersa retro, tantumque animis certatis iniquis?* (“**Por que**, mudados, contendeis iníquos?” [X, 6-7]), e *Pone subit coniux. Ferimur per opaca locorum* (“**Não longe** a esposa nos vai na trilha por opacos sítios” [II, 725])¹⁰². Nem todas as referências, porém, são facilmente localizáveis, uma vez que, alternando com as antigas, também se encontram em Virgílio ocorrências das formas modernas *illi*, *quoniam*, *murus*, *post* e *porrigere*¹⁰³, usuais no tempo de Quintiliano, a partir das quais o autor considera as primeiras arcaicas.

Contudo nem todas as palavras que deixaram de ser empregadas usualmente são recuperadas sem que haja prejuízo na compreensão do texto, do que se pode inferir que os arcaísmos não servem em sua totalidade como recurso de ornamento ao discurso. Quintiliano faz questão de lembrar que o traço arcaico deve ser usado com moderação e não devem ser as palavras “trazidas de volta dos lugares mais obscuros do passado” (VIII, 3, 25), uma vez que a clareza é característica indispensável na elocução. A antiguidade das palavras, assim, nem sempre serve como fator de embelezamento do discurso, e sim, muitas vezes, é capaz de torná-lo pesado e incompreensível quando a associação entre palavra e referente se houver perdido ao longo dos anos.

¹⁰² Tradução de Odorico Mendes (grifo nosso).

¹⁰³ Sobre o vocabulário de Virgílio, cf. Wacht, 1996.

Por esse motivo, Quintiliano apresenta, a partir do parágrafo 25, uma lista de arcaísmos que desaconselha ao futuro orador por serem inapropriados ao discurso ou por caberem em contextos mais específicos, que não a oratória. *Quaeso* (também grafado *quaiso*: “pedir”) e *aerumnas* (“labores”) são tidos como dispensáveis por serem demasiado arcaicos; os sinônimos *oppido* e *antegerio* (“muito”) são desaconselhados por ser o primeiro intolerável, embora Quintiliano assegure que pouco antes dele ainda era empregado com frequência, e o segundo, próprio de quem deseja exibir-se; *autumo* (“afirmar”) e *prolem* (“prole”) são recomendados, respectivamente, à tragédia e à poesia; *prosapiam* (“família”) é considerado insosso, sendo apenas *reor* (“considerar”) tachado de “tolerável” e, por isso, menos censurado que os demais. Outros, porém, segundo o autor, ainda se fazem necessários em algumas situações, como *nuncupare* (“nomear”) e *fari* (“falar”), pelo que não são de todo desaprovados.

Esses exemplos, porém, não esgotam a listagem dos arcaísmos que devem ser evitados no discurso por sua antiguidade remota. O que Quintiliano faz aqui é apresentar apenas alguns exemplos que ilustrem e clarifiquem seu conceito de arcaísmo, havendo ainda muitas outras palavras que também caberiam no contexto. Ora, como se sabe, o capítulo III do livro VIII não é o único momento ao longo de toda a *Institutio oratoria* em que Quintiliano se propõe discutir o emprego de formas arcaicas. Anteriormente, ainda no primeiro livro¹⁰⁴, o autor questionara o emprego de *antegerio*, *prosapia*, *topper* (“depressa”), *exanclare* (“suportar”)¹⁰⁵, entre outros, afirmando que se trata de palavras obsoletas que tornam o sentido do texto obscuro.

Assim, mais do que o relato subjetivo de suas impressões sobre o efeito de certas palavras no discurso, Quintiliano apresenta, particularmente no trecho de nosso interesse, um testemunho claro de sua percepção do fato de as línguas inevitavelmente mudarem, segundo a ação natural do tempo sobre elas. O autor chega a atestar em dado momento que, pelo fato de as palavras caírem em desuso e se tornarem obsoletas, “nossa linguagem mudou quase por completo” (VIII, 3, 26). Essa afirmação de grande importância comprova que nosso autor enxergava a língua como um fenômeno sujeito a modificações e de forma alguma defendia sua imutabilidade ou constância; antes, além de certificar que muitas palavras perdiam seu vínculo com a linguagem corrente e se tornavam ultrapassadas ao serem substituídas por outras de

¹⁰⁴ Cf. *Institutio oratoria*, I, 6, 40. O livro VIII, porém, é o momento da obra em que Quintiliano sistematiza o tratamento dos arcaísmos e comenta suas implicações no discurso, uma vez que no livro I a discussão se concentra no estudo da gramática.

¹⁰⁵ Cf. Pereira, 2006, p. 157.

mesmo sentido, porém mais modernas, fazia questão de afirmar que elas deveriam ser abolidas do discurso.

O motivo principal de sua supressão, para Quintiliano, reside em evitar a afetação (*adfectatio*), à qual se pode chegar, entre outros fatores, pelo uso descuidado de arcaísmos remotos e formas obsoletas, que não só comprometem o entendimento, como também depõem contra a elegância e o bom gosto daquele que discursa. Há que seguir sempre certo bom senso (*iudicium*) na escolha das palavras, para que, dessa forma, o orador esteja livre de proferir um discurso afetado e superficial, que soe mal aos ouvidos do público.

Para exemplificar o conceito de afetação, Quintiliano relata a história do retor Tito Ânio Címber, considerado venerador de Tucídides. Conta-se que certa vez o retor, em uma de suas muitas tentativas de imitar o estilo do historiador grego, empregou erroneamente os termos arcaicos *tau*, *min* e *sphin*, causando, segundo registro de Virgílio¹⁰⁶, grande confusão. Quintiliano lembra essa passagem para mostrar que o emprego de palavras obsoletas, até mesmo cuja origem não se sabe ao certo¹⁰⁷ e de sentido obscuro não enobrece a fala, mas a torna afetada e incompreensível. Ora, Címber e seu irmão, a quem o retor matara¹⁰⁸, eram supostamente de origem germânica; no entanto, o primeiro atreveu-se a empregar não apenas *tau*, tido como “gaulês” no poema de Virgílio, mas ainda formas arcaicas de dialetos gregos que ele provavelmente desconhecia, apenas para assemelhar-se ao estilo daquele que tinha por modelo. Sua afeição exacerbada por arcaísmos extremamente raros é, portanto, apresentada como afetação, o que Quintiliano recomenda que se evite a todo custo. E não apenas nosso autor parece incomodar-se com o emprego de formas muito antigas. Em um desconhecido epigrama, Salústio foi criticado em razão de sua opção por palavras que, de tão arcaicas, faziam lembrar a língua de Catão, político romano do século II a.C. (VIII, 3, 29).

Em suma, há mais de um motivo pelo qual, segundo Quintiliano, devem-se evitar os arcaísmos no discurso. Em primeiro lugar, como se viu, porque muitas vezes a palavra se tornou obsoleta, tendo sido substituída por outra que recobre o mesmo sentido, porém é mais moderna e não dá a impressão de ter sido “trazida de volta de lugares muito obscuros do passado” (VIII, 3, 25-26). Em segundo lugar, pela relação existente entre palavras e coisas,

¹⁰⁶ Cf. Virgílio, *Catalepton*, II.

¹⁰⁷ Cousin acredita que se trata de termos, respectivamente, de origem celta, jônica e dórica (cf. Quintiliano, 2003, p. 282).

¹⁰⁸ Cf. Cícero, *Philippicae* XI, 6, 14.

sobre a qual Quintiliano se alonga no último parágrafo reservado ao tratamento dos arcaísmos. Em VIII, 3, 30, o autor mostra claramente que essa relação muda ao longo do tempo dentro do sistema da língua, não apenas pela obsolescência das palavras, que caem em desuso e são substituídas por outras, mas também pela antiguidade do próprio referente, isto é, das coisas nomeadas. Portanto, quando não é possível recuperar os objetos a que se referem certas palavras, estas também se tornam arcaicas. De todo modo, o apego a palavras desusadas é considerado “detestável zelo” e altamente desaconselhado por Quintiliano, que se mostra preocupado com o fato de essa tendência estar se popularizando em sua época.

Feita essa observação, nosso autor passa à consideração dos neologismos e dos processos de formação de palavras. Na metade do parágrafo 30, portanto, quando separa os dois conteúdos de sua explanação sobre a mudança da língua, Quintiliano introduz o novo tópico, recorrendo em primeiro lugar a uma citação do livro I¹⁰⁹, através da qual reitera o mérito outrora já concedido aos gregos no que diz respeito a criar palavras novas. Segundo ele, foram os helenos mais profusos nos neologismos, usando de grande liberdade para associar nomes a sons e sentimentos (ou coisas). Essa explicação de Quintiliano deixa entrever sua compreensão sobre como as palavras surgem e como se organizam na língua. O autor fala de uma associação de sons e sentimentos, aos quais se adaptam ou se ajustam os nomes, separando dois campos diferentes: um relativo aos sons, à matéria fônica (aspecto material); e outro relativo aos sentimentos, à matéria psíquica (aspecto conceitual). Na associação entre os dois campos é que surgiriam os nomes para integrar o léxico da língua. Quintiliano ainda compara a liberdade dos gregos de criar seus neologismos com aquela usada pelos primeiros homens, que se acreditava haverem “fundado” a língua ao nomear, como lhes aprouvesse, todas as coisas existentes.

Por outro lado, Quintiliano não atribui a mesma proficiência aos latinos, julgando-os menos profícuos na derivação e na composição de palavras, em razão de se terem atrevido pouco e, por isso, obtido menor reconhecimento. No pouco que ousaram, surgiram ainda algumas discussões sobre se deviam ou não empregar certas expressões mais inovadoras, como *gradus eliminat* (“põe os passos para fora”), criação da antiga tragédia romana. De fato, autores renomados, como os trágicos Pompônio Segundo e Sêneca, dedicavam trechos de suas obras a

¹⁰⁹ Cf. *Institutio oratoria* I, 5, 70.

refletir sobre o emprego de neologismos e criações recentes. Embora algumas expressões, como o verbo *eliminar*, estivessem registradas já em autores como Ácio e Pacúvio (primeira metade do século I a.C.), perto da segunda metade do século I de nossa era, isto é, cem anos depois, ainda tinham de ser submetidas ao crivo dos autores sob risco de serem consideradas muito novas. Na mesma linha, estão os neologismos de Cícero *beatitas* e *beatitudo*, formas derivadas do adjetivo *beatus* (“feliz”) em junção com os sufixos formadores de substantivo – *itas* (*pietas*, *caritas*) e *-itudo* (*pulchritudo*, *sollicitudo*), com o sentido de “felicidade”. O próprio Quintiliano retoma a citação de Cícero para argumentar que, mesmo que as palavras pareçam “duras” (*durae*) quando são empregadas nas primeiras vezes, seu uso¹¹⁰ frequente as faz “suavizar-se” (*molliri*) e tornar-se mais espontâneas na fala, não causando mais o estranhamento inicial¹¹¹. Ora, mais de cem anos separam a criação desses neologismos por Cícero e sua retomada por Quintiliano, mas mesmo assim nosso autor fala de sua dureza na condição de forma ainda recente. Posteriormente, *beatitas* e *beatitudo*, de Cícero, não ficaram apenas na menção de Quintiliano, mas foram empregados por outros autores¹¹².

Se, por um lado, os latinos foram comeditos na criação lexical, quando comparados aos gregos, por outro, também fizeram seus próprios intentos, não deixando despercebida sua investida na derivação e na composição. Quintiliano afirma que os antigos não temeram as formas *expectorat* (“expectora”) e *exanimat* (“tira a vida”), formadas do prefixo *ex-* (“para fora”) e dos substantivos *pectus* (“peito, coração”) e *anima* (“alma, vida”). Pelos registros, consta que a primeira aparece em Ácio e Ênio, enquanto a segunda figura em muitos autores, como Cícero e Lucrécio (Quintiliano, 2003, p. 282; O.L.D., 1968, p. 631), mesmo sendo ambas as formas tachadas de neologismos ousados pelo mestre de retórica. As derivações ainda se estendem ao domínio dos nomes próprios, como no caso da forma verbal *sullaturit* (“age como Sila, comporta-se violentamente”), criado por Cícero¹¹³ a partir do nome do ditador e general romano Lúcio Cornélio Sila; e dos adjetivos *fimbriatus* (“transformado em Fimbria”) e *figulatus* (“transformado em Fígulo”), de Asínio Polião¹¹⁴, que derivam respectivamente dos

¹¹⁰ Quintiliano caracteriza o uso como “o mais seguro mestre do falar”, para o que recomenda “que se faça, pois, um uso franco da língua como do dinheiro, cuja forma é pública” (*Institutio oratoria*, I, 6, 3 *apud* Pereira 2006, p. 138).

¹¹¹ Cf. Cícero, *De natura deorum* I, 34, 95.

¹¹² Cf. O.L.D., 1968, p. 227.

¹¹³ Cf. Cícero, *Ad Atticum* IX, 10, 6.

¹¹⁴ Referências desconhecidas.

nomes Gaio Flávio Fímbria e Clusínio Fígulo (cf. Quintiliano, 2003, p. 282-283). Os mesmos recursos morfológicos usados nas derivações a partir de nomes comuns foram tomados por Cícero e Polião para formar palavras novas, sendo a única diferença entre eles o fato de que o radical a que se juntam os afixos é um nome próprio.

Ainda sobre a derivação e a flexão, Quintiliano recupera o exemplo dos gregos no parágrafo 33 ao afirmar que a língua dos helenos, mais propensa, segundo ele, à criação de palavras novas, influenciou a formação de muitos neologismos em latim. Desses, a maior parte é de autoria do filósofo estóico Sérgio Plauto, a quem Quintiliano atribui criações recentes como *ens* (“sendo”) e *essentia* (“essência”)¹¹⁵. Ambas são formadas a partir do verbo *esse*, sendo a primeira a forma inventada de particípio presente, uma vez que o latim não possuía um correspondente para o verbo *esse*, numa provável tentativa de superar a ausência dessa forma no sistema participial, e a segunda, a substantivação do mesmo verbo, também até então inexistente no latim. Contudo, para Quintiliano, os exemplos são marcadamente “duros”, pelo que devem ainda se tornar mais correntes pelo uso a fim de parecerem menos estranhos.

O que parece incomodar mais nosso autor, no entanto, não é o fato de que os neologismos muito recentes ainda estão pouco suavizados pelo uso, e sim a rejeição veemente que muitos autores lhes fazem, recusando-se a empregá-los porque são formas “duras”. Com isso, acabam impedindo o vocabulário da língua de ampliar-se e o reduzem a um número mais limitado de formas já conhecidas e correntes. Ao desconsiderarem a possibilidade de novas palavras serem incorporadas à língua, Quintiliano afirma que são os próprios latinos os mais prejudicados, visto que atuam como “juízes iníquos” contra si mesmos, condenando-se a padecer com a pobreza de sua linguagem¹¹⁶ (VIII, 3, 33). Para nosso autor, portanto, o desprezo por novas palavras redundava na “pobreza” da língua, pois a impede de incorporar novas formações lexicais e, com isso, ampliar seus domínios.

Nisso Quintiliano se mostra bastante coerente, pois, ao mesmo tempo em que admite que os arcaísmos mais remotos, que naturalmente desapareceram do uso, não devem, por sua antiguidade, ser “trazidos de volta dos lugares mais obscuros”, defende, por outro lado, a

¹¹⁵ Quintiliano mencionara esses mesmos exemplos de Plauto anteriormente, em *Institutio oratoria* II, 14, 2, em que também os caracteriza como formas “duras” (cf. Vasconcelos, 2005, p. 114).

¹¹⁶ É interessante observar como Quintiliano chama atenção para a “pobreza” do latim, à diferença do grego, e como o argumento usado para alegar essa condição é a pouca aceitação de neologismos pelos falantes da língua latina, no caso. Os gregos, como profusos criadores de neologismos, garantiriam a “riqueza” de sua língua, enquanto os latinos, contrários a novas formas, padeceriam com uma língua pobre e limitada.

inclusão de novos termos, que pouco a pouco se acomodam à língua com o uso, como reflexo do processo natural de mudança, segundo o qual as palavras mais antigas são postas de lado, da mesma forma que outras novas surgem por meio de diversos processos morfológicos e são incorporadas. Com isso, a língua não se “empobrece” com a perda de formas arcaicas, mas está em constante processo de renovação lexical. Ademais, Quintiliano alega que a incorporação de neologismos é tão natural e não deve ser vista com desprezo, porque é sensível ao fato não só de que o uso pode ajustar todos eles – até mesmo os mais “duros” – à língua e torná-los perfeitamente correntes, mas também que esse mesmo procedimento vem se repetindo ao longo do tempo, de modo que “as palavras que agora são antigas foram, outrora, novas” (VIII, 3, 34). Ou seja, a língua chegou a ser o que é justamente porque a todo momento, desde o princípio, novas formas são admitidas – essas mesmas que, a longo prazo, vão se tornar obsoletas e cair em desuso.

Ainda sobre palavras recém-criadas, Quintiliano lembra *reatum* (“a condição do réu”), da autoria de Messala, e *munerarium* (“o que dá espetáculos de gladiadores”), de Augusto, asseverando que foram o general e o imperador respectivamente os primeiros a empregá-las, embora o registro de tais palavras conste também em autores como Virgílio e Sêneca (Quintiliano, 2003, p. 283; O.L.D., 1968, p. 1144, 1578). Já sobre o helenismo *piratica* (“pirataria”), nosso autor faz um comentário de interpretação controversa entre as várias edições da *Institutio oratoria*. Segundo Cousin (2003, p. 283), a interpretação mais aceitável é a de que, ao se referir ao fato de seus antepassados hesitarem quanto ao emprego da forma em questão, Quintiliano elenca ainda *musica* (“música”) e *fabrica* (“fabricação”), de mesma origem, porém não para dizer que são semelhantes à primeira e que causavam em seus mestres o mesmo estranhamento, e sim para mostrar que, embora tais formas existissem no latim e fossem correntes, tal fato não serviu para proporcionar uma inclusão imediata de *piratica* ao latim por analogia com as demais. As palavras, portanto, não estavam sujeitas apenas à sua origem e à semelhança com outras mais conhecidas para serem incorporadas à língua, mas, sobretudo, ao seu tempo de uso e à familiaridade dos falantes com elas.

Cícero, profícuo formador de neologismos, segundo Gonçalves (1937, p. 195), emprega, em duas epístolas distintas¹¹⁷, *fauorem* (“favor”) e *urbanum* (“urbano”), cujas

¹¹⁷ Só se conhece a segunda referência; trata-se de *Ad familiares* III, 8, 3.

passagens são reproduzidas por Quintiliano nos parágrafos 34 e 35. Nelas, o orador não apenas cita seus neologismos pela primeira vez, mas ainda chama atenção para eles e pede licença para usá-los, visto que poderiam parecer estranhos aos ouvidos do público. Cícero¹¹⁸ é também o responsável pela atribuição de *obsequium* (“obséquio”) ao poeta Terêncio, segundo o costume típico, descrito por Quintiliano, que tinham alguns autores de atestar em suas obras a autoria de certas palavras e expressões novas. Nosso autor encerra o parágrafo 35 novamente apoiando a criação de neologismos, pelo que discorda de seu contemporâneo Celso Aurélio Cornélio, que proíbe a criação de palavras novas pelo orador.

Finalmente, no penúltimo parágrafo de interesse para nosso estudo, Quintiliano, recuperando a constituição do léxico, cita a passagem de Cícero¹¹⁹ em que são conceituadas as palavras naturais e as recém-criadas. Com base nela, nosso autor deduz que, uma vez que existem palavras primitivas e outras que foram derivadas das primeiras, de modo que ainda no tempo dos primeiros homens todas elas já figuravam na língua, neologismos tão tardios, como seriam considerados os de seu tempo, por exemplo, não são permitidos, pois apenas os homens “mais primitivos” gozavam desse privilégio. Contudo, mesmo que aos contemporâneos de Quintiliano não seja permitido criar novas palavras, ainda lhes restam, nas palavras de nosso autor, as derivações e flexões, que, ao que consta, são processos lícitos aos homens de seu tempo e modos de suprir a falta de novos termos.

Por fim, preocupado também em não estimular a criação de algo que, de tão novo, soe mal aos ouvidos do público, Quintiliano recomenda ao orador que sempre se acautele quanto ao emprego de neologismos, antepondo-lhes certas expressões, como *ut ita dicam* (“por assim dizer”), *si licet dicere* (“se é permitido dizer”), *quodam modo* (“de certo modo”), *permittite mihi sic uti* (“permitam-me assim dizer”). Todas elas, além de suavizar os efeitos que os neologismos sozinhos poderiam causar, expõem os sinais da reflexão do orador sobre o processo linguístico e sobre seu papel criador na língua, que lhe permite arriscar e testar junto ao público a aceitação de uma ou de outra forma. E tudo isso que é defendido por Quintiliano, seja na reprovação, seja na inclusão, tem de estar submetido a todo momento ao bom senso e à moderação, que para ele devem reger a elaboração do discurso. Por isso o orador precisa estar suficientemente atento para saber quais são seus limites e para, antes mesmo de identificar os

¹¹⁸ Cf. Cícero, *De amicitia* 89.

¹¹⁹ Cf. Cícero, *Partitiones oratoriae*, 16-17.

excessos nos discursos alheios, reconhecer em si mesmo a afetação e corrigi-la, pelo que Quintiliano finaliza o parágrafo 37 com a recomendação enfática de Aristóteles: “Seja o orador o primeiro a criticar o próprio exagero”¹²⁰.

Assim, tendo acompanhado, ao longo dos três primeiros capítulos do Livro VIII da *Institutio oratoria*, os trechos em que fica mais evidente a relação de Quintiliano com os fenômenos dinâmicos de sua língua, podemos atestar em nosso autor a percepção, de acordo com o pensamento de sua época, da variabilidade e da diversidade a que o latim, como língua natural, falada, estava sujeito. Além disso, ao propor uma norma que o futuro orador deveria seguir e, por isso, fazer um “recorte” específico de língua, temos um testemunho do quadro linguístico mais amplo do latim de sua época, a partir do qual Quintiliano faz sua seleção e que incluía a convivência entre as variedades e o processo de mudança em curso, aos quais, definitivamente, os antigos não estavam alheios.

¹²⁰ Cf. Aristotle, *On rhetoric*, 3, 1408b3.

4 CONCLUSÃO

Esperamos ter conseguido, com nosso trabalho, trazer luz sobre o modo como os antigos entendiam a língua e a compreensão que revelavam acerca de fenômenos dinâmicos, chamados hoje, pela Sociolinguística, de variação e mudança.

Embora tenhamos concentrado nossa atenção e nossa análise no Livro VIII da *Institutio oratoria* de Quintiliano, em razão do que apresentamos os referidos trechos traduzidos em apêndice, não nos restringimos a esse autor, tendo-nos permitido também percorrer outras obras de autores anteriores ou posteriores a Quintiliano, fazendo um recorte de aproximadamente três séculos, em cujo meio se situa nosso autor.

Procuramos, com isso, reforçar a ideia de que os antigos já refletiam sobre a linguagem de uma maneira pouco “ingênua” e os registros a respeito são de tal modo abundantes que é possível por eles determinar quais eram as variedades do latim e como se comportavam no quadro linguístico da época. Cremos haver algo em particular no registro de Quintiliano, que concentrou e sistematizou diversos aspectos do dinamismo do latim, ao apresentar as virtudes do discurso, nos três primeiros capítulos de seu Livro VIII, um livro importante no conjunto de sua obra, pois introduz o conceito da elocução, a parte da retórica que mais se relaciona às palavras e à seleção linguística.

Certamente nosso trabalho não esgota o tratamento do tema, sendo apenas um estudo inicial do assunto, delimitado pelo tempo de trabalho e pelos resultados obtidos em nossa pesquisa, a que podem e devem se somar novas contribuições. Acentuamos a importância e a necessidade de mais estudos na área, pois o exercício de olhar para o legado dos antigos ainda hoje nos pode revelar pensamentos e reflexões que merecem ser analisados, mesmo com o surgimento de outras teorias mais recentes e, ainda, à luz dessas novas perspectivas, uma vez que por elas podemos encontrar surpreendentes correspondências.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Obras antigas

- Appendix Vergiliana*. Edição W. V. Clausen et al. New York: Oxford University Press, 1966.
- ARISTOTLE. *On rhetoric*. Edição G. A. Kennedy. New York: Oxford University Press, 1991.
- AULO GELIO. *Les nuits attiques*. Edição R. Marache. Paris: Belles Lettres, 1967.
- CATULO. *Carmina*. Edição R. A. B. Mynors. New York: Oxford University Press, 1958.
- CICERO. *De natura deorum*. Edição G. P. Goold. Cambridge (Mass.)/Londres: Harvard University Press, 1951.
- _____. *Partitiones oratoriae*. Edição A. S. Wilkins. New York: Oxford University Press, 1988.
- _____. *Philippics*. Edição W. Ker. Cambridge (Mass.)/Londres: Harvard University Press, 1995.
- CICÉRON. *Brutus*. Edição J. Martha. Paris: Belles Lettres, 1973.
- _____. *Correspondance*. Edição J. Beaujeu. Paris: Belles Lettres, 1996, 11 vol.
- _____. *De l'orateur*. Edição H. Bornecque. Paris: Belles Lettres, 1930, 2 vol.
- _____. *Des termes extrêmes des biens et des maux*. Edição J. Martha. Paris: Belles Lettres, 1955, 2 vol.
- _____. *L'orateur*. Edição A. Yon. Paris: Belles Lettres, 1964.
- COLUMELLA. *De re rustica*. Edição E. S. Foster e E. H. Heffner. Cambridge: Harvard University Press, 1954
- DONATUS. *Vitae Vergilianae*. Edição I. Brummer. Leipzig: Teubner, 1912.
- HORÁCIO. *A arte poética de Horácio*. Tradução D. Tringali. São Paulo: Musa, 1993.
- ISIDORO. *Etymologies*. Edição Marc Reydellet. Paris: Belles Lettres, 1984.
- PUBLILIUS SYRUS. *Sententiae*. Edição E. V. Woefflin. Lipsiae: B.G. Teubner, 1869.
- QUINTILIAN. *Institutio oratoria*. Edição H. E. Butler. Cambridge (Mass.)/Londres: Harvard University Press, 1996, 4 vol.
- _____. *The orator's education. Books 1-2*. Edição D. Russell. Cambridge (Mass.)/Londres: Harvard University Press, 2001.

_____. *The orator's education. Books 6-8*. Edição D. Russell. Cambridge (Mass.)/Londres: Harvard University Press, 2001.

QUINTILIEN. *Institution oratoire*. Edição J. Cousin. Paris: Belles Lettres, 2003, 7 vol.

QUINTILIANO. *Institutio oratoria*. Edição A. O. Carmona. Salamanca: Universidad Pontificia, 1996, 4 vol.

Rhetorique a Herrenius. Edição G. Achard. Paris: Belles Lettres, 1997.

SUETÔNIO. *As vidas dos doze Cesares*. 3. ed. Tradução Sady-Garibaldi. São Paulo: Athena, 1950.

VIRGIL. *Appendix Vergiliana*. Edição H. R. Fairclough, H. Cambridge (Mass.)/Londres: Harvard University Press, 2000.

VIRGILE. *Énéide*. Edição J. Perret. Paris: Belles Lettres, 1982, 2 vol.

VIRGÍLIO. *Eneida brasileira*. Tradução M. O. Mendes. Campinas: Unicamp, 2008.

Obras modernas

Oxford Latin Dictionary. Edição P. G. W. Glare. Oxford: Clarendon, 1968-1982, 8 vol.

ALKMIN, T. M. “Sociolinguística”. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A.C. (orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2001.

ANTUNES, I. “Nem todo uso de língua tem que se pautar pela norma culta”. In: *Muito além da Gramática*. São Paulo: Parábola, 2007. pp.103-109.

BAGNO, M. *Nada na lingua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. São Paulo: Parábola, 2007.

BASSETO, B. F. *Elementos de filologia românica*. São Paulo: EDUSP, 2001.

BAYLON, C. *Sociolinguistique. Société, langue et discours*. Paris, Nathan, 1996.

BORTONI-RICARDO, S. M. *Educação em lingua materna: a sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola, 2005.

BRIGHT, W. *et al. Sociolinguistics: proceedings of the UCLA Sociolinguistics Conference*, 1964. Paris: Mouton, 1966.

CALVET, J. L. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. Tradução M. Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

CAMACHO, R. “A variação linguística”. *Subsídios à proposta curricular de Língua Portuguesa para o 1º e 2º graus*. Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, 1988.

CART, A. *et al. Grammaire latine*. Paris: Nathan, 1959.

CLACKSON, J.; HORROCKS, G. *The Blackwell History of the Latin Language*. Malden: Wiley-Blackwell, 2007.

CONTE, G. B. *History of latin literature*. Tradução J. B. Solodow. London: J. Hopkins U. P., 1994.

CORNELL, T.; MATTHEWS J. “Grandes Imperios y Civilizaciones”. In: *Roma - Legado de un imperio*. Madri: Ediciones del Prado, 1996.

CORREIA-DEUR. T. *Considerações acerca da Pureza e Clareza em Cícero, De Oratore III, 37-51*. 2005. Dissertação (Mestre) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2005.

COUSIN, J. “Notice”. In: QUINTILIEN. *Institution Oratoire*. 2. ed. Paris: Les Belles Lettres, 2003, v. VI.

CRYSTAL D. *The Cambridge Encyclopedia of Language*. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

FISHMAN, J. *Language in sociocultural change*. Stanford: University Press, 1972.

GADET, F.; PÊCHEUX, M. *La langue introuvable*. Paris: François Maspero, 1981.

GENTILI, G. *Storia della letteratura latina*. Bari: Laterza, 1995.

- GONÇALVES, R. *Filologia e literatura*. São Paulo: Nacional, 1937.
- GRANDGENT, C.H. *Introducción al Latín Vulgar*. Madrid: Centro de Estudios Históricos, 1928.
- HIGHET, G. *The classical tradition*. 2. ed. New York: Oxford University Press, 1976.
- HOWATSON, M. C. *The Oxford companion to classical literature*. New York: Oxford University Press, 1997.
- HUTCHINSON, G. O. *Cicero's correspondence – a literary study*. Oxford: Clarendon, 1998.
- ILARI, R. *Linguística românica*. 3. ed. São Paulo, SP: Ática, 2006.
- KENNEY, E. J. (ed). *The Cambridge History of Classical Literature II – Latin Literature* (2. ed.). Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. Tradução M. Bagno, M. M. Pereira Scherre e C. R. Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].
- LEDDY, J. F. “Tradition and change in Quintilian”. In: *Phoenix*, 1953, vol. 7, n. 2, pp. 47-56.
- MAURER JR., T. H. *O problema do latim vulgar*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1962.
- MERCER, J.; FOLTRAN, M. “Variação linguística e Ensino de Língua Portuguesa”. In: *Letras*, 1992-93, n. 41-42, p. 195-205.
- MEILLET, A. *Esquisse d'une histoire de la langue latine*. Paris: Klincksieck, 1977, [1966].
- MONTEIRO, J L. *Para Compreender Labov*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- PEREIRA, M. A. “Natureza e lugar dos discursos gramatical e retórico em Cícero e Quintiliano”. In: *Phaos*, 2001, vol. 1, pp. 143-157.
- _____. *Quintiliano gramático: o papel do mestre de gramática na Institutio oratoria*. 2. ed. São Paulo: Humanitas, 2006.

PIMENTEL, C. S. *et al. Latim: exercícios*. Lisboa: Colibri, 1996.

PRETI, D. *Sociolinguística: Os Níveis da Fala*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1987.

SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. Org. C. Bally e A. Sechehaye. Tradução A. Chelini, J. P. Paes e I. Blikstein. São Paulo: Editora Cultrix, 1970 [1916].

SILVA NETO, S. *Fontes do Latim Vulgar*. 3. ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1956.

TARALLO, F. *A pesquisa Sociolinguística*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1994.

VASCONCELOS, B. A. “Quatro princípios de educação oratória segundo Quintiliano”. *Phaos*, 2002, vol. 2, pp. 205-225.

_____. *Ciência do dizer bem: a concepção de retórica de Quintiliano em Institutio oratoria, II, 11-21*. São Paulo: Humanitas, 2005.

WACHT, M. *Concordantia Vergiliana*. Hildesheim: Olms-Weidmann, 1996, 2 vol.

WRIGHT, R. *Late Latin and Early Romance in Spain and Caroligian France*. Liverpool: Francis Cairns, 1982.

6 APÊNDICE

Institutio oratoria

Liber octauus

I. 1. Igitur quam Graeci φράσιν vocant, Latine dicimus elocutionem. Ea spectatur verbis aut singulis aut coniunctis. In singulis intuendum est ut sint Latina, perspicua, ornata, ad id quod efficere volumus accommodata: in coniunctis ut emendata, ut apte conlocata, ut figurata. **2.** Sed ea, quae de ratione Latine atque emendate loquendi fuerunt dicenda, in libro primo, cum de grammaticae loqueremur, exsecuti sumus. Verum illic tantum ne vitiosa essent praecepimus: hic non alienum est admonere ut sint quam minime peregrina et externa. Multos enim, quibus loquendi ratio non desit, inuenias quos curiose potius loqui dixeris quam Latine, quo modo et illa Attica anus Theophrastum, hominem alioqui disertissimum, adnotata unius adfectione verbi hospitem dixit, nec alio se id deprendisse interrogata respondit quam quod nimium Attice loqueretur: **3.** et in Tito Livio, mirae facundiae viro, putat inesse Pollio Asinius quandam

A educação oratória

Livro oitavo

I. 1. Assim sendo, o que os gregos chamam φράσιν, em latim dizemos elocução, a qual se observa tanto nas palavras isoladas quanto em conjunto. Nas isoladas, deve-se atentar para que sejam latinas, claras, ornamentadas e apropriadas para o efeito que queremos produzir. Nas palavras em conjunto, é preciso que sejam corretas, bem colocadas e adornadas com figuras. **2.** Ora, já tratamos do modo de falar o latim correto em nosso primeiro livro, ao estudarmos a gramática. Ali, porém, somente prevenimos contra os vícios da linguagem; já agora não é inoportuno advertir que as palavras devem parecer, o menos possível, estrangeiras e provinciais. Pois você verá que muitos dos que conhecem as regras do falar empregam um latim afetado. É o caso daquela velha ateniense que chamou Teofrasto, homem de eloquência inquestionável, de estrangeiro, após reparar na afetação de uma única palavra, para o que respondeu, ao ser interrogada sobre como o havia depreendido, que ele falava um ático exagerado demais. **3.** E em Tito Lívio, homem de admirável criatividade, Asínio Polião pensa existir certo ar de Pádua. Porque, se possível, tanto as palavras quanto a pronúncia devem

Patavinitatem. Quare, si fieri potest, et verba omnia et vox huius alumnum urbis oleant, ut oratio Romana plane videatur, non civitate donata.

II. 1. Perspicuitas in verbis praecipuam habet proprietatem, sed proprietas ipsa non simpliciter accipitur. Primus enim intellectus est sua cuiusque rei appellatio, qua non semper utemur. Nam et obscena vitabimus et sordida et humilia. **2.** sunt autem humilia infra dignitatem rerum aut ordinis. In quo vitio cavendo non mediocriter errare quidam solent, qui omnia quae sunt in usu, etiam si causae necessitas postulet, reformidant: ut ille qui in actione Hibericas herbas se solo nequiquam intellegente dicebat, nisi inridens hanc vanitatem Cassius Severus spartum dicere eum vere indicasset. **3.** Nec video quare clarus orator duratos muria pisces nitidius esse crediderit quam ipsum id quod vitabat. In hac autem proprietatis specie, quae nominibus ipsis cuiusque rei utitur, nulla virtus est, at quod ei contrarium est vitium. Id apud nos inproprium, *akyron* apud Graecos vocatur.

ser nativas da cidade, de modo que o discurso todo soe genuinamente romano, e não como se tivesse recebido a cidadania.

II. 1. A clareza diz respeito principalmente às palavras, mas essa mesma propriedade não deve ser tomada de uma única forma. O primeiro sentido é a denominação própria de cada coisa, que nem sempre pode ser usada, porque devemos evitar os termos obscenos, sujos e baixos, **2.** pois estão abaixo da dignidade do assunto e da posição do orador. Na tentativa de fugir ao erro, frequentemente se equivocam alguns que receiam empregar qualquer palavra do uso corrente, ainda que a situação o faça necessário. É o caso do orador que, em discurso, mencionava umas “ervas ibéricas”, das quais apenas ele tinha conhecimento, o que teria sido em vão se Cássio Severo, zombando de sua inutilidade, não tivesse dito se tratar, na verdade, de esparto¹²¹. **3.** E não vejo por que um ilustre orador pensava ser a expressão “peixes conservados na salmoura” mais elegante do que o termo que evitava¹²². Embora nenhum mérito haja nessa forma da adequação que consiste em atribuir nomes apropriados às coisas, recorrer ao recurso oposto é vicioso. É o que nós consideramos impróprio, e os gregos *akyron*.

¹²¹ Gramínea perene cultivada no noroeste da África e da parte sul da Península Ibérica, empregada no artesanato.

¹²² Provavelmente o termo evitado foi *salsamenta*, segundo Butler, que significa “peixe salgado”.

III. 24. Cum sint autem uerba propria, ficta, tralata, propriis dignitatem dat antiquitas. Namque et sanctiorem et magis admirabilem faciunt orationem, quibus non quilibet fuerit usus, eoque ornamento acerrimi iudicii P. Vergilius unice est usus. **25.** «Olli» enim et «quianam» et «moerus» et «pone» et «porricere» adspargunt illam, quae etiam in picturis est grauissima, uetustatis inimitabilem arti auctoritatem. Sed utendum modo nec ex ultimis tenebris repetenda. Satis est uetus «quaeso»: quid necesse est «quaiso» dicere? «Oppido», quamquam usi sunt paulum tempore nostro superiores, uereor ut iam nos ferat quisquam; certe «antegerio», cuius eadem significatio est, nemo nisi ambitiosus utetur. **26.** «Aerumnas» quid opus est, tamquam parum sit si dicatur quod «horridum»? «Reor» tolerabile, «autumo» tragicum; «prolem» dicendum in uersu et «prosapiam» insulsum. Quid multa? totus prope mutatus est sermo. **27.** Quaedam tamen adhuc uetera uetustate ipsa gratius

III. 24. Como existem palavras próprias, inventadas e importadas, são as primeiras engrandecidas por sua antiguidade. De fato, aquelas palavras das quais não se serviria qualquer um tornam o discurso mais elevado e admirável, e deste ornamento valeu-se de modo único o poeta Virgílio, de discernimento extremamente agudo. **25.** Ora, palavras tais como *olli*, *quianam*, *moerus*, *pone* e *porricere*¹²³ espalham a autoridade do arcaico, a qual também é muito solene na pintura que a técnica não pode imitar. Mas esse traço arcaico deve ser usado desde que as palavras não sejam trazidas de volta dos lugares mais obscuros do passado. Demasiado arcaica é a palavra *quaeso*: que necessidade há de dizer *quaiso*? Já *oppido*, embora nossos antepassados tenham usado pouco antes de nós, temo que ninguém mais o tolere em nosso tempo; e certamente *antegerio*, de mesmo significado, ninguém empregará senão para exhibir-se. **26.** Que necessidade há para *aerumnas*? Como se fosse insuficiente empregar *horridum*. *Reor* é tolerável; *autumo*, trágico; *prolem*, digno da poesia; *prosapiam*¹²⁴, insosso. Que mais? Nossa linguagem mudou quase por completo. **27.** Entretanto, há certos arcaísmos que, por sua

¹²³ *Olli*, *quianam*, *moerus*, *pone* e *porricere* são formas consideradas arcaicas por Quintiliano já no tempo de Virgílio, sobre as quais recairia elegantemente, na visão de nosso autor, o peso da antiguidade, e correspondem, na época da redação da *Institutio*, respectivamente a *illi* (“aqueles”), *quoniam* (“porque”), *murus* (“muralha”), *post* (“atrás”) e *porrigere* (“apresentar”), sinônimo de *producere* (Cf. Quintilien, 2003, p. 67, 281).

¹²⁴ Já os arcaísmos *quaeso* (“pedir”), *oppido* (“inteiramente”), *antegerio* (“muito”), *aerumnas* (“labores”), *horridum* (“áspero”), *reor* (“considerar”), *autumo* [também *authumo*] (“afirmo”), *prolem* (“prole”) e *prosapiam* (“família”) devem ser evitados no discurso segundo Quintiliano, à semelhança do que afirmam Cícero e Suetônio (cf. Quintilien, *ibid.*, p. 281-282).

nitent, quaedam et necessario interim sumuntur, ut «nuncupare» et «fari»; multa alia etiam audentius inseri possunt, sed ita demum si non appareat adfectatio, in quam mirifice Vergilius:

28. «Corinthiorum amator iste uerborum, Thucydides Britannus, Atticae febres, tau Gallicum, *min* et *sphin* †et male illisit†: ita omnia ista uerba miscuit fratri.»

29. Cimber hic fuit a quo fratrem necatum hoc Ciceronis dicto notatum est: «Germanum Cimber occidit.» Nec minus noto Sallustius epigrammate incessitur: «Et uerba antiqui multum furate Catonis, Crispe, Iugurthinae conditor historiae.»

própria antiguidade, ainda mui graciosamente se destacam; outros que são buscados quando seu uso se faz necessário, como é o caso de *nuncupare* e *fari*¹²⁵; e muitos mais que até com grande ousadia podem ser empregados, desde que não haja afetação evidente, contra a qual magnificamente escreveu Virgílio: **28.** “Esse amante das palavras coríntias, o Tucídides bretão, tomado pela febre do aticismo¹²⁶, deturpou o gaulês *tau*, e também *min* e *sphin*, além de confundir todas essas palavras de seu irmão”¹²⁷. **29.** Trata-se de Cimbro, que matou o próprio irmão, como foi anotado pela expressão de Cícero¹²⁸: “Cimbro matou Germano”¹²⁹. E em não menos conhecido epigrama¹³⁰, Salústio é atacado: “E amiúde, Crispo, as palavras do velho Catão

¹²⁵ *Nuncupare* e *fari*, respectivamente “nomear” e “falar”, segundo Cousin (*ibid.*, p. 282) desapareceram da língua a partir do século II, deixando apenas resquícios em algumas expressões cristalizadas.

¹²⁶ Embora em Quintiliano *Atticae febres* apareça estranhamente empregada no caso acusativo, não é possível definir uma relação sintática entre a expressão acusativa e os demais termos do período que justifique a opção por esse caso, a menos que se considere um emprego do genitivo grego em *-es* para criar um efeito cômico. Como se trata de uma citação em que houve modificação do texto original, optou-se por preservar a maneira como a expressão aparece originalmente – *Atticae febris*, no caso genitivo – para que o sentido ficasse preservado, de modo que a tradução proposta é “tomado pela febre do aticismo”.

¹²⁷ O epigrama citado aparece em *Catalepton*, II, obra heterogênea composta de “poemas leves”, em referência ao título *καταλεπτόν*, cuja diversidade métrica suscita dúvidas quanto à sua autoria única. Contudo, frequentemente se atribui pelo menos parte da obra a Virgílio, o que se fundamenta nesta passagem de Quintiliano e também na listagem de trabalhos do autor presente na *Vitae Vergilianae*, de Donato, em razão do que *Catalepton* foi incorporado à *Appendix Vergiliana*. O epigrama II aparece no texto de Quintiliano com algumas modificações, pelo que se acredita que foi citado de memória a partir de: *Corinthiorum amator iste uerborum, / iste, iste rhetor, namque quatenus totus / Thucydides, tyrannus Atticae febris, / tau Gallicum, min et sphin ut male illisit, / ita omnia ista uerba miscuit fratri.* (“Esse é amante das palavras coríntias, esse mesmo, o retor, pois, para ser igual a Tucídides, o falso soberano da febre ática deturpou o gaulês *tau*, e *min*, e *sphin*, assim como também confundiu todas essas palavras de seu irmão”). Segundo Fairclough (Virgil, 2000, p. 485), esse enigmático epigrama ataca Tito Ânio Címber, retor que foi influenciado pelo estilo de Tucídides e a quem se imputa a morte do próprio irmão. Os termos *tau*, *min* e *sphin*, cujo emprego indevido, segundo o epigrama, denuncia a afeição extrema do retor por arcaísmos, a ponto de tornar o texto afetado, possuem significado obscuro, remontando, respectivamente, a termos de origem celta, jônica e dórica (cf. Quintilien, 2003, p. 282).

¹²⁸ Cf. Cícero, *Philippicae* XI, 6, 14.

¹²⁹ *Germanum* pode significar tanto “germano” quanto “irmão”, enquanto *Cimber* também pode ser traduzido por “cimbro”, em referência ao povo germânico homônimo.

¹³⁰ Referência desconhecida.

30. Odiosa cura; nam et cuilibet facilis et hoc pessima, quod *eius* studiosus non uerba rebus aptabit, sed res extrinsecus arcesset, quibus haec uerba conueniant.

Fingere, ut primo libro dixi, Graecis magis concessum est, qui sonis etiam quibusdam et adfectibus non dubitauerunt nomina aptare, non alia libertate quam <qua> illi primi homines rebus appellationes dederunt.

31. Nostri aut in iungendo aut in deriuando paulum aliquid ausi uix in hoc satis recipiuntur. Nam memini iuuenis admodum inter Pomponium ac Senecam etiam praefationibus esse tractatum an «gradus eliminat» in tragoedia dici oportuisset. At ueteres ne «expectorat» quidem timuerunt, et sane eiusdem notae est «exanimat». **32.** At in tractu et declinatione talia sunt qualia apud Ciceronem «beatitas» et «beatitudo»: quae dura quidem sentit esse, uerum tamen usu putat posse molliri. Nec a uerbis modo, sed ab nominibus quoque deriuata sunt quaedam, ut a Cicerone «sullaturit», Asinio «fimbriatum» et «figulatum».

furtivamente (tomaste) autor da história de Jugurta»¹³¹. **30.** Detestável zelo, pois está acessível a qualquer um e é de tal modo péssimo, que aquele que se aferra a ele não ajustará as palavras às coisas, mas fará vir de longe as coisas às quais as palavras se acomodam. Como disse no livro I¹³², inventar palavras foi mais concedido aos gregos, os quais não hesitaram em ajustar os nomes a certos sons e a certos sentimentos, com liberdade não muito diversa daquela com que os primeiros homens denominaram as coisas.

31. Já os latinos, tendo-se atrevido um pouco na composição e na derivação de palavras, raras vezes foram nisso satisfatoriamente aceitos. Ora, lembro-me, quando jovem, de ter sido muito discutido entre Pompônio e Sêneca, ainda nos prefácios, se fora oportuno dizer *gradus eliminat* na tragédia. Mas os antigos não temeram nem mesmo o termo *expectorat*, do qual seguramente *exanimat*¹³³ é da mesma categoria. **32.** Com efeito, na derivação e na declinação, as palavras são tais como *beatitas* e *beatitudo*, encontradas em Cícero¹³⁴, que sente que são elas de fato duras, entretanto acredita que, pelo uso, certamente podem ser

¹³¹ Gaio Salústio Crispo, historiador do século I a.C., escreveu sobre a guerra de Roma contra o rei africano Jugurta (*Bellum Iugurthinum*).

¹³² Cf. *Institutio oratoria* I, 5, 70.

¹³³ Além da expressão *gradus eliminat*, literalmente “põe os passos para fora”, ou “sai”, discutida já nos prefácios pelos trágicos Sêneca e Pompônio, há registros de outros usos do verbo *eliminare* na tragédia, empregados por Ácio e Pacúvio, além do próprio Pompônio. Já *expectorat* e *exanimat*, citados por Quintiliano como derivações empregadas sem receio pelos antigos, são de mesma categoria por sua formação semelhante. *Expectorat*, do verbo *expectorare*, “tirar do peito”, forma-se a partir de *ex* (“fora”) + *pectus* (“peito, coração”), enquanto *exanimat*, de *exanimare*, “tirar a vida”, é formado de *ex* + *anima* (“alma”) (cf. Quintilien, 2003, p. 282).

¹³⁴ Cf. *De natura deorum* I, 34, 95 (ambos os neologismos significam “felicidade”).

33. Multa ex Graeco formata noua, ac plurima a Sergio Plauto, quorum dura quaedam admodum uidentur, ut [quae] «ens» et «essentia»; quae cur tanto opere aspernemur nihil uideo, nisi quod iniqui iudices aduersus nos sumus; ideoque paupertate sermonis laboramus. Quaedam tamen perdurant. **34.** Nam et quae uetera nunc sunt fuerunt olim noua, et quaedam sunt in usu perquam recentia, ut Messala primus «reatum», «munerarium» Augustus primus dixerunt [reatum nemo ante Messalam, munerarium nemo ante Augustum dixerat]. «Piraticam» quoque ut «musicam» et «fabricam» dici adhuc dubitabant mei praeceptores. «Fauorem» et «urbanum» Cicero noua credit; nam et in epistula ad Brutum: «Eum, inquit, amorem et eum, ut hoc uerbo utar, fauorem in consilium aduocabo»; **35.** et ad Appium Pulchrum: «Te, hominem non solum sapientem, uerum etiam, ut nunc loquimur, urbanum.» Idem putat a Terentio

suauizadas. E não apenas de nomes comuns, mas também de nomes próprios alguns termos são derivados, como é o caso de *sullaturit*, de Cícero, e *fimbriatum* e *figulatum*¹³⁵, de Asínio.

33. Muitos neologismos são formados a exemplo do grego, sendo a maioria deles de autoria de Sérgio Plauto, dentre os quais alguns parecem ser sobremodo duros, como as formações *ens* e *essentia*¹³⁶. Mas não vejo nenhum outro motivo por que as desprezamos com tanto afinco, senão porque somos juizes iníquos contra nós mesmos, pelo que padecemos com a pobreza de nossa linguagem. Essas formas, contudo, perduram.

34. Ora, as palavras que agora são antigas foram, outrora, novas, e algumas são demasiado recentes no uso, como Messala empregou *reatus* pela primeira vez, e Augusto foi o primeiro a dizer *munerarius* (ninguém havia dito *reatus* antes de Messala, nem *munerarius* antes de Augusto)¹³⁷. Também *piratica*, como *musica* e *fabrica*¹³⁸, meus mestres ainda hesitavam em dizer. *Fauor* e *urbanus*, Cícero acredita que são neologismos, pois afirma em sua epístola a Bruto¹³⁹: “Esse

¹³⁵ *Sullaturit*, empregado por Cícero (*Ad Atticum* IX, 10, 6), deriva-se do nome Sila; *fimbriatus* e *figulatus*, de Asínio Polião (referência desconhecida), derivam-se respectivamente dos nomes Gaio Flávio Fímbría e Clusínio Fígulo (cf. Quintilien, 2003, p. 282-283).

¹³⁶ *Ens* (“sendo” [particípio presente do verbo *esse*]) e *essentia* (“essência”) são neologismos atribuídos a Sérgio Plauto, filósofo estóico. Contudo, *essentia* também é tido por Sêneca (cf. *Epistulae* 58, 6) como uma criação de Cícero (cf. Quintilien, 2003, p. 283).

¹³⁷ *Reatum* (“a condição do réu”) foi, segundo Quintiliano, primeiramente empregado por Marco Valério Messala Corvino, general romano (cf. Quintilien, *ibid.*), e *munerarium* (“o que dá espetáculos de gladiadores”), usado pela primeira vez por Augusto, primeiro imperador de Roma.

¹³⁸ *Piratica* (“pirataria”), *musica* (“música”) e *fabrica* (“fabricação”), que os antecessores de Quintiliano hesitavam em dizer, aparecem já em Cícero (cf. O.L.D., 1968; Quintilien, 2003, p. 283).

¹³⁹ Referência desconhecida.

primum dictum esse «obsequium», Caecilius a Sisenna «albenti caelo». «Ceruicem» uidetur Hortensius primus dixisse; nam ueteres pluraliter appellabant. Audendum itaque: neque enim accedo Celso, qui ab oratore uerba fingi uetat. **36.** Nam cum sint eorum alia, ut dicit Cicero, «natiua», id est, «quae significata sunt primo sensu», alia «reperta, quae ex his facta sunt»; ut iam nobis ponere aliqua, quod illi rudes homines primique fecerunt, fas non sit, at deriuare, flectere, coniungere, quod natis postea concessum est, quando desiit licere? **37.** Sed si quid periculosius finxisse uidebimur, quibusquam remediis praemuniendum est: «Vt ita dicam», «si licet dicere», «quodam modo», «permittite mihi sic uti.» Quod idem etiam in iis quae licentius tralata erunt proderit, nihilque non tuto dici potest in quo non falli iudicium nostrum sollicitudine ipsa manifestum erit. Qua de re Graecum illud elegantissimum est, quo praecipitur προεπιπλήσσειν τή ὑπερβολή.

amor, diz, e esse favor – para usar esta palavra – chamarei a conselho”.

35. E na epístola a Ápio Pulcro¹⁴⁰: “Tu, homem não apenas sábio, mas também, como agora dizemos, urbano”. O próprio Cícero pensa que *obsequium* foi dito pela primeira vez por Terêncio, e Cecílio acredita que Sisena empregou antes de todos a expressão *albenti caelo*. *Ceruix*, parece ter sido Hortênsio¹⁴¹ o primeiro a dizer, visto que os antigos a usavam no plural. É, pois, necessário ousar: porquanto não estou de acordo com Celso¹⁴², que proíbe ao orador criar palavras.

36. Ora, embora algumas dessas palavras, como diz Cícero¹⁴³, sejam “naturais”, isto é “elas foram indicadas pelo primeiro sentido”, e outras sejam “inventadas, isto é, criadas a partir das primeiras”, de modo que já não nos é permitido formar novas palavras – o que fizeram aqueles primeiros homens rudes – quando, afinal, deixou-nos de ser lícito derivar, declinar e conjugar – tudo isso que foi concedido aos que nasceram depois? **37.** Mas, se dermos a impressão de haver criado algo mais perigoso, isso deve ser prevenido com algumas fórmulas, como: “Por assim dizer”, “se é permitido dizer”, “de certo modo”, “permitam-me assim dizer”. Isso mesmo ainda

¹⁴⁰ Cf. Cícero, *Ad familiares* III, 8, 3.

¹⁴¹ Em *De amicitia* 89, Cícero trata do termo *obsequium* (“obséquio”), e o mesmo autor, em *Brutus*, 259-260, faz menção de Sisena, a quem o retor Cecílio atribui a expressão *albenti caelo* (“ao raiar a alvorada”) em referência desconhecida. Sobre o orador Quinto Hortênsio Hortalo, Varrão, em *De lingua Latina*, VIII, 14, faz a mesma atribuição com relação a *ceruicem* (“nuca”).

¹⁴² Celso Aurélio Cornélio, retórico contemporâneo de Quintiliano.

¹⁴³ Cf. Cícero, *Partitiones oratoriae* 16-17.

aparecerá nas metáforas que foram criadas com maior liberdade, e nada se pode dizer com segurança, em que não fique evidente que nosso bom senso não se engana com essa mesma preocupação. Sobre isso, há uma elegantíssima expressão grega, que recomenda: “Seja [o orador] o primeiro a criticar o próprio exagero”¹⁴⁴.

¹⁴⁴ Cf. Aristotle, *On rhetoric* 3, 1408b, 3.